



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

VANNESSA KARLA LIMA FERREIRA

**AS EXPRESSÕES DO PRAGMATISMO NO SERVIÇO SOCIAL:** da crítica à razão  
instrumental à racionalidade ontológica

SOUSA  
2017

VANNESSA KARLA LIMA FERREIRA

**AS EXPRESSÕES DO PRAGMATISMO NO SERVIÇO SOCIAL:** da crítica à razão  
instrumental à racionalidade ontológica

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Coordenação do curso de Bacharelado em Serviço  
Social, da Universidade Federal de Campina  
Grande - UFCG, como requisito parcial à obtenção  
do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Me. Reginaldo Pereira França  
Júnior.

SOUSA  
2017

VANNESSA KARLA LIMA FERREIRA

**AS EXPRESSÕES DO PRAGMATISMO NO SERVIÇO SOCIAL: da crítica à razão  
instrumental à racionalidade ontológica**

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA  
EM SOUSA, 06 DE MAIO DE 2017.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Me. Reginaldo Pereira França Júnior - Orientador

Presidente

UFCG

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Maria Clariça Ribeiro Guimarães

UFCG

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Tatiana Raulino de Sousa

UFCG

Aos meus pais,  
síntese de todos os afetos,  
sin nimos de amor e cumplicidade na vida.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não se resume a uma condensação de reflexões críticas-analíticas e teóricas acerca da temática abordada, mas, caracteriza-se como uma grande conquista não só para mim, enquanto profissional, mas enquanto ser humano, que vive ontologicamente, de forma crítica e pensante. No anseio de um novo amanhã, mais justo e igualitário, sigo a trilha da vida buscando romper as amarras cotidianas que demarcam a contemporaneidade, firmando um compromisso na luta pela liberdade, equidade e emancipação humana e política.

O desejo que aqui se trava é de agradecer a todos aqueles que estiveram nesse percurso acadêmico, direta ou indiretamente, pois estas mãos que me acolheram e me guiaram em alguns momentos estão estampadas nas entrelinhas dessa produção teórica.

Agradeço, primordialmente, a Deus por ter me mantido de pé em tempos de adversidades. A Ele que é o meu chão, minha luz e meu guia agradeço infinitamente por todas as vitórias alcançadas, por todos os sorrisos estampados no dia a dia árduo, pelos anjos que trilharam (e trilham) o caminho da vida ao meu lado. Obrigada pela minha existência e pela possibilidade, cotidiana, de (re)construção.

Agradeço aos familiares, noivo, amigos e professores que foram verdadeiros companheiros no limiar da construção não só desse trabalho, mas, na (re) construção de um novo ser social, mais crítico, pensante e questionador do “mundo dos homens” sob a égide do grande capital.

Expresso aqui o meu sincero agradecimento à minha mãe, pelo amor, cuidado, afetuosidade e mestria em me ensinar desde criança os caminhos do estudo, do respeito ao próximo, da determinação e perseverança na busca incessante pelos meus sonhos e objetivos de vida.

Ao meu pai, por me ensinar os caminhos da honestidade, generosidade e humildade. Homem que sempre batalhou intensamente para sustentar toda a família e nos conduzir para a humanidade, pautados por ensinamentos de justiça e igualdade.

À minha irmã, pela sabedoria e eficiência em me ensinar, primordialmente, macetes técnicos para facilitar o momento de construção de atividades acadêmicas, pelo incentivo e sugestões em minha vida acadêmica.

Ao meu amado noivo, agradeço com especial afeto, este que se tornou a síntese de afago, carinho, amor, companheirismo, amizade e cuidado, respeitando e sendo o incentivador

constante no que cerne os meus objetivos pessoais e profissionais. Obrigada pelo seu amor e paciência no decurso de toda a graduação e no momento de “florescimento” deste trabalho.

À minha avó Ledinha, que representou com destreza o papel de “vovó”, me mimando e me cuidando, cativando-me com os maiores sentimentos que podem existir: amor e admiração. Obrigada por existir e fazer-me sentir uma pessoa tão especial e única para ti, és meu espelho!

Ao meu avô Antônio, meu porto seguro, meu pilar de sustentação, meu amor “maior que eu”. Agradeço-lhe, simplesmente, pelo que és, ressignificação de todos os afetos, sinônimo de amor puro e fraterno.

Ao meu amado “vovô Josa” (*in memoriam*), pelo homem exemplar que fostes, símbolo de honestidade, cumplicidade, carisma, afetuosidade e humildade, ensinando aos “seus” os caminhos do companheirismo, bondade e amor à vida. Obrigada por tudo! O senhor me ensinou a ser aquilo que sou, és um pedaço de mim... És um anjo protetor.... Te vivo!

À minha “vovozinha” (bisavó), mulher de fibra, guerreira e sábia, conhecedora dos dilemas da vida e do mundo, condensação de coragem, força, admiração, determinação e amor.

Ao meu querido orientador Reginaldo França, o “Regis”, pela paciência e generosidade na socialização de conhecimentos teóricos, filosóficos, éticos e políticos, pela oportunidade de estreitar minha relação teórica com o marxismo e aprofundar minhas reflexões acerca da ontologia do ser social, a inteireza da sociabilidade humana, a consciência de classe, a ética, o compromisso com profissão e com a sociedade... Obrigada pelo companheirismo, incentivos e sugestões na vida profissional, carisma, ânimo, verdade, determinação e garra que expressam a vontade de seguir lutando por um novo amanhã. Suas contribuições foram e continuarão sendo essenciais para a construção um “olhar além do aparente” na direção de firmar compromissos profissionais... És um ser de luz, que irradia a todos que o rodeiam, cativando e alegrando o “mundo dos homens” com um sorriso largo que nos convida a viver intensamente e romper as “amarras” objetivadas na concretude do real.

Às minhas amigas e companheiras do curso e da vida (Tarcísia, Nyanne, Ana Karoline, Rafaela, Liliane, Fernanda e Daniele). Agradeço-lhes pelo apoio e companheirismo necessário, pelos momentos de afago, pela paciência em dias de impaciência e ausência, pelos debates que suscitaram inquietações e reflexões teóricas, filosóficas, políticas e éticas.

À assistente social Cândida (supervisora de campo), pelos ensinamentos e questionamentos durante o processo de estágio supervisionado, momento ímpar na minha formação acadêmica e que, suscitaram reflexões que despontaram o presente estudo.

Agradeço de modo especial, aos professores do curso de Serviço Social da UFCG e aqueles que já não fazem mais parte do corpo docente da instituição, mas, contribuíram significativamente na tessitura desse trabalho (Cibelly, Luan, Clariça, Maria Aparecida, Eliane, Conceição, Tatiana, André, Palloma, Helmara, Juliana, Larissa, Wesley, Vorster) pelo rigor teórico, pelo olhar crítico, pelas contribuições ilustres que me foram dadas durante o percurso acadêmico, pela responsabilidade e preocupação em incentivar e suscitar o desabrochar de ‘mentes pensante’ em um mundo adverso à racionalidade, verdadeiramente, crítica, buscando transcender o “astigmatismo” neoliberal que embasa a visão dos homens diante da realidade concreta, culminando em reducionismos analíticos, alienação e coisificação dos sujeitos sociais e, concomitantemente, na manutenção do *status quo* capitalista. Obrigada pelo acesso ao conhecimento crítico sobre o *mundo dos homens*. Com vocês, cresci e aprendi, obrigada por tudo, mestres!

Grata a todos nessa longa caminhada, que promete não ser encerrada por aqui.

É certo que me repito,  
É certo que me refuto  
E, que, decidido, hesito  
No entra-e-sai de um minuto.

(C. D. Andrade, Confissão)

Se a essência e a aparência das coisas coincidissem,  
A ciência seria desnecessária.

(Karl Marx)

A ciência se desenvolve a partir da vida; e, na vida, quer saibamos e queiramos ou não, somos  
obrigados a nos comportar de modo ontológico.

(GyörgLukács)



## RESUMO

Este trabalho tem o escopo de analisar, investigar e refletir sobre o processo de compreensão e apropriação da unidade teórico-prática e seus rebatimentos no trabalho profissional dos(as) assistentes sociais. Ademais, pretende-se refletir, criticamente, sobre a apreensão da teoria social crítica de Marx e sua objetivação no cotidiano profissional do Serviço Social, oportunizando análises crítico-interpretativas da concretude do real na perspectiva de romper com a fragmentação e superficialidade do cotidiano reificador através de respaldos teóricos, ideológicos e críticos que fomentam análises concretas junto à realidade social. Para tanto, trata-se de um estudo de abordagem fundamentalmente qualitativa, desenvolvido através de revisão bibliográfica, referenciado autores renomados do âmbito do Serviço Social, e pesquisa de campo, realizada por meio de entrevista semiestruturada com quatro assistentes sociais que atuam na política de Assistência Social na cidade de Pombal, PB, no ano de 2017. O trabalho justificou-se pelos questionamentos sobre as formas de compreensão e objetivação da iluminação teórica dos/das assistentes sociais na operacionalização cotidiana do seu trabalho profissional. No decurso do trabalho, observou-se que há uma tímida apreensão da teoria crítica pelos(as) assistentes sociais em seu trabalho profissional, evidenciando entraves no processo de objetivação da unidade teórico-prática e no processo de formação dos profissionais pesquisados, constatando uma série de debilidades no processo de mediação das bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativa no cotidiano profissional. Apontou-se relativas dificuldades dos(as) assistentes sociais em compreenderem e incorporar suportes teóricos e crítico-analíticas no trabalho profissional, na perspectiva de oportunizar o florescimento de visões e mediações concretas junto a mundaneidade social. Dessa forma, evidenciou-se a imanência de posturas e ações profissionais embebidas por um ranço pragmático e (neo) conservador, decorrentes da racionalidade burguesa que dissemina a fragmentação e o imediatismo nas reflexões e análises acerca da totalidade social, culminando numa maneira limitada e perfunctória de compreender a realidade concreta e fecundar as mediações dos/das profissionais de Serviço Social.

Palavras-Chave: Pragmatismo; Serviço Social; Trabalho profissional; unidade teórico-prática.

## ABSTRACT

This work has the scope of analyzing, investigating and reflecting on the process of understanding and appropriation of the theoretical-practical unit and its refutations in the professional work of social workers. In addition, it is intended to reflect, critically, on the apprehension of Marx's critical social theory and its objectification in the professional daily of Social Service, providing critical-interpretative analyzes of the concreteness of the real, opportunizing to break with the fragmentation and superficiality of the reifying daily life through Theoretical, ideological and critical support that fosters concrete analyzes of social reality, including the correlations of forces that outrage the totality of social life. To do so, it is a qualitative study, developed through a bibliographical review, referenced renowned authors of the scope of Social Work and field research, conducted through a semi-structured interview with four social workers who work in the Social Assistance policy In the city of Pombal, PB, in the year 2017. This work was justified by the questions about the ways of understanding and objectifying the theoretical illumination of social workers in the daily operationalization of their professional work. In the course of the study, it was observed that there is a timid apprehension of critical theory by social workers in their professional work, evidencing obstacles in the process of objectifying the theoretical-practical unity and in the process of training of the professionals mentioned above, noting a series of weaknesses in the Process of mediation of the theoretical-methodological bases, ethical-political and technical-operative in the professional routine. It was pointed out the relative difficulties of social workers in understanding and incorporating theoretical and critical-analytical support in professional work, with a view to facilitating the flowering of concrete visions and mediations along with social worldliness. In this way, the immanence of postures and professional actions embedded by a pragmatic and (neo) conservative stalemate stem from the bourgeois rationality that disseminates fragmentation and immediacy in the reflections and analyzes about the social totality, culminating in a limited way and perfunctory to understand the concrete reality and to fertilize the mediations of Social Service professionals.

Keywords: Pragmatism; Social service; Professional work; Theory / practice.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSELBAS – Associação dos Servidores da Legião Brasileira de Assistência  
ANASSELBA – Associação Nacional dos Empregadores da Legião Brasileira de Assistência  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CAPES - Caixas de Aposentadorias e Pensões  
CEMAR – Centro de Educação Integral “Margarida Pereira da Silva”  
CF – Constituição Federal  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
CNSS -Conselho Nacional de Serviço Social  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social  
EAD–Educação à Distância  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
FLBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência  
IES– Instituição de Ensino Superior  
IAPS- Instituto de Aposentadoria e Pensões  
LOAS– Lei Orgânica da Assistência Social  
LBA – Legião Brasileira de Assistência  
NACAP – Núcleo de Apoio à Criança e Adolescente de Pombal  
PEPSS – Projeto Ético Político do Serviço Social  
PBF – Programa Bolsa Família  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
SUAS – Sistema Único da Assistência Social  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba  
UBS – Unidade Básica de Saúde  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 CIÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL:</b> algumas aproximações .....	20
1.1 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: ruptura com o pragmatismo.....	22
1.2 CIÊNCIA PRAGMÁTICA (PÓS MODERNIDADE): alusões à concepção burguesa de ciência .....	34
1.3 ALUSÕES À PERSPECTIVA ONTOLÓGICA: tecendo análises sobre os fundamentos do ser social.....	41
1.4 A TEORIA SOCIAL CRÍTICA DE MARX .....	52
<b>2 UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA:</b> a compreensão dos assistentes sociais .....	63
2.1 CONTEXTUALIZANDO O LÓCUS DA PESQUISA: a política de Assistência Social .....	63
2.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM POMBAL/PB: desvelando o cenário da pesquisa	71
2.3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA .....	79
2.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	82
<b>3 O CAMINHO DE SÍNTESE:</b> desmistificando o pragmatismo.....	130
<b>REFERENCIAS</b> .....	150
<b>APÊNDICES</b> .....	155
APENDICE A - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA .....	156
APENDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	158
APENDICE C - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO .	160
APENDICE D – DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR.....	162

## INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta, possui o intento de compreender e analisar a relevante apreensão da unidade teórico-prática no trabalho profissional dos/as assistentes sociais na cena contemporânea, considerando a existência de um lapso inerente entre teoria e prática no plano técnico-operativo do Serviço Social, o que implica no não desvelamento da realidade em sua totalidade em decorrência da limitação teórico-metodológica nas análises críticas, macroscópicas e reflexivas, propiciando a emersão de ações interventivas sincréticas, pragmáticas e conservadoras junto à mundaneidade social.

Assim, sugere-se apreender a relevância da teoria social crítica no trabalho profissional dos/as assistentes sociais, objetivando corromper os entraves postos pela cotidianidade que obscurece as reais conexões da realidade social. Para tanto, a pesquisa desenvolveu-se, tendo como referência, profissionais de Serviço Social inseridos na política de Assistência Social na cidade de Pombal-PB no ano que transcorre, por compreender que essa esfera é um espaço latente para o trabalho dos/as profissionais de Serviço Social, oferecendo diversos espaços sócio-ocupacionais de atuação, o que possibilitou um maior e mais fácil acesso os/as assistentes sociais para a realização do estudo de campo. Além disso, acredita-se que a política supracitada caracteriza-se por um âmbito perpassado por diversos conflitos sociais, sendo alvo de inúmeros desdobramentos neoliberais que sucateiam e minimizam os objetivos primordiais, parâmetros, finalidades e serviços desenvolvidos no âmbito da Assistência Social, no que se refere à gestão e operacionalização de serviços e políticas (públicas e sociais).

Nesse sentido, o fascínio por esse tema floresceu da necessidade de apropriar-se do conhecimento acerca da unidade teórico-prática no trabalho profissional do(a)assistente social, na perspectiva de estabelecer e reconhecer os parâmetros essenciais para a mediação entre as fundamentações teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativa no cotidiano profissional, bem como, aprofundar o debate sobre a teoria social crítica que possibilita uma apreensão da realidade concreta, no sentido de corroborar com o desvelamento dos fios invisíveis que percorrem a vida cotidiana e mascaram a essência dos fatos postos à realidade social, além de suscitar um projeto social de cunho emancipador.

Compreende-se ser substancial a ruptura com a concepção de que “na prática a teoria é outra”, tal qual afirma que existe um distanciamento entre a teoria e a prática, partindo do pressuposto de que há uma lacuna entre o conhecimento teórico-metodológico adquirido ao

longo da formação acadêmica e a objetivação do trabalho profissional dos(as) assistentes sociais.

Tal percepção é uma maneira empobrecida e exaurida de conceber o Serviço Social, pois, compreende que a unidade teórico-prática estaria compelida a sua capacidade de proporcionar instrumentais e/ou procedimentos para moldar a ação interventiva dos/das assistentes sociais, posto que, dessa forma os/as profissionais estariam repousando em práticas, meramente, pragmáticas e imediatistas, reduzindo o seu poder crítico analítico e o olhar “além do aparente” necessário a apreensão da realidade de forma concreta para que se possa chegar à essência dos fatos (FORTI; GUERRA, 2010).

Em outras palavras, tal cisão entre teoria e prática, no seio da profissão de Serviço Social, baseia-se em entender que a teoria pode ser *aplicada* ao trabalho profissional resultando na elaboração de resultados prático-empíricos para responder a imediatez da realidade, fortalecendo a razão instrumental, guiada por um caldo pragmático e funcional, transformando as ações profissionais em receituários ou “receitas de bolo” que pudessem responder de forma imediata às refrações da “questão social”, apreendidas e expressas no cotidiano profissional, tendo em vista as correlações de forças sociais que perpassam a sociedade marcada pelo modo de produção capitalista.

Sob esse prisma, a teoria em que se fala seria uma teoria calcada no senso comum<sup>1</sup>, nula de criticidade e incapaz de transcender a aparência dos fatos inserida numa sociedade contraditória e dinâmica, contribuindo, significativamente, para a repetição do cotidiano e, assim, concorrendo à emersão de uma práxis<sup>2</sup> profissional pragmática que reiterasse as problemáticas a ela apresentadas, já que não é possível chegar à essencialidade dos fenômenos sob a ótica de uma análise simplista.

Ademais, é uma concepção que, dando base ao trabalho profissional do(a) assistente social, implica em reducionismos analíticos e ações repetitivas, bem como corrobora com a perpetuação da ideologia dominante, tendo em vista que decorre em práticas, meramente, pragmáticas, funcionais e acríticas, isto é, são incapazes de vislumbrar a essência dos

---

<sup>1</sup> Senso comum caracteriza-se por um leque de convicções e princípios, que eclodem do cotidiano, apreendidos em uma determinada esfera social. Assim, “é um conhecimento que não é construído sobre métodos específicos nem resulta de uma pesquisa com objetivo definido, ele se manifesta em ideias falsas, preconceituosas ou parciais da realidade, uma aglutinação acrítica (sem exame crítico) de juízos provenientes tanto da intuição como do campo racional ou religioso” (MARINS; BERBEL, 2015, p.1).

<sup>2</sup> Entendemos por práxis o conjunto de ações humanas derivadas da fusão entre pensamento e ação, assim, “é uma decisão entre alternativas efetuadas pelo indivíduo singular, que faz escolhas acerca de propósitos futuros visados. Porém, não faz escolhas independentes das pressões que as necessidades sociais exercem sobre os indivíduos singulares, interferindo nos rumos e orientações de suas decisões” (IAMAMOTO, 2010, p. 254).

fenômenos que atravessam o cenário profissional e compreender os fios invisíveis que perpassam a sociedade, tal como não proporcionam a estruturação e operacionalização de ações interventivas concretas e fecundas junto à realidade social.

Essa relação conflituosa entre teoria e prática, defendida por parcela da categoria profissional de Serviço Social resulta em diversas lacunas e equívocos na apreensão da teoria e, principalmente, na intervenção do(a) profissional. Tal apreensão da unidade teórico-prática imprime diversos equívocos no cotidiano profissional que, de acordo com Yolanda Guerra e Valeria Forti (2010), se expressam através da aproximação entre ciência e teoria social, resultando em uma *cientificação dos procedimentos sociais*.

Não obstante, cabe ressaltar que essa concepção de que “na prática a teoria é outra” alimenta referências instrumentais e ações pragmáticas, pois, consideram a teoria enquanto detentora da capacidade de construir respostas funcionais e imediatas à realidade concreta. Essa ideia de “aplicabilidade” prática da teoria chancela os respaldos teóricos a sua possibilidade prático-empírica, tendo em vista que, “é como se a validade da teoria repousasse na dócil submissão à necessidade de respostas práticas imediatas para os problemas” (GUERRA; FORTI, 2010).

Observa-se que a plena sintonia entre senso comum, imediatismo, cotidiano reificador e ação captam um trabalho profissional ancorado no pragmatismo, concorrendo para a instauração e desenvolvimento de uma práxis profissional baseada no irracionalismo<sup>3</sup>, positivismo e sincretismo, em conformidade com a racionalidade burguesa que dissemina a mercantilização da vida social e a manutenção do ethos burguês, opondo-se às vertentes críticas, ontológicas, filosóficas e investigativas que revelam a concretude do mundo real. Assim, o pragmatismo eleva as atividades prático-utilitárias enaltecendo os valores do útil e do individualismo. Desse modo,

É nesse quadro que o pragmatismo, como representação ideal da imediaticidade do mundo burguês, encontra o solo mais adequado para influenciar a profissão dos pontos de vista prático e profissional, teórico e ideopolítico. Porque considera que o significado das coisas, dos processos e das práticas sociais, reside neles próprios e rebate sobremaneira nas intervenções sociais e profissionais, afetando não apenas as profissões e os

---

<sup>3</sup> É uma reprodução ideológica do pensamento conservador, agudizado pelo processo de reificação fomentado pela lógica capitalista que percorre todas as esferas da vida social e escamoteia a concretude do mundo dos homens, assim, o irracionalismo “dissemina o pessimismo, o anti-humanismo, o individualismo e desvaloriza a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências (...)” (BARROCO, 2015, p.624).

assistentes sociais, mas os sujeitos sociais do mundo burguês e as profissões interventivas como um todo (GUERRA, 2013, p. 40).

Assim, a apreensão da cisão entre a unidade teórico-prática implica em uma suposta “aplicabilidade” de ciência no cotidiano profissional do Serviço Social, o que ocasiona significativos danos referentes ao *modus operandi* do/da profissional de Serviço Social.

Tal compreensão equivocada desdobra-se em diversos reflexos, tais como: a compreensão errônea de que o estatuto da profissão deveria adotar e/ou incorporar uma ciência própria, dando-lhe um caráter científico; visão idealista da realidade social, compreendendo que através do saber advindo da teoria é possível a superação do conservadorismo no trabalho profissional; concepção de que a teoria possibilitará a instrumentalidade e intervenções imediatas e práticas à realidade social, anulando os meios, os fins e as particularidades que envolvem cada problemática, ou seja, seria uma análise do micro para o macrosocial, o que resulta em generalizações analíticas e/ou reducionismos e, em ações interventivas puramente pragmáticas, funcionais e conservadoras, que corroboram com a perpetuação das problemáticas apresentadas no cotidiano profissional (GUERRA, 2005).

Assim, podemos identificar a necessidade de compreender tais ações profissionais baseadas e guiadas pela cisão entre teoria e prática, decorrentes do senso comum e da ideologia conservadora e descompromissada com a ciência e com os homens, ou seja, a ciência pragmática, visto que esta contribui para a manutenção da ordem vigente, pois, não aprofunda as análises para romper com a superficialidade do cotidiano reificador e possibilitar uma apreensão da raiz das determinações que correm para a emergência das múltiplas expressões da “questão social” e, assim, são inquestionáveis à ordem burguesa.

O que se almeja é a sistematização da realidade concreta, considerando os seus fatos reais e suas determinações materiais e sociais, escapando da construção de uma realidade ao *bel-prazer* do mundo subjetivo do indivíduo e/ou de uma realidade concreta amparada pelos determinismos que colaborem com a manutenção da ideologia capitalista.

Nessa perspectiva, considera-se ser relevante e essencial a apreensão do método em Marx na compreensão e operacionalização do trabalho profissional do Serviço Social, uma vez que o mesmo possibilita uma sistematização concreta da realidade social, pois, a teoria na concepção marxiana, é a reprodução ideal no plano do pensamento do movimento real do objeto, isto é, da mundaneidade social. Essa apreensão da sociedade, por meio de um olhar crítico-analítico e macroscópico, oportuniza a quebra com a superficialidade da vida



cotidiana, bem como propõe a mediação e formulação de uma práxis profissional comprometida com os ideários emancipatórios e com as concepções teóricas, ideopolíticas, éticas e críticas para a construção de análises e mediações fecundas junto à realidade social (NETTO, 2011).

Assim, o trabalho em tela desenvolve-se a partir do método crítico dialético, por entender que o mesmo possibilita a apreensão da realidade concreta em suas múltiplas determinações. Pois, o conhecimento da realidade social demanda um debruçamento teórico, crítico, reflexivo e investigador, sendo fundamental examinar as intrincadas conexões que demarcam a sociedade para poder-se-á obter uma concreta apreensão da manifestação da vida social, possibilitando a compreensão da dinâmica e da estrutura da sociedade.

Substancialmente, objetiva-se “ir além do aparente”, rasgar o véu da imediatez e romper com a forma fenomênica, imediata e empírica posta pela cotidianidade<sup>4</sup>, pois, acredita-se ser fulcral transcender a “aparência” da realidade superficial, no intuito de chegar à essência dos fatos, visto que,

[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a estrutura do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011, p. 22).

Cabe precisar que, para a apreensão das múltiplas determinações que constituem a realidade, é necessário um conhecimento teórico, concreto e verídico, que compreenda para além do que é imediatamente oferecido ao sujeito investigador. Com isso, acredita-se ser substancial realizar a “viagem de modo inverso”, esta realiza-se na esfera do pensamento quando o sujeito observa e apreende a realidade em seu campo de abstrações e, a posteriori, a realidade retorna a sociedade como forma de concreto pensado, isto é, como um produto do pensamento, conscientemente questionado e analisado pelo homem (NETTO, 2011).

---

<sup>4</sup> “(...) o *cotidiano* é o ‘mundo da vida’ que se produz e se reproduz dialeticamente, num eterno movimento: ‘[...] é o mundo das objetivações’. O conceito de cotidiano está relacionado àquilo que é vivido e à vida social dos indivíduos sociais. Um e outro se relacionam entre si. O cotidiano (ou a cotidianidade) se distingue da rotina da vida exposta no dia a dia. A rotina no dia a dia se constitui, segundo Heller (2004) como o/s ato/s que repetimos mimeticamente sem nos darmos conta do seu significado e de sua importância” (VERONEZE, 2013, p.165, grifos do autor).

Ora, tal viagem proporciona a compreensão das articulações e categorias ontológicas intrínsecas à sociabilidade humana determinada pelas nuances sócio-históricas e pelos ditames capitalistas, propiciando um desnudamento dos modos de ser e de existir dos sujeitos sociais, apoiando-se na perspectiva de apreensão da totalidade da vida social. Pois, a teoria social crítica de Marx, busca compreender e analisar a dinâmica e estrutura da sociedade burguesa, uma vez que, esta se constitui através dos processos de produção e reprodução da vida social sob o comando do grande capital engendrados pelas transformações sócio-históricas.

A partir da produção de conhecimento mediado ao caráter investigativo que o/a profissional de Serviço Social encontrará respaldos críticos e concretos para trabalhar junto à realidade social, isto é, através de concepções teóricas e críticas fornecidas pela investigação e pesquisa, o/a assistente social poderá efetuar uma leitura verídica do movimento do real em sua plenitude e, concomitantemente, poderá desnudar e compreender as correlações de forças que atravessam a mundaneidade social fazendo apreensão dos “modos de ser” dos indivíduos e das processualidades históricas, econômicas, sociais e culturais. Ao fim dessa análise do movimento do mundo concreto, o/a assistente social poderá intervir sobre a realidade concreta, fomentando mediações fecundas e eficazes às demandas sociais.

No decurso do trabalho, objetiva-se proporcionar uma reflexão crítico-analítica o(a) leitor(a) no que se refere à discussão sobre a apreensão da teoria no trabalho profissional do/da assistente social, destacando e enfatizando que a mesma possibilita um olhar “além do aparente”, isto é, viabiliza uma leitura macroscópica e crítica analítica junto à realidade social, propiciando o desnudamento de mediações sociais escamoteadas pelo cotidiano reificador e pelos antagonismos sociais que, transversalmente, determinam a sociedade atual.

Ademais, o trabalho se propõe a identificar e analisar as concepções e os aspectos que fundamentam essa relação conflituosa e, para nós superada, entre teoria e prática no trabalho profissional dos(as) assistentes sociais, na perspectiva de desmistificar a ideologia de que “na prática a teoria é outra”, bem como compreende-se ser válido a identificação e compreensão das principais percepções presentes no cotidiano profissional guiado pela cisão entre teoria e prática.

A temática em tela possui relação estreita com inquietações interrogativas advindas no decurso da formação acadêmica e na vivência do estágio supervisionado. Pois, a apreensão da unidade teórico-prática no plano técnico-operativo do Serviço Social caracteriza-se como um âmbito que abarca um leque de questionamentos e interrogações por parte de alguns

profissionais e/ou discentes de Serviço Social, o que fez florescer o interesse e a motivação pelo objeto de estudo para construir a pesquisa que transcorre.

Cabe apontar que, algumas dessas questões constituem-se como pontos fulcrais para o surgimento e o desenrolar do referido trabalho, pois são de extrema validade para a problematização e compreensão do debate que se objetiva desenvolver, como por exemplo, qual mediação<sup>5</sup> realizada entre o arcabouço teórico e a prática profissional do/da assistente social? Quais os resultados de um trabalho profissional consubstanciado pela unidade teórico-prática? Por outro lado, quais os resultados de uma prática chancelada pela cisão entre teoria e prática? Como refletir e compreender o mundo concreto? E, como fomentar mediações concretas junto à realidade social sem suporte crítico-analítico?

A busca incessante por tais respostas não esgota o debate sobre a temática abordada, mas, possibilita uma reflexão crítica-analítica onde se constata ser de suma relevância a incorporação da unidade teórico-prática no trabalho profissional do/da assistente social, tendo em vista que a mesma propicia uma visão crítica e macroscópica ao profissional de Serviço Social possibilitando o desvelamento do mundo real. Nesse sentido, podemos inferir que é imprescindível problematizar, investigar e pesquisar como introduzir a iluminação teórica no trabalho profissional dos(as) assistentes sociais em seu cotidiano profissional, na perspectiva de contribuir para a ampliação do debate referente à compreensão e apreensão da unidade teórico-prática.

A priori realizou-se uma revisão bibliográfica com o intuito de dialogar com alguns autores(as) renomados do âmbito da produção de conhecimento e, sobretudo, do Serviço Social, na perspectiva de explicar, analisar e desvelar as concepções dos mesmos no que se refere à temática em tela, ancorando-se no objetivo de propiciar uma leitura que possibilite uma compreensão o(a) leitor(a). Além de propiciar um conhecimento crítico os/as assistentes sociais - considerando os limites e possibilidades de reflexões da pesquisa aqui traçada - acerca da unidade teórico-prática enquanto pilar de sustentação fundamental para um trabalho profissional comprometido e, conseqüentemente, para a elaboração e “operacionalização” de ações interventivas fecundas e concretas diante das multifacetadas expressões da “questão social” que demarcam a contemporaneidade.

---

<sup>5</sup> “A mediação é uma das categorias centrais da dialética, inscrita no contexto da ontologia do ser social e que possui uma dupla dimensão: ontológica – que pertence ao real, está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito e reflexiva – elaborada pela razão, para ultrapassar o plano da imediatividade (aparência) em busca da essência, necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto. Ou seja, a [...] sua construção se consolida tanto por operações intelectuais, como valorativas apoiadas no conhecimento crítico do real, possibilidade fundamentalmente pela intervenção da consciência” (MORAES; MARTINELLI, 2017, p. 03).

Para tanto, a presente pesquisa terá como fundamento central a pesquisa de cunho bibliográfico onde trataremos de destacar as concepções e ideologias de autores renomados na produção de conhecimento e no âmbito do Serviço Social, tais como: Yolanda Guerra (2014), Ricardo Lara (2008), José Paulo Netto (2011) e Maria Lúcia Barroco (2010), posto que, os mesmos apresentam rigor teórico em suas produções científicas, propiciando o enriquecimento e a produção de reflexões que possibilitem a compreensão no que refere à apreensão da unidade teoria e prática no plano técnico-operativo da profissão de Serviço Social, resgatando substratos essenciais para o desenvolvimento de tal temática.

Posteriormente, apresenta-se o tratamento analítico dado às entrevistas semi-estruturadas realizadas com quatro profissionais de Serviço Social que atuam na política de Assistência Social no município de Pombal no ano de 2017, objetivando apreender as concepções e apropriações dos mesmos acerca da iluminação da unidade teórico-prática no plano técnico-operativo do Serviço Social. Assim, este trabalho está dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, objetiva-se realizar uma análise do processo de sistematização da realidade social por meio da investigação científica que possibilita a compreensão dos fios imbricados ao cotidiano profissional. Em seguida, apresentamos as fundamentações que baseiam a emergência da ciência burguesa, concorrendo para interpretações míopes, imediatistas e fragmentadas da realidade concreta, fundada numa ideologia pós-moderna, reiterando uma perspectiva conservadora e pragmática com vistas a assegurar o monopólio da racionalidade capitalista.

O capítulo trata, também, da ressignificação do ser social e a centralidade ontológica do trabalho através da apreensão crítica e analítica da ontologia do ser social, no sentido de investigar e compreender o processo de interação e transformação mútua entre homem e natureza na busca pela objetivação de suas necessidades vitais (objetivas e subjetivas), traduzindo-se numa atividade auto criadora e autotransformadora que oportuniza a transformação do homem genérico em um ser crítico e propositivo mediante o seu significado ontológico-social, estabelecendo mediações às determinações e nuances sociais sob a égide do capitalismo contemporâneo. A posteriori, abordamos o processo de aproximação da teoria social crítica de Marx, a qual proporciona uma leitura crítica da mundaneidade social, evidenciando as múltiplas e intrincadas conexões que perquirem o “mundo dos homens”, bem como possibilita uma compreensão concreta da dinâmica burguesa no cenário capitalista, priorizando a “essência” em detrimento a “aparência” da dinâmica da concretude do real.

No segundo capítulo realizamos a apresentação do lócus da pesquisa objetivada junto os/as profissionais de Serviço Social que atuam no âmbito da Assistência Social no município de Pombal, na Paraíba, evidenciando o contexto da política supracitada, elencando a sua constituição sócio-histórica, suas diretrizes, princípios, leis, políticas e instituições que regulamentam a prestação e operacionalização de serviços e programas sociais desenvolvidos na política Assistência Social, bem como caracterizou-se o contexto histórico, político, econômico e social da cidade de Pombal-PB. Ademais, buscou-se desvelar o objeto do estudo, aqui traçado, tendo como base de sustentação a análise das particularidades do trabalho profissional dos/das assistentes sociais. A pesquisa de campo centralizou-se na revelação da apropriação teórica e suas mediações com o trabalho profissional do Serviço Social comprometido com os valores emancipatórios e um “olhar crítico” propostos pela profissão.

No terceiro capítulo, despontou-se uma síntese de reflexões que analisam e apreendem os elementos essenciais que fundamentam a cisão entre teoria e prática no trabalho profissional do Serviço Social, suscitando uma análise no que concerne ao pragmatismo inerente às mediações profissionais determinadas por uma maneira limitada de conceber a profissão. Nesse sentido, buscou-se destacar encaminhamentos necessários para consubstanciar um trabalho profissional que enseje “remar na contra maré” de ações pragmáticas e acríticas, evidenciando a essencialidade de uma leitura crítica-interpretativa da realidade concreta por meio da condensação das fundamentações teórico-metodológicas, técnico-operativa e um direcionamento ético-político comprometido com os valores estampados no Projeto Ético Político do Serviço Social.

## **1 CIÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL: algumas aproximações**

No âmbito da profissão de Serviço Social, a pesquisa mediada à produção de conhecimento são substanciais para a base de sustentação do trabalho profissional dos(as) assistentes sociais, uma vez que, é através da investigação científica que o(a) profissional consegue vislumbrar a realidade e os fios intransparentes imbricados à mesma, desnudando e compreendendo a realidade social e suas inúmeras conexões, propiciando que o(a) profissional de Serviço Social elabore ações interventivas em consonância com o contexto

social e de acordo com as demandas advindas, disponibilizando possibilidades do mesmo construir mediações concretas para serem operacionalizadas em seu trabalho profissional.

A sistematização, que possibilita a compreensão da mundaneidade social, em conformidade com a pesquisa científica, supõe um processo de intensa relação e mediação entre sujeito e realidade social, tendo em vista que, o conhecimento brota dessa relação que permite a apreensão da realidade social através da interação entre o objeto (realidade) e investigador (sujeito), possibilitando que o indivíduo se aproprie da conjuntura social e possa sistematizá-la.

O conhecimento científico emerge da realidade social, ou seja, das necessidades e demandas advindas dos sujeitos sociais. Assim, o conhecimento deve ser mediado pelo próprio movimento do real, interligando-se a práxis social, isto é, a um conjunto de ações humanas que caucione um amplo leque de oportunidades para uma legítima leitura da realidade concreta.

De acordo com Ricardo Lara (2008, p.175) “o saber é produzido em correlação às condições materiais de existência de uma dada concretude histórica”, o que significa dizer que, o conhecimento enquanto uma aproximação da realidade pesquisada não consegue apreender todas as múltiplas e conflituosas determinações sócio-históricas que, transversalmente, demarcam-na. Isso ocorre, pois, a realidade social está em pleno movimento e é permutada por constantes nuances e transformações que alteram as suas concretudes e conexões reais.

O pesquisador é considerado um agente fundamental no resultado final da pesquisa realizada, pois o mesmo visto enquanto sujeito social é carregado de concepções políticas e ideológicas, impossibilitando que o pesquisador possua uma neutralidade científica no percurso da investigação. Isso posto, o posicionamento político está inerente à pesquisa e deve ser compreendido como um compromisso com uma classe social, esta por sua vez, sugere-se que seja analisada e compreendida para que suas necessidades sejam, concretamente, desveladas e atendidas através de uma investigação sujeito-objeto (LARA, 2008).

Por conseguinte, importa frisar que a visão de mundo do sujeito investigador é fundamental na elaboração da pesquisa e no produto final da mesma. Assim,

[...] A produção de conhecimentos é permeada pelas experiências intelectuais, principalmente particulares, dos seus autores, o que tira dela qualquer conotação de neutralidade científica (SETÚBAL, 2005, p.43). O rigor teórico que cobramos na pesquisa está bem distante do rigor

metodológico da pesquisa positivista, que reivindica da investigação um procedimento rígido em que se oculta o posicionamento político do pesquisador (LARA, 2008, p. 176).

A ciência advém das necessidades sociais que carecem de investigação para serem desveladas e compreendidas, ou seja, a investigação científica não desponta de uma vontade subjetiva de um sujeito investigador, mas, surge de necessidades objetivas e concretas que necessitam de análises para a construção de intervenções fecundas junto à realidade concreta. De modo que, o mundo dos homens é constituído por inúmeros complexos de cunho político, social, econômico, ético, étnico e de gênero que determinam sociabilidade humana, caracterizando-se no âmbito do Serviço Social, como as multifacetadas expressões da “questão social<sup>6</sup>”, cujas mesmas são investigadas e analisadas criticamente por meio de uma visão de mundo e olhar científico propiciado pelas ciências humanas e sociais que se desenvolvem no interior do Serviço Social.

No decurso de uma determinada pesquisa, os sujeitos pesquisadores investigam rigorosamente o seu objeto de estudo e, a partir das análises do movimento da realidade concreta, brotam as teorias através do concreto pensado para explicar as determinações sociais por eles estudadas. Todavia, há casos em que ocorre uma falta de rigor teórico na investigação científica, que desemboca em reducionismos analíticos. Tal fato ocorre em decorrência do despreendimento de *teorias, leis e modelos* do objeto de investigação que se desloca da concretude do real e se fixa apenas no campo de abstrações do pesquisador, sem alguma conexão com a realidade concreta e objetiva, ocasionando “um estranhamento ou misticismo do real por parte do pesquisador” (LARA, 2008, p.178).

## 1.1 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: ruptura com o pragmatismo

---

<sup>6</sup>“Atribuir visibilidade aos fios intransparentes supra-assinalados, que tecem a totalidade do processo de mundialização, é da maior importância para compreender a gênese da (re) produção da questão social, que se esconde por detrás de suas múltiplas expressões específicas, que condensam uma unidade de diversidades. Aquelas expressões aparecem sob a forma de “fragmentos” e “diferenciações”, independentes entre si, traduzidas em autônomas ‘questões sociais’” (IAMAMOTO, 2010, p.114). A questão social centraliza-se na relação contraditória entre capital-trabalho posta na sociedade contemporânea delineado pelo modo de produção capitalista e a agudização da ofensiva neoliberal e seus delineamentos.

Compreende-se ser imprescindível que o pesquisador tome posse do ponto de partida para a elaboração e construção da investigação científica que se caracteriza pela objetividade da pesquisa, para que se possa chegar à essência da realidade aparente que envolve a centralidade da pesquisa em questão. No que concerne ao Serviço Social, é insuprimível o desvelamento da realidade social, em outras palavras, entende-se ser essencial o desnudamento do cotidiano<sup>7</sup> reificador que camufla as contradições e antagonismos das relações sociais marcadas pelo modo de produção capitalista determinando as múltiplas expressões da “questão social” que assolam a vida dos indivíduos sociais.

[...] o assistente social pesquisador que objetiva o rigor teórico exigido pela ciência autêntica e que privilegia a pesquisa e a produção de conhecimento como espaço de posicionamento político em favor da lógica do trabalho e, por conseguinte, da vida humana, deve perquirir *as intrincadas conexões* destrutivas do modo de produção capitalista e denunciar a produção e reprodução material e espiritual alienante. Nesse caso, a ética que cobramos do pesquisador é aquela que tem por finalidade contribuir com a *humanidade social* com suas inquietações e construções teóricas na direção da superação da lógica do capital [...] (LARA, 2008, p.182, grifos do autor).

Com efeito, o assistente social é um profissional que intervém à sociedade e, assim, defronta-se com a imediaticidade e superficialidade intrínsecas ao cotidiano e, é nele que se reproduz a individualidade e a sociabilidade humana em decorrência da ordem capitalista<sup>8</sup> que aliena as relações sociais postas ao cotidiano que se torna cada vez mais reificado e reificador,

---

<sup>7</sup> “[...] o cotidiano é espaço privilegiado para o desenvolvimento do ser humano genérico, pois é onde o homem coloca em movimento todos os seus ‘sentidos, todas as capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, paixões, idéias e ideologias’ (HELLER, 2008, p.31). Pensando a partir da essência da vida cotidiana, espaço onde se põe em movimento todas as potencialidades do homem, faz-se necessário reconhecer que a base material da cotidianidade se funda como concepção orgânica desta; o trabalho e a vida privada, por exemplo. Concebida a partir da satisfação das suas necessidades, o contínuo movimento do cenário do cotidiano, tem como regulador, as relações sociais de produção” (FRANÇA, 2012, 17).

<sup>8</sup> “[...] o regime capitalista de produção é um processo de produção das condições materiais da vida humana que satisfaz “necessidades sociais do estômago ou da fantasia” e se desenvolve sob relações sociais de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e as formas sociais através das quais se expressam. Existe, pois, uma indissociável relação entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada, isto é, a totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2010, p. 55). Concomitantemente, o modo de produção capitalista baseia-se na apropriação dos meios de produção e da força viva de trabalho na perspectiva de ampliar a acumulação do grande capital, que se dá através da exploração do trabalhador e da extração da mais valia. Assim, a ordem capitalista e seus inúmeros desdobramentos impulsionam a dicotômica relação entre capital x trabalho.



posto que, propicia o agudização da alienação no seio da sociabilidade. Além disso, o mesmo é solo fértil para a superficialidade do real, contribuindo para a reprodução do pragmatismo, espontaneísmo e imediatismo, isto é, o cotidiano pressupõe ações instrumentais e pragmáticas implicando na carência de mediações concretas junto à realidade social.

O próprio movimento do cotidiano conclama respostas funcionais e imediatistas aos sujeitos envolvidos nas situações apresentadas, corriqueiramente, no plano técnico-operativo no Serviço Social. Deste modo, nota-se que tais mediações de caráter aligeirado não requisitam um conhecimento crítico e macroscópico da realidade concreta, pois, trilham um percurso que busca, apenas, resultados imediatos para sanar as demandas, resultando em ações pragmáticas, acríticas e repetitivas.

Faz-se necessário compreender que a profissão de Serviço Social inserida na divisão sócio técnica do trabalho e na (re) produção das relações sociais na ordem capitalista é institucionalizada para intervir junto às expressões da “questão social”. Tais expressões percorrem a vida cotidiana e são, majoritariamente, mascaradas pela alienação inerente à realidade social. É na imediaticidade intrínseca ao mundo cotidiano, demarcado pela ordem burguesa, que o pragmatismo deita raízes e influencia, significativamente, a profissão de Serviço Social em seu âmbito prático-profissional, teórico-metodológico e ideopolítico (GUERRA, 2013).

Observa-se que, por inúmeras vezes, o cotidiano profissional determinado de conflitos e perpassado por várias correlações de forças, se apresenta os/as profissionais de Serviço Social de maneira obscura, escamoteada pelas ações repetitivas e reiteradas em decorrência da própria dinâmica da cotidianidade que favorece a reprodução de respostas aligeiradas e imediatas.

Nessa direção, o cotidiano é o campo de atuação do assistente social, isto é, “o solo ontológico no qual se gesta o exercício profissional é o cotidiano” (GUERRA, 2013, p.40). Nele, são predominantes o senso comum, o espontaneísmo e as ações imediatas, haja vista que o movimento do cotidiano reclama por respostas imediatas às demandas postas na realidade concreta. Assim, o indivíduo organiza ação e pensamento - a práxis profissional -, sob a ótica da imediaticidade, culminando na emersão e propagação de ações pragmáticas no arcabouço de mediações do/da assistente social.

Não casualmente, a ação pragmática é fruto da unidade imediata entre teoria e práxis, levando em consideração que a apreensão da realidade de forma imediata pressupõe a amputação de análises e mediações teóricas e ideopolíticas, ocasionando uma debilidade na

apropriação concreta do mundo real e, conseqüentemente, ocasiona um empobrecimento no que tange as intervenções profissionais nesse contexto (GUERRA, 2013).

Dessa maneira, nota-se que o cotidiano media-se com as determinações das relações sociais de produção, propiciando o desenvolvimento de respostas instrumentais, ancoradas em ações aligeiradas, reiteradas e repetitivas, caracterizando-se como um solo fértil para a reprodução da alienação por propiciar a “apreensão aparente” do mundo real. Entretanto, é imprescindível que o cotidiano seja compreendido de forma concreta, possibilitando a construção de mediações e respostas fecundas e concretas as demandas apresentadas.

Assim, é necessário “rasgar a seda” da imediatividade da vida cotidiana para se chegar à essência dos fatos, isto é, ultrapassar a pseudoconcreticidade da mundaneidade social e romper com as ações pragmáticas que rondam o cotidiano profissional dos(as) assistentes sociais e reiteram uma prática repetitiva e irreflexiva, pois não vislumbram a realidade em sua totalidade em decorrência da não assimilação da teoria e seu arcabouço crítico-analítico que proporciona o(a) profissional um olhar “além aparente” para o desvelamento da concretude e significado dos fenômenos apresentados no mundo real.

A vida cotidiana é inesgotável e está presente em todo e qualquer tipo de sociabilidade. Todavia, a cotidianidade se revela de forma diferenciada, apresentando as suas particularidades através do seu âmbito social, das classes e grupos sociais e dos seus sujeitos coletivos considerando os seus comportamentos, intencionalidades e regularidades, isto é, a vida cotidiana é inscrita através das peculiaridades sociais, culturais, políticas e ideológicas, bem como, dos “modos de ser” dos indivíduos que a compõem. Tal cotidianidade caracteriza-se como uma categoria ontológica do homem, assim, condiciona um padrão comportamental aos indivíduos na vida cotidiana.

Na ótica lukacsiana, a vida cotidiana é insuprimível. Não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana. Enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é ineliminável. O que, em Lukács, não lhe confere nenhum caráter meta-histórico: se em toda sociedade existe e se põe a cotidianidade, em cada uma delas a estrutura da vida cotidiana é distinta quanto ao seu âmbito, aos seus ritmos e regularidades e aos comportamentos diferenciados dos sujeitos coletivos (grupos, classes etc.) e, face da cotidianidade (NETTO, 2012, p.67).

Para tanto, essa peculiaridade da vida cotidiana dos sujeitos sociais corrobora com o materialismo espontâneo e ações pragmáticas, em virtude da necessidade de requisitar respostas imediatas e aligeiradas às situações apresentadas no cotidiano profissional, nulas de conhecimento prévio e, lamentavelmente, ausentes de análises crítica-analíticas e macroscópicas para a ultrapassagem da pseudoconcreticidade do cotidiano, posto que, “o critério da utilidade confunde-se com o da verdade” (NETTO, 2012, p.69) culminando em ações, puramente, pragmáticas, funcionais e acríticas.

Importa ressaltar que, na ótica lukacsiana, a vida cotidiana é delineada por algumas determinações elementares. A primeira delas é a *heterogeneidade*, haja vista que a cotidianidade se apresenta com nuances distintas, representando as diversidades existentes na sociedade que se expressam no leque de objetivações do ser social e nos complexos processos sociais, traduzindo-se na linguagem, política, vida privada, trabalho, lazer etc. A segunda determinação da vida cotidiana caracteriza-se pela *imediatividade*, pois o padrão de comportamento posto a cotidianidade suscita a ação imediata, havendo uma interação direta entre ação e pensamento, fazendo emergir a necessidade de atitudes imediatas para responder as carências postas à vida cotidiana. A terceira seria a *superficialidade*, considerando que a heterogeneidade e a imediatividade do cotidiano contribuem para que os indivíduos vislumbrem a realidade concreta através da apreensão da realidade aparente, enaltecendo um “somatório de fenômenos” que se apresentam na sociedade, anulando as análises acerca de suas vinculações reais (NETTO, 2012).

As ações pragmáticas, no âmbito do Serviço Social, florescem mediadas por uma maneira equivocada dos/das assistentes sociais de compreender a unidade teórico-prática, partindo de uma apreensão da realidade de forma imediata sustentada pela práxis cotidiana, decorrendo em mediações aligeiradas para responder a demandas de maneira imediata. Com efeito, o pragmatismo é uma tendência no interior da profissão de Serviço Social e, assim, é ele o autor do empirismo imanente na profissão, bem como é responsável por uma determinada maneira de compreensão da unidade teórico-prática por parcela significativa da categoria profissional de Serviço Social, onde se constata uma supervalorização da prática profissional e, conseqüentemente, uma supressão dos pressupostos teórico-metodológicos, éticos e ideopolíticos que sustentam a profissão, revertendo-se em respostas imediatas e nulas de reflexões crítico-analíticas (GUERRA, 2013).

Importa citar que, a validade da teoria, na concepção pragmática, limita-se a conceber pressupostos para consubstanciarem a investigação da realidade social, isto é, sustenta-se no ideário de que a teoria sendo aplicada ao trabalho profissional possibilita a

reprodução de respostas imediatas à realidade social. Isso significa dizer que, a teoria aplicada à ação interventiva resgata teorias sociais enquanto *regras, modelos e instrumentais* que são capazes de serem aplicados junto as demandas sociais, resultando em frutos e respostas desejáveis e cabíveis aquele contexto. Segundo Yolanda Guerra (2010), é como se a teoria perdesse a validade mediante o repouso na dócil submissão à necessidade de respostas prático-empíricas para às necessidades sociais. Nesse sentido, verifica-se que existe a propagação, no interior da profissão de Serviço Social, da chamada “teoria dos resultados”, conforme aponta a autora Yolanda Guerra:

Esta concepção norteia as profissões prático-interventivas, que se autodefinem como “aplicadas”, para o que utilizam um conjunto de conhecimentos ecléticos, selecionando de cada teoria, método, doutrina ou estilo o que lhe parece mais adequado para o alcance dos resultados desejados. É a “teoria dos resultados”, a aplicação prática de experiências refletidas pela consciência comum, a qual não alcança a lógica constitutiva das mesmas e, por isso, não é capaz de interpretá-las [...] (GUERRA, 2013, p.44).

Essa apropriação pragmática do Serviço Social é consubstanciada por uma razão instrumental que possui caráter regulador, imediatista, funcional e individualista. Esta é uma razão subalterna ao alcance dos interesses individuais, das respostas imediatas e funcional-estrutural, caracteriza-se por um leque de atividades que não se preocupa com os meios e/ou os fins, tampouco lança críticas ou indagações as implicações ético-políticas dos objetivos e finalidades, limita-se ao imediatismo e por isso, é funcional ao capital e fortalece a ordem burguesa, ou seja, colabora com a manutenção ideológica da ordem vigente.

Tal nível de instrumentalidade<sup>9</sup>, guiada pelo ideário burguês, preocupa-se em fomentar e construir instrumentos de controle e colaboração com a reprodução da racionalidade capitalista, pelo fato dessa instrumentalidade proporcionar a manutenção da produção material e ideológica da força de trabalho e da ordem burguesa a partir da inserção

---

<sup>9</sup> Conforme Destaca Guerra (2000, p.2, grifos nossos) “a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais *objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais*. É por meio dessa capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentais existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações (...)”.

do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho e da sua *atribuição* de intervir no redimensionamento da “questão social” por meio de serviços e políticas sociais.

Assim, a razão instrumental condiciona-se a reprodução de respostas imediatas, isto é, respostas operativo-instrumentais, nulas de análises acerca dos meios e dos fins da intervenção profissional. Nesse sentido, tal instrumentalidade, dada de forma aligeirada e imediatista, não ultrapassa os interesses particulares e burgueses, pois não formulam análises críticas e macroscópicas que possibilitem a busca e objetivação de finalidades e reais necessidades da sociedade, considerando apenas a aparência fenomênica e aparente da mundaneidade social, ancorando-se na chamada “teoria dos resultados”<sup>10</sup>.

Nesse sentido, a razão instrumental mediada pela racionalidade capitalista, reproduz visões psicologizantes, imediatistas, pragmáticas, conservadoras e simplistas das expressões da “questão social” através de ações e mediações que objetivam controlar as relações sociais e as formas de sociabilidade humana, na perspectiva de manter os padrões capitalistas, correndo para as tendências ao pragmatismo, utilitarismo, metodologismo e instrumentalismo, cujas mesmas são vertentes empobrecedoras de conceber a profissão de Serviço Social, uma vez que, executa-se o trabalho profissional de forma prática e tecnicista, sem alguma produção reflexiva, que não se propõe a analisar a sociedade de forma macroscópica para se chegar ao indivíduo, isto é, nula de um olhar crítico e macrossocial, pois baseia-se apenas em aspectos práticos, funcionais e imediatistas, no intuito de repor aos interesses neoliberais.

Os reflexos desse pragmatismo na contemporaneidade são inúmeros e se apresentam, predominantemente, na formação profissional dos(as) assistentes sociais que se dá de forma cada vez mais pragmática e aligeirada; na racionalidade apreendida que detém a lógica das competências e dos comportamentos manipulados pela lógica burguesa através da imediaticidade da vida cotidiana; nas categorias de compreensão da realidade diminuídas a categorias instrumentais guiadas por uma razão instrumental; no pensamento agnóstico (não cognoscível) como negação da possibilidade de elevar a compreensão da lógica constitutiva da processualidade das práticas sociais, políticas e profissionais, na perspectiva de alcançar os fundamentos da sociabilidade humana (GUERRA, 2013).

A atitude pragmática decorre da superficialidade posta e intensificada na ordem capitalista, pautando-se no objetivo de reiterar a necessidade de dar respostas imediatas e

---

<sup>10</sup> “A ‘teoria dos resultados’ é um produto típico do desenvolvimento capitalista e vincula-se a dimensão instrumental da razão que na ordem burguesa passa a ser a razão hegemônica, embora não seja o único nem o último padrão de racionalidade, como defendem os que, como nós, ainda acreditam nas possibilidades emancipatórias da razão moderna e consideram que as promessas do iluminismo ainda portam a tendência de se realizarem” (GUERRA, 2005, p.4).

práticas ao homem, tolhendo a criticidade dos mesmos. Esse pragmatismo brota da apreensão da “aparência do real” que passa a ser naturalizada na praticidade da vida cotidiana, colaborando com a reprodução da racionalidade formal-abstrata do mundo burguês, pois opera ações interventivas, exclusivamente, funcionais e acríticas, impossibilitando a visualização da essência dos fenômenos que sinalizam a sociedade. Tal racionalidade, posta pela ordem burguesa, determina todas as esferas sociais e, simultaneamente, passa a organizá-las através de pressupostos pragmáticos, utilitários, instrumentais e imediatistas, dando ênfase a processualidade da sociedade burguesa que é antagônica as classes e práticas (profissionais e sociais) (GUERRA, 2013).

A engenharia do sistema capitalista converte as relações sociais de produção, as instituições sociais e os sujeitos sociais em “coisas” tornando-os instrumentos e meios da engrenagem capitalista. Com vistas a manter o controle sobre as formas de ser e de existir do mundo dos homens, o modo de produção capitalista arquiteta diversos desdobramentos postos à sociedade, na perspectiva de alimentar as inversões burguesas, o processo de reificação e a mercantilização dos indivíduos por meio de um leque de artimanhas que objetivam a regulação social sob o comando de grande capital.

Os mecanismos de predominância capitalista partem desde a tomada de poder da esfera estatal a parâmetros ideológicos através da disseminação da racionalidade formal-abstrata, hegemônica na sociabilidade burguesa, que exerce controle sobre as formas de pensar, ser e existir da realidade social e, concomitantemente, contamina o âmbito do Serviço Social, à medida que colabora com a desarticulação da unidade teórico-prática.

Assim, submissa à razão instrumental, a racionalidade formal-abstrata enquanto uma dimensão da dialética limita-se a construir ações manipulatórias, instrumentais e perfunctórias, uma vez que, é incapaz de analisar a concretude do mundo real, pois nega as particularidades ontológicas e sócio-históricas, compreendendo a sociabilidade como resultado de um conjunto de processos naturais e exteriores aos homens. Com tal característica, a racionalidade burguesa torna-se ponto fulcral para a reprodução e manutenção da ordem capitalista, haja vista que naturaliza o processo de reprodução das relações sociais de produção e ratifica que a razão é algo exterior e desprendido dos sujeitos sociais, anulando a essência da concretude da realidade concreta e das relações sociais, ancorando-se no objetivo de elaborar respostas funcionais, particulares e imediatas.

Na profissão de Serviço Social a racionalidade formal-abstrata (razão instrumental) minimiza a intervenção do/da profissional, pois, opera resultados prático-empíricos, guiando o trabalho profissional para o alcance de qualquer finalidade. Nesse seguimento, é substancial

que a categoria profissional busque um referencial teórico-ideológico pautado na crítica e ruptura à racionalidade formal-abstrata, consubstanciando o trabalho profissional por uma razão crítico-dialética, promovendo a compreensão dos fundamentos ontológicos do ser social e possibilitando a apreensão da totalidade da realidade concreta, evidenciando as múltiplas determinações que a campeiam, compreendendo que a racionalidade burguesa impede esse nível de abstração crítica da realidade social. Logo, compreende-se como racionalidade crítico-dialética

[...] a racionalidade que restitui o protagonismo dos sujeitos, que assimila os aspectos ontológicos dos fatos, fenômenos e processos sociais, que a partir do processo de abstração, por meio de múltiplas e complexas determinações, alcança os conteúdos mais concretos, os vínculos e mediações mais estreitos e as determinações mais predominantes, contemplando a análise da totalidade da realidade social [...] (JUSTINO, 2012, p.42).

Partindo dessa lógica, salienta-se a relevância de incorporar a razão crítico-dialética ao trabalho profissional do Serviço Social, compreendendo que esta proporciona a ruptura com a forma fenomenológica da cotidianidade e propõe uma práxis emancipatória, uma vez que, tece críticas a ordem vigente e oferece possibilidades para a ruptura com a racionalidade própria da sociabilidade burguesa, no sentido de elaborar mediações profissionais críticas e conscientes, qualificando as ações interventivas operacionalizadas no plano técnico-operativo do Serviço Social na medida em que rompe com a razão instrumental que reitera a imanência de ações sincréticas e positivistas.

Basilarmente, a herança positivista e neopositivista - decorrentes dos pressupostos sócio-históricos do Serviço Social - está imanente e fundamenta a objetivização imediatista das processualidades sociais enquanto uma realidade estrutural, que são incapazes de transcender a aparência empírica dos fenômenos sociais, culminando em concepções e ações ecléticas e pragmáticas. Partindo desse pressuposto,

Mesmo que veladas por sofisticações formalistas (metodologistas, epistemologistas), estas posturas não rompem com a faticidade empírica que se dá a imediatividade da vida cotidiana. O tratamento positivista e neopositivista da cotidianidade consagra a sua imediatividade como instância de verificabilidade e controle das formulações abstratas (quando não reduz a prova destas a equações semânticas), identificando na objetividade dada

imediatamente (a pseudoconcreticidade, como batizou Kosik) a concreção da realidade (NETTO, 2012, p.73).

Importa citar que, para Lara (2008) a sistematização oferecida pela investigação de caráter positivista é negada, pois realiza a interação - esplanada anteriormente - de forma contrária, visto que, a ciência positivista constitui os métodos e técnicas de pesquisa e, somente, a posteriori que a mesma se apropria dos modos de ser do(s) objeto(s) investigado(s). Nesse limiar, os métodos e técnicas apresentados pela metodologia positivista não estão em harmonia com a realidade social, pois não são construídos a partir de sua compreensão e análise crítica.

A vida cotidiana está imanente à condição de existência do ser social e, portanto, à sociedade, esta por sua vez apreendida de forma imediata decorre em reducionismos analíticos que, a *posteriori*, fragmentam as determinações estruturais e ontológicas da cotidianidade, resultando em intervenções funcionais que impossibilitam a emersão e execução de ações interventivas fecundas e concretas junto às demandas sociais. Compreende-se ser de extrema relevância ancorar junto à cotidianidade um referencial teórico e um aparato categorial, com o propósito de eliminar as condutas corriqueiras que, transversalmente, perpassam o contexto social e, conseqüentemente, o plano técnico-operativo do profissional de Serviço Social chancelando práticas imediatistas, instrumentais e sincréticas.

Diante desse cenário, é válido destacar que a pesquisa e a produção de conhecimento científico são pilares essenciais para a profissão de Serviço Social, posto que, é através do conhecimento científico associado ao caráter investigativo que o(a) profissional encontrará subsídios teóricos e críticos para sistematizar os determinantes conjunturais, estruturais e sócio-históricos de uma dada realidade social, possibilitando que o mesmo compreenda as transformações societárias que transcorrem o mundo real, suscitando a construção de respostas efetivas na execução de suas ações interventivas, oportunizando o surgimento de possibilidades para uma real transformação social por meio da mediação com o trabalho profissional e a práxis social.

A investigação científica contribui, significativamente, para o desvelamento dos fios invisíveis que perpassam a realidade e, assim, “procura inquirir sobre algo que advém da objetividade social, a qual carece do conhecimento para ser desvendada” (LARA, 2008, p.177). Substancialmente, a humanidade é circunscrita por dilemas sociais, econômicos e políticos que aniquilam os sujeitos sociais, que na ótica do Serviço Social, caracterizam-se



como as multifacetadas expressões da “questão social”, tal qual caracteriza-se pelo conjunto de desigualdades sociais que surgem através da antagônica relação entre as classes sociais devido a lógica capitalista que data e agudiza a desigual posição entre capital e classe trabalhadora na estrutura da vida social.

Seguindo essa perspectiva de análise, Netto (2009, p.158, grifos do autor) afirma que:

[...] na ordem burguesa constituída, decorrem de uma *escassez produzida socialmente*, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem nada a ver com o desdobramento de *problemas sociais* que a ordem burguesa herdou ou com *traços invariáveis da sociedade humana*; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital.

É nessa relação conflituosa e contraditória que o(a) assistente social é chamado a intervir, pautando o seu trabalho profissional nas desigualdades e antagonismos sociais que perquirem as relações sociais de produção na contemporaneidade, isto é, faz-se da “<sup>11</sup>questão social” a matéria prima do trabalho do Serviço Social. Nesse limiar, o Serviço Social guiado pelas ciências sociais e humanas objetiva desnudar e ultrapassar a imediaticidade dos fatos cotidianos no decurso da investigação, incitando análises reflexivas desinentes da apreensão da unidade teórico-prática no trabalho do/da assistente social.

De tal maneira, a ciência objetiva o desvelamento do não-aparente, ou seja, dos fenômenos que estão escamoteados pela obscuridade do cotidiano e, inegavelmente, não se mostram de forma factual e verídica. Assim, a ciência, mediada ao caráter crítico e investigativo, pretende sobrepujar a pseudoconcreticidade da mundaneidade social por intermédio de análises científicas da realidade concreta.

---

<sup>11</sup> A questão social, a partir da compreensão de Netto (2002) figura-se de modo muito peculiar e contraditório, tendo em vista que a ciência burguesa, na impossibilidade de contestar a nascente da Economia Política Marxista partir de 1848, associado às lutas da classe operaria, separa a “questão social”, ao inferir que ao social é atribuído ao mundo dos homens, numa perspectiva de responsabilização do humano-genérico por sua miséria, dissociando com os elementos econômicos que a determinam. Nesse cenário, Lukács vai anunciar que assiste-se neste momento, a decadência ideológica da ciência burguesa. Importa frisar que, o termo “questão social” é utilizado aspeado, pioneiramente, por José Paulo Netto em suas produções teóricas, a exemplo de “Introdução aos estudos do método de Marx” (2011), passando a ser usado pelo conjunto de seus seguidores, tais como Marcelo Braz e Iamamoto.

Ademais, cabe ressaltar que o espírito crítico assume a função de descobrir o cientificismo vulgar que rondam a formação profissional dos assistentes sociais e, conseqüentemente, assolam as suas mediações profissionais. Partindo desse pressuposto, vejamos a posição de Lara (2008, p.183) que “o conhecimento crítico é a única arma que os estudiosos possuem para exigir o rigor teórico e, assim, negar definitivamente a pseudociência”, bem como, a pseudoconcreticidade da cotidianidade em que atua o profissional de Serviço Social.

Em vista disso, compreende-se ser profícua a apropriação da teoria no trabalho profissional do Serviço Social, por entender que o mesmo possibilita uma compreensão da realidade em sua totalidade, possibilitando que o(a) assistente social se aproprie de um olhar além do aparente, isto é, transcenda a faticidade do real, culminando na constituição de ações profissionais comprometidas com a realidade social e suas particularidades, bem como possibilita a emersão de questionamentos a ordem vigente deflagrada pela ideologia capitalista à medida que torna-se possível vislumbrar a essência dos fenômenos, tecendo mediações concretas, críticas e fecundas. Cabe enfatizar que a teoria, de forma isolada, não modifica a realidade em sua totalidade, mas, contribui, significativamente, para construção de um olhar crítico, reflexivo e analítico do/da assistente social sobre o contexto social.

Por conseguinte, torna-se imprescindível que os(as) profissionais se qualifiquem e invistam em sua contínua formação profissional por meio do enriquecimento teórico-metodológico e aprimoramento intelectual, na perspectiva de fomentar uma apreensão concreta da realidade social e os desafios impostos pela conjuntura demarcada pela lógica neoliberal através de análises críticas e fecundas, proporcionando a construção e execução de intervenções concretas, efetivas e qualitativas para o trato das multifacetadas expressões da “questão social”.

A priori é possível inferir que o trabalho profissional do/da assistente social requer ações e/ou intervenções intelectualmente responsáveis, eficazes, crítica-analíticas e fecundas, o que pressupõe a compreensão de forma concreta da realidade social e das mudanças societárias, isto é, da crise do capital, da economia, da cultura, da política, dos movimentos sociais, das instituições jurídico-política, da dinâmica das relações sociais de produção. Em uma palavra, é necessário que o(a) assistente social tenha uma visão macroscópica e crítica da realidade que permite o(a) profissional a apreensão dos elementos estruturais e conjunturais, das relações entre os vários elementos que compõem a sociedade.

Faz-se necessário a reflexão sobre uma teoria que nos permita vislumbrar os dilemas contemporâneos como campo de intervenção profissional. Partindo dessa lógica, o(a)

assistente social poderá pautar o seu exercício profissional nas direções teóricas, éticas e políticas, compreendendo que essa sustentação possibilitará que o(a) profissional desvele e analise o contexto universal-particular e opere ações interventivas proficientes a partir da abstração do movimento do real.

O cotidiano, como espaço que sintetiza os fundamentos ontológicos da vida social, exige a atitude pragmática para a reprodução individual e social, mas também permite que se reflita sobre que determinações e necessidades exigem a atitude pragmática para a sua reprodução. No que toca à profissão, são os princípios que a orientam, expostos no seu marco regulatório (código de ética, lei de regulamentação e diretrizes curriculares) que formulam as bases para uma clara e contundente recusa da atitude pragmática e do senso comum que a acompanha (GUERRA, 2013, p.47).

É válido enfatizar que o(a) assistente social caracteriza-se como um ser ativo, crítico, criativo e pensante, possuindo um leque de capacidades teleológicas em decorrência da sua possibilidade de realizar trabalho através de sua relação metabólica que resulta na transformação não só da natureza, mas, concomitantemente, do homem, que transcende de ser genérico para ser social. Logo, através da apreensão da realidade social e sua concreticidade, o/a agente profissional inaugura reflexões analíticas e críticas em seu campo de abstrações, considerando as particularidades do âmbito social. Tal abstração retorna à realidade social em forma de concreto pensado mediante a realização da prévia-ideação e sua objetivação, uma vez que, é por meio da compreensão e incorporação da unidade teórico-prática no trabalho profissional que o(a) assistente social poderá compreender a sociedade através de uma visão macroscópica, reflexiva e crítica, desnudando a superficialidade dos fenômenos que se mostram de forma escamoteada pela imediaticidade da vida cotidiana que, por vezes, favorece a eclosão do pragmatismo nas ações interventivas do profissional supracitado.

## 1.2 CIÊNCIA PRAGMÁTICA (PÓS MODERNIDADE): alusões à concepção burguesa de ciência

Na cena contemporânea, a sociedade é determinada em todas as suas esferas e complexos sociais pelos desdobramentos da lógica capitalista que dilacera a humanidade

social em inúmeros quesitos – sociais, culturais, econômicos etc. Para tanto, a égide do capitalismo está imbricada também à pesquisa científica, uma vez que, a racionalidade burguesa de ciência favorece e contribui, significativamente, para a ampliação da ótica capitalista.

Segundo a autora Barroco (2011) numa era capitalista o pensamento burguês e a ofensiva neoliberal<sup>12</sup> – mediada pela ideologia pós-moderna - percorre e adentra todas as esferas da vida social, possuindo a função de justificar as mutações societárias, delineadas pela dinâmica capitalista, ao bel prazer dos interesses burgueses. Além disso, estimula a vivência fragmentada dos indivíduos que compõem a sociabilidade humana, com o intuito de disseminar e fortalecer o individualismo, o irracionalismo, o caráter acrítico e o pragmatismo, colaborando com a dominância do pensamento capitalista contemporâneo. Por conseguinte, “a insegurança, a instabilidade e a fragmentação são disseminadas como componentes ontológicos constitutivos de uma etapa histórica intransponível: a ‘era pós-moderna’” (BARROCO, 2011, p.02).

A reprodução do ideário conservador, disseminado nos marcos da ordem capitalista, consubstancia-se pelo movimento do real que passa a ser delineado pelas determinações estruturais, conjunturais, socioeconômicas, políticas e sociais, bem como se reproduz através da agudização da luta de classes que se respalda na relação dicotômica entre capital-trabalho. O conservadorismo é difundido na sociedade concreta e percorre todas as esferas da vida social em decorrência do processo de reificação, possibilitando o mascaramento dos fios intransparentes que, transversalmente, demarcam a cena contemporânea (BARROCO, 2015).

Assim, o conservadorismo<sup>13</sup> deita raízes na sociedade na perspectiva de colaborar com a manutenção do *status quo* do capitalismo tardio, a partir da difusão do irracionalismo que obscurece a veracidade dos fatos, isto é, camufla a concretude e essencialidade das reais determinações sociais circunscritas pelas contradições e antagonismos decorrentes dos efeitos avassaladores do ideário neoliberal. Deste modo,

---

<sup>12</sup> A ofensiva neoliberal caracteriza-se por “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO, 2007, p.77). A política neoliberal incide na sociedade concreta através de três delineamentos, são eles: a ofensiva contra os trabalhadores e as organizações de luta, a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado.

<sup>13</sup>“Para enfrentar ideologicamente as tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos 1970, o conservadorismo se reatualizou, incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. O conservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação á ordem social e aos costumes tradicionais” (BARROCO, 2015, p.624).

[...] O irracionalismo e o conservadorismo encontram condições favoráveis para se desenvolver em momentos de crise social, exercendo a função de enfrentamento das tensões e contradições sociais e contribuindo, direta ou indiretamente, para a apologia do capitalismo (BARROCO, 2015, p.624).

Sob esse prisma, o conhecimento científico que propicia o desvelamento da realidade social passa a ter enfoque nos interesses produtivos, isto é, na reprodução e enriquecimento do grande capital, ocasionando uma análise reducionista do mundo dos homens, além de haver uma fissura entre as diversas áreas do saber que se tornam fragmentadas na perspectiva de impossibilitar uma real e legítima leitura da mundaneidade social. Assim, o homem e a sociedade passam a ser entendidos como partes fragmentadas da realidade social, distanciando-se da visão e compreensão da realidade em sua totalidade.

A decadência da ideologia burguesa – período em que ideólogos burgueses construíram um conhecimento que se fundamenta na evasão da realidade social em detrimento da manutenção do status quo da lógica capitalista – implicou uma grande transformação nas ciências sociais, tornando-a fragmentada, dificultando a compreensão da realidade social, pois “a especialização mesquinha tornou-se método das ciências sociais” (LARA, 2008, p.186).

As ciências sociais inauguram um período de severas críticas, advindas dos filósofos filisteus, - estes priorizavam o dinheiro à sociabilidade humana - pois dispunha de respostas imediatas ao contexto social e, assim, seria contrária a ciência moderna que, pautada na ordem capitalista, produzia um conhecimento fragmentado, sem questionar o contexto sócio-histórico e as contradições que perpassam a sociedade, haja vista, que o objetivo primordial seria construir respostas pragmáticas que fossem funcionais a lógica burguesa e, logicamente, favorecessem o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista em plena ascensão.

A dissociação das ciências sociais, de acordo com a concepção burguesa de ciência, consubstancia-se no pensamento conservador objetivando apartar as ciências sociais, constituindo várias áreas do saber que não “conversem” em uma totalidade, “tornando-se estranhas entre si, apesar de terem o mesmo ponto de partida nas suas construções teóricas, ou seja, a produção e reprodução da vida social” (LARA, 2008, p.186). Tal fragmentação é fruto

da divisão sócio-técnica do trabalho, pois, na sociedade capitalista o trabalho<sup>14</sup> torna-se cada vez mais alienado e estranho ao trabalhador, que não se reconhece mais enquanto trabalhador em seu processo de trabalho, tendo em vista, que o processo produtivo passa a ser fragmentado na perspectiva de impossibilitar que o indivíduo tome posse do processo de trabalho em sua totalidade. Assim, a concepção de totalidade social é camuflada por um cotidiano reificador, que mascara os severos delineamentos de alienação burguesa.

Em consequência da divisão social do trabalho, a ciência está de fato alienada (e privada) da determinação social dos objetivos de sua própria atividade, que ela recebe “pronta”, sob a forma de ditames materiais e objetivos de produção, do órgão reificado de controle do metabolismo social como um todo, ou seja, do capital (MÉSZÁROS, 2004, p. 270).

Vale frisar que, no intuito de explicar e justificar a ciência moderna – de caráter pragmático – foram criadas as ciências particulares, que possuem saberes fragmentados, cada uma analisa a produção e reprodução da vida social a partir de construções teóricas peculiares, são elas: história, sociologia, economia.

A emersão da ciência é um fator positivo para a humanidade, tendo em vista que, a mesma possibilita uma compreensão acerca da sociedade e suas conexões reais. No entanto, tal caráter pode metamorfosear-se caso a ciência incorpore pressupostos teóricos equivocados, que fragmentam os saberes e as visões de mundo dos homens, favorecendo concepções e ideologias que priorizem o capital financeiro sobre o trabalho, produzindo conhecimentos que tem por base a efemeridade da vida social. Em poucas palavras, a ciência pode desnudar ou ocultar ainda mais a realidade social a depender do rigor teórico que a mesma se consubstancia.

A fragmentação das ciências sociais dificulta a leitura da realidade social, pois a vida social se apresenta de forma heterogeneizada e é perpassada por contradições, antagonismos e

---

<sup>14</sup> “(...) o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (...) [Diferente do que ocorre no mundo animal] o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é aquele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em era. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (...)” (MARX apud LESSA, 2007, p.131).

transformações societárias constantes. Por esse motivo, é imprescindível que o pesquisador possua um preparo metodológico, considere as formas de “ser” e de “existir” da vida social para que possa apreender a realidade em suas múltiplas determinações, respaldando as suas análises críticas na produção e reprodução das relações sociais construídas e constitutivas no seio de uma sociedade sob a égide da lógica capitalista e da relação antagônica entre capital e trabalho.

Nesse ínterim, as investigações científicas devem ser consubstanciadas pela análise da realidade concreta e suas conexões reais, considerando as múltiplas determinações que, transversalmente, demarcam a sociedade através da relação contraditória entre capital e trabalho que se desenvolve numa conjuntura marcada e determinada pela ordem capitalista e seus delineamentos deletérios que assolam a vida social. Pois, a análise da sociedade nula da investigação da realidade em sua concretude pode resultar em uma investigação construída pelas vontades e concepções subjetivas do sujeito pesquisador.

A produção de conhecimento científico pragmático passa a ser delineado pelo modo de ser burguês, isto é, é instaurada a ciência burguesa, esta por sua vez, escamoteia a realidade concreta, mascara as armadilhas da ótica capitalista e anula as contradições e antagonismos presentes no atual contexto social. Assim, tal ciência pragmática preocupa-se, apenas, em elaborar concepções que justifiquem e construam diagnósticos para a humanidade social, sem alguma proposta de ruptura com o sistema vigente e a construção de uma nova sociabilidade, objetivando colaborar com a manutenção do status quo do modo de produção capitalista – e burguês. Para tanto, sugere-se que a ciência tem que ser *ad hominem*, centrando sua essencialidade a favor do homem, porém, nos marcos do capitalismo contemporâneo a ciência serve aos ditames da classe burguesa em decorrência da própria lógica de acumulação capitalista (LARA, 2008).

Para tanto, a ciência burguesa nada tem a ver com a superação do modo capitalista, mas sim, com a supremacia dos modos de “ser” e de “existir” pregados pela ideologia burguesa, baseando-se em uma neutralidade científica. Conforme esclarece Lara (2008, p.192):

O conhecimento científico, que tem como principal objetivo não só o diagnóstico mas a supressão da realidade dada, é negado e considerado “influência ideológica” com pouca cientificidade. As ciências como cafetãs do capital negam as críticas dirigidas ao desenvolvimento social e impõem a perspectiva da neutralidade ideológica. Com isso, seu papel se resume a um aparato ideológico apologético do modo de existir do mundo do capital.

Através da emersão da neutralidade ideológica em favor do desenvolvimento capitalista, surge a ciência burguesa calcada em uma sabedoria científica pragmática. Essa neutralidade ideológica corrobora com a expansão do modo de produção capitalista e nega qualquer conhecimento ou ideologia que ponha em xeque ou ameace a manutenção do status quo burguês, isto é, tal neutralidade que baseia a ciência burguesa pauta-se nos ditames capitalistas.

Profundamente atravessada por essa neutralidade ideológica, a ciência burguesa preocupa-se em colaborar com a disseminação e ampliação da racionalidade burguesa. Assim, não considera as conexões reais da vida humana e social, não ultrapassam a pseudoconcreticidade da cotidianidade e evita analisar as determinações sócio-históricas da sociedade. Logo, produz-se um conhecimento pragmático, que procura investigar e responder as múltiplas feições da “questão social” por meio de respostas práticas e funcionais à ótica capitalista, velando as contradições que perpassam as relações sociais e a realidade concreta dos homens. Assim, a ciência burguesa – e pragmática – nada mais é do que uma ciência “neutra” para a vida social e as múltiplas expressões da “questão social” e, pelo mesmo prisma, parcial a ideologia capitalista, haja vista que, produz um conhecimento científico que corrobora com os interesses capitalistas.

A apreensão fragmentada da realidade e a percepção de que as relações sociais são efêmeras e instáveis decorrem de vivências objetivas, num contexto de empobrecimento e de instabilidade e desregulamentação das relações de trabalho. A reificação que invade todas as esferas da vida social (Netto, 1981) favorece essa apreensão, pois contribui para ocultar a essência desses processos que aparecem, em sua aparência reificada, como se fossem fenômenos naturais e absolutos. Além do mais, a ideologia dominante sedimenta essa naturalização, em sua justificação da dinâmica capitalista (BARROCO, 2011, p.02).

Deste modo, nota-se uma fragmentação na produção do conhecimento científico, onde se tem uma incorporação de concepções conservadoras acerca da realidade social. Isso ocorre com a intensificação da incorporação das ciências naturais, tendo em vista que, as mesmas baseiam-se em interesses pragmáticos e funcionais aos liames da composição orgânica do grande capital e, conseqüentemente, anulam as contradições da relação capital e



trabalho inerente à sociedade capitalista. Por conseguinte, “as ciências sociais e humanas têm dificuldades de objetivar pragmaticamente os seus estudos e são deixadas, em muitos casos, em segundo plano no âmbito científico” (LARA, 2008, p.193).

O ponto fulcral, que possibilita a ruptura com a lógica burguesa e capitalista de “fazer ciência”, pauta-se na elaboração e produção de conhecimentos científicos que tenham como ponto de partida a concretude e a objetividade das determinações e fios que estão inerentes à realidade em sua totalidade e a compreensão do ser humano-genérico. Assim é, não só necessário, mas, imprescindível, vislumbrar, investigar e analisar a realidade por meio de suas determinações sócio-históricas, da produção e reprodução das relações sociais, dos processos sociais, econômicos, culturais e éticos que estão embebidos pela lógica capitalista que percorre todas as esferas da vida social na contemporaneidade.

É nessa direção que se pode edificar as ciências sociais a um pensamento crítico, consubstanciado pela sistematização da realidade, de forma objetiva e concreta, tendo por base uma visão crítica e um saber questionador da ordem burguesa e de suas diversas facetas e delineamentos que circunscrevem a mundaneidade social. Neste ínterim, é necessário, no âmbito da ciência, um pacto firmado com a busca da transformação social, com a ruptura da ordem burguesa e, conseqüentemente com o irracionalismo e pragmatismo científicos anunciados pela ciência burguesa, posto que, “teoria e prática são campos das mesmas condições de existência dos homens” (LARA, 2008, p.236).

Como resultado da expansão, desenfreada, do capitalismo e, paralelamente, da humanidade social alienada e coisificada que incorpora novas necessidades á vida social através da racionalidade capitalista e seus sentidos de ter e de possuir, guiados por uma lógica mercadológica que se sobressai as reais necessidades humanas, surge à fragmentação da ciência. Conforme afirma Lara (2008), a produção de conhecimento científico e a lógica produtiva capitalista possuem a mesma base material. Pois, Lara (2008, p.234) esclarece que:

A estrutura científica e a atividade produtiva apresentam as seguintes características: falta de controle do processo produtivo; modo de atividade inconsciente e fragmentado, determinado pela inércia da estrutura institucionalizada do modo capitalista de produção; funcionamento da ciência “abstratamente material” como simples meios para fins determinados, externos, alienados.

Posterior à eclosão da intensa industrialização e a amplificação da lógica capitalista, a ciência ganhou um novo Oasis, agora estaria compelida a corroborar com a produção e reprodução da ordem capitalista, uma vez que, a mesma foi delineada para prover respostas práticas e funcionais à produção de mercadorias. Assim, em uma sociedade aguçada por um capitalismo selvagem, a produção de conhecimento científico passa a priorizar os interesses capitalistas e, simultaneamente, minimizar – ou mesmo erradicar- a investigação científica no que concerne as necessidades humanas e sociais. Isso ocorre em decorrência da fragmentação da ciência que passa a ser segregada em: ciências sociais e ciências naturais, ambas consideradas ciências humanas (LARA, 2008).

Outro aspecto que colabora, fundamentalmente, com a reprodução da ciência burguesa é a fissura entre ciência e filosofia, almejada pelos ideólogos capitalistas. Pois, o conhecimento produzido pela ciência pragmática seria o suficiente para a manutenção dos ditames capitalistas e colaboraria para a ampliação e reprodução da riqueza, além de contribuir com a alienação e coisificação do homem por meio da ausência de criticidade em suas análises. Já a filosofia – salvo a filosofia de cunho especulativo e contemplativa – vai propiciar ao homem o desvelamento da realidade em sua totalidade e o desnudamento da coisificação humana, através de um olhar crítico-analítico, produzindo um conhecimento científico legítimo e, veementemente, interligado ao teor crítico (LARA, 2008).

Contudo, a ciência caracteriza-se como uma atividade prática do mundo dos homens e está compelida as determinações e mutações sócio-históricas. Assim, o conhecimento científico é fruto do desenvolvimento das potencialidades intelectuais dos homens e nasceu como forma de responder, através de análises e investigações concretas, as carências da vida social por meio da construção e socialização de conhecimentos que contribuíssem para o desenvolvimento humano-social. Entretanto, esse nem de longe materializa-se como o objetivo primordial inerente a ciência burguesa – de caráter pragmático e irracional -, haja vista que a mesma possui um compromisso fiel com a reprodução dos interesses do sistema capitalista.

### 1.3 ALUSÕES À PERSPECTIVA ONTOLÓGICA: tecendo análises sobre os fundamentos do ser social

Os procedimentos investigativos partem da essência ontológica do mundo concreto. Isso significa dizer que, o ponto de partida das investigações inauguradas pelos profissionais não surge de abstrações próprias, mas, brotam da concretude do mundo real, isto é, de determinações concretas da realidade social que resultam em reflexões analíticas (LARA, 2008).

Portanto, para compreendermos o mundo real é necessário analisarmos, apriori, o ser social e a sociabilidade humana para chegarmos ao concreto, ao objetivo, ao fato verídico. Assim,

Na apreensão da realidade social, devemos exercitar a dialeticidade entre as categorias: a universalidade essência dos fenômenos (concreto – de pensamento); a particularidade, mediações (determinação histórica) e a singularidade, imediatividade do real (fenômeno dado) (LARA, 2008, p.209).

Na perspectiva ontológica, o trabalho caracteriza-se como a relação metabólica entre homem e a natureza, sendo responsável pelo salto ontológico do ser humano – genérico – para o ser social. Assim, o trabalho é considerado a categoria fundante do ser social, o atributo particular do ser social, racional e crítico, além de ser uma forma de produção e de manifestação da vida social. O ponto fulcral para o desenvolvimento do ser social é o trabalho, pois o mesmo possibilita que os indivíduos aprimorem as suas faculdades intelectivas, físicas e motoras, impulsionando o processo de refinamento do ser social. Pois, para Lukács (2013, p.44):

[...] Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social [...].

Assim, para compreendermos o homem em sua base elementar, é necessário investigar e analisar, anteriormente, o trabalho e o movimento de produção e reprodução da vida material e social do indivíduo, inserido numa sociedade dinâmica e contraditória, sendo

de suma relevância compreender a realidade em sua totalidade, considerando o movimento do real e a sua concretude. Em outras palavras, importa analisar o ser social inserido na totalidade da existência humana societária.

Pois, de acordo com Marx, os indivíduos são aquilo que produzem e o modo que produzem. De tal forma, podemos afirmar que, o processo de trabalho e de produção da vida social traduz o ser social em sua essência, assim, as transformações societárias e o próprio movimento do real interfere, significativamente, nos modos de “ser” e de “existir” dos sujeitos sociais. Deste modo, nota-se uma simbiose entre ser social e realidade concreta, posto que, para se compreender um é necessário, a priori, analisar o outro. Diz-se que “na investigação da realidade concreta devemos partir do ser, do existente, do real, do verdadeiro, da base objetiva<sup>15</sup>” (LARA, 2008, p.207), do mesmo modo, para se analisar o ser social é fundamental compreender a realidade social que o mesmo está inserido.

Na perspectiva ontológica, Marx se atém a investigar o processo sócio-histórico da humanidade social para compreender o movimento da realidade social de forma concreta e objetiva. Essa investigação brota de pressupostos concretos da realidade social e dos homens inseridos na mesma, das contradições e antagonismos que atravessam a mundaneidade social, das relações sociais dicotômicas, da produção e reprodução da vida social. Nesse ínterim, afirma Marx, a realidade deixa de ser uma coleção de fatos mortos.

Nesse sentido, a perspectiva ontológica centraliza sua investigação e análises científicas na realidade social, no movimento de produção e reprodução da vida social, isto é,

Ao colocar a produção e reprodução da vida social como objeto central da investigação, a *perspectiva ontológica* reconhece o homem como produtor de si mesmo e de outros homens, a relação com os outros homens como carência e necessidades humanas, a propriedade privada como produto da atividade *estranhada* do homem e apresenta *os homens ao mesmo tempo como atores e autores do eu próprio drama*. Ao apresentar *os homens como atores e autores da sua própria história*, chegamos ao verdadeiro ponto de partida (LARA, 2008, p.209, grifos do autor).

---

<sup>15</sup> Essa base objetiva nada mais é do que a sociedade concreta e os fios intransparentes que a compõem. Cabe enfatizar que, tal realidade objetiva possui barreiras naturais que, para Marx, não podem ser suprimidas. Diz-se que, “tais determinações naturais condicionam externamente a sociedade porque estabelecem ‘barreiras’ no interior das quais opera a reprodução social. Entretanto, os condicionamentos e potencialidades que a natureza oferece à sociedade são também, em escala variável, transformáveis – se as ‘barreiras naturais’ são insuprimíveis, elas podem ser progressivamente forçadas a um recuo. Em larga medida, é para este afastamento que se direciona a intervenção da sociedade: a sociedade interfere ativamente na natureza, dominando-a, controlando-a, modificando-a, transformando-a – mas todas as intervenções da sociedade sobre a natureza se fazem sem a eliminação da natureza enquanto tal” (LESSA, 2007, p.137).

Importar citar que, a apreensão da realidade social exige uma complexa aproximação entre subjetividade e objetividade, uma vez que, o indivíduo para analisar a realidade deve abstraí-la e colocá-la em seu campo de abstrações onde serão desenvolvidas reflexões crítico-analíticas acerca das múltiplas determinações que engendram tal contexto abstraído. Posteriormente, tal abstração retorna a realidade objetiva, o que denomina-se de concreto pensado que ocorre através da realização da prévia ideação e a objetivação da ação planejada, conscientemente, pelo ser social – crítico, pensante e racional. Conforme destaca Ricardo Lara (2008, p.209) “a realidade objetiva, por ser produto da práxis humana, é subjetividade objetivada, ao passo que a subjetividade, pelo mesmo motivo, é a realidade objetiva eu adquiriu forma subjetiva”.

Basilarmente, o movimento do real caracteriza-se como a força motriz para engendrar a apreensão e compreensão da perspectiva ontológica, haja vista que, a realidade abstraída que desencadeia em uma série de análises e reflexões no seio do campo de abstrações do indivíduo, torna-se a essência da construção de conhecimentos. Dessa maneira o concreto pensado é o ponto de partida para a maturação e compreensão da realidade concreta que se dá através da sistematização das conexões e determinação sociais. Na apreensão do movimento do real, as análises de investigação científica devem centralizar-se no método dialético que compreende a dialeticidade das categorias sociais, a realidade em sua totalidade, as determinações sócio-históricas, a superficialidade e imediaticidade do cotidiano e a essência dos fenômenos (LARA, 2008).

Ademais, o concreto pensando se consubstancia pela edificação de abstrações dos objetos concretos ou da realidade concreta por meio do pensamento, objetivando compreender o movimento e as nuances do real, considerando as contraditoriedades e heterogeneidades que circunscrevem o contexto social. Por conseguinte, tal método de apreensão da totalidade social não contempla concepções e raciocínios pragmáticos, empíricos, apologéticos ou contemplativos, pois, centraliza a construção do seu conhecimento científico nas reais condições da vida social e humana, dando enfoque nas multifacetadas determinações sócio-históricas que determinam a realidade social.

Há de salientar que, de acordo com Marx, o processo de produção da vida material interfere, diretamente, no desenvolvimento do modo de vida social, político e intelectual, sendo o ser social que instaura a sua consciência. Nesse ínterim, cabe frisar que a perspectiva ontológica além de propiciar a compreensão da realidade humano-social, possibilita pela

mesma via de investigação a apreensão e o desvelamento dos fios invisíveis que sustentam a dinâmica capitalista e as contradições na relação capital-trabalho inerente a dada realidade que necessita, indiscutivelmente, trilhar um caminho para defronta-se com uma transformação societária que escoe a ordem capitalista e dê assento a uma sociabilidade determinada pela emancipação humana.

A perspectiva ontológica inaugura um conhecimento que rompe com a lógica mercadológica e pragmática, próprias da ciência burguesa, sugerindo a ruptura com as formas cognoscentes das ciências e com a ontologia religiosa-idealista de fundo hegeliano, baseando-se em níveis ontológicos, instaurando as protoformas elementares para a construção de um novo saber pautado na apreensão da realidade social, de forma objetiva e concreta, objetivando responder as necessidades sociais, firmando um compromisso na busca e construção de caminhos para a transformação social, erradicando o pensamento especulativo e apologético.

Particularizando o debate em torno do trabalho enquanto categoria fundante do ser social, pode-se afirmar que o mesmo é a base elementar para a compreensão das processualidades sociais. Assim, para compreendermos a realidade social e suas múltiplas determinações, bem como, analisar o ser humano é necessário debruçar as investigações, a priori, para o trabalho, tendo em vista que, este é a relação metabólica entre o homem e a natureza. Além disso, é por meio do trabalho que o homem transforma a natureza e, concomitantemente, transforma a si mesmo através do aprimoramento de seus conhecimentos e potencialidades humanas. Com esta direção, por meio do trabalho o homem transforma a natureza em um espaço social e desenvolve a práxis humana. Conforme destaca França (2012, p.63):

[...] o trabalho é considerado “a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade. Através dos seus membros [...] transforma materiais naturais em produtos que atendam as suas necessidades”. O trabalho, nessa concepção marxiana, pode ser entendido como a forma de o homem, como ser social, dispor das condições físicas e espirituais necessárias para transformar a natureza, distinguindo-se, assim, dos outros animais, pois somente o homem detém as condições objetivas e subjetivas para executar o trabalho.

Deste modo, o trabalho enquanto categoria fundante do ser social possibilita que o homem dê um salto ontológico<sup>16</sup> e se diferencie dos demais animais, através do desenvolvimento de suas potencialidades. Além disso, por meio do trabalho o homem responde e produz produtos para responder as suas necessidades vitais, bem como, o trabalho torna-se um campo para a manifestação da vida social. É através do trabalho que o homem abstrai a realidade objetiva e constrói em seu campo de abstrações finalidades para determinada realidade por meio da prévia-ideação o homem subjetiva o concreto e, posteriormente, objetiva a sua subjetividade na realidade concreta, isto é, objetiva a sua prévia-ideação e o arcabouço de finalidades, teleologicamente, construídas na consciência do sujeito social. Cabe frisar que, em decorrência dessa relação entre a objetivação e a exteriorização da realidade social e do concreto pensando, emerge a prática, isto é, a própria ação do homem que resulta em um processo de trabalho.

A relação do homem com a natureza é bastante emblemática, pois o homem é objeto da natureza, do mesmo modo, é através da natureza que o homem desenvolve as suas ações humanas mediante a realização da prévia-ideação e objetivação dela. Assim, o homem enquanto produto da natureza é um ser natural, mas, necessita estabelecer relações com o mundo exterior.

Nessa relação do homem com a natureza, o primeiro objetiva apoderar-se da natureza que condiciona a sobrevivência humana, no limiar desse processo o homem além de extrair da natureza mecanismos para a sua vitalidade humana, transformando a natureza de acordo com suas necessidades e, pela mesma via, transforma a si mesmo. Tal interação – homem e natureza – possibilita que o homem, como ser social, lapide as suas potencialidades e conhecimentos humanos, bem como, propicia um domínio do homem sobre a natureza que passa a ser metamorfoseada ao bel prazer da humanidade social.

Nesse processo, o trabalho é resultado da auto atividade humana, possuindo o intuito de responder as carências humanas, sejam elas de caráter subjetivo ou material. Todavia, ao responder as carências que brotam da vida cotidiana, o homem cria tantas outras carências com um grau de complexidade que se intensifica no decorrer dos séculos. Por esse motivo, o homem é, cotidianamente, desafiado a construir respostas mais elaboradas para suprir essas

---

<sup>16</sup>Segundo Lessa (2007) o surgimento do ser social parte da essência do salto ontológico, isto é, quando o homem através da sua interação com a natureza, transforma a si mesmo e desenvolve suas potencialidades e conhecimentos humanos, tornando-se um ser crítico e racional. Assim, “(...) o surgimento da vida trouxe à existência uma nova categoria, a reprodução biológica; de modo análogo, a gênese do ser social corresponde ao aparecimento de uma categoria radicalmente nova, que não pode ser derivada da natureza: a reprodução social. Com o ser humano desenvolve-se um novo tipo de ser, uma nova materialidade, até então inexistente, e cujas peculiaridades não se devem à herança biológica nem à programação genética – um tipo de ser radicalmente inédito, o ser social” (LESSA, 2007, p.141).

carências mais complexas, isso oportuniza que o processo de trabalho se torne cada vez mais complexo e intenso, haja vista as constantes transformações societárias que incorporam novas demandas e, juntas, contribuem para o aprimoramento da atividade humana denominada por trabalho.

Portanto, o processo de trabalho viabiliza ao homem a oportunidade de realizar ações humanas de forma racional, diferenciando os seres humanos dos animais, pois, estes últimos realizam suas atividades de maneira extintiva. Nesse processo mediado pelo trabalho, o homem articula em sua mente as ações que pretende desenvolver no objeto analisado, potencializando suas formas de pensar, de agir, seu raciocínio e seus conhecimentos, o que desemboca no processo de refinamento do ser social.

A capacidade teleológica do homem faculta o mesmo a elaborar perguntas e respostas para atender as necessidades advindas da sociedade em um dado contexto sócio-histórico. Segundo Ricardo Lara (2008) o pôr teleológico é um momento ímpar do processo de trabalho, tendo em vista que, através da prévia-ideação o homem abstrai a realidade concreta e constrói uma séria de supostas finalidades a mesma, isto é, o homem abstrai a relação objetiva com a natureza e, constrói teologicamente em seus pensamentos finalidades para, posteriormente, serem concretizadas na realidade objetiva, ou seja, o homem idealiza, previamente, as finalidades antes de concretizá-las no mundo real. Ademais, o pôr teleológico pode sofrer transformações em decorrência da vida material e objetiva, pois a realidade externa influencia na sistematização da realidade abstraída pelo homem.

[...] Não obstante, uma das condições objetivas da existência do trabalho de acordo com seu ser, como já mostramos, é que apenas um espelhamento concreto da realidade, como ela é em si, independentemente da consciência, pode levar à realização das causalidades naturais, cujo caráter heterogêneo e indiferente com respeito ao pôr do fim pode conduzir à sua transformação em causalidade posta, a serviço do pôr teleológico. Desse modo, as alternativas concretas do trabalho implicam, em última instância, tanto a determinação do fim como a execução, uma escolha entre certo e errado [...] (LUKÁCS, 2013, p.79).

De acordo com a ontologia lukacsiana, o trabalho manifesta-se por uma relação entre ideal e real, consciência e ato, pensar e transformar, pois o trabalho é composto por posições teleológicas e séries causais, o que significa dizer que as causalidades que partem do movimento da realidade concreta podem e, por vezes, influem sobre pores teleológicos e



previa idealizações construídas pelos homens, ou seja, a realidade externa sempre vai refletir no pôr teleológico, condicionando a prévia ideação às causalidades da vida social material, isto é, das causalidades.

Destaca-se ser essencial para a eclosão do processo de trabalho a estabelecer uma estreita relação entre posições teleológicas e séries causais<sup>17</sup>, uma vez que, para que o concreto seja subjetividade é necessário considerar a sua objetividade, pois o mundo concreto deve perquirir o campo de abstrações para que se formulem finalidades e objetivações fecundas à mundaneidade social. Considera-se a teleologia uma categoria ontológica objetiva, pois, “o ato de pôr dirige a consciência no sentido de iniciar um processo real – o processo de trabalho” (LARA, 2008, p.216).

Destarte, para o desenvolvimento do por teleológico é insuprimível a apreensão abstrata do mundo concreto que volta a realidade como concreto pensando, nesse processo a prévia-ideação, bem como a construção das finalidades e objetivos, erguem-se sob a influência das causalidades do mundo material. Neste sentido, as causalidades podem favorecer ou negar as condições materiais para a efetivação das finalidades tecidas na consciência humana mediante a prévia ideação do homem, tal fato torna fundamental uma análise prévia da vida material e suas reais conexões para, a posteriori, iniciar o processo de ações humanas no intuito de transformar a realidade.

Partindo desse pressuposto de que, para compreender a complexidade do processo de trabalho é elementar apreender as causalidades que, transversalmente, demarcam a realidade concreta, bem como, deve-se analisar a dimensão teleológica que é composta pela posição teleológica primária e secundária. A primeira se apresenta no trabalho que produz valor de uso, já a segunda se caracteriza “pela mediação da objetivação a consciência de outros indivíduos” (LARA, 2008, p.217).

A posição teleológica secundária possui um grau de complexidade elevado, pois, nela os homens desenvolvem as suas capacidades laborais na perspectiva de transformar não os objetos naturais de modo imediato, mas, a consciência dos demais indivíduos, isto é, interfere na produção e reprodução das relações humano-sociais, tal posição teleológica alarga-se mediante o desenvolvimento sócio-histórico mediante a construção de ideologias. Logo, a posição teleológica secundária, por ter um caráter mais complexo, aproxima-se da práxis social, pois dela desponta

---

<sup>17</sup> Para uma melhor compreensão recorrer à obra “Para uma ontologia do ser social” de György Lukács (2013).

[...] a práxis alternativa, cujo objetivo é convencer outros seres sociais a realizar determinado ato teleológico. Isso se dá porque o fundamento das posições teleológicas intersubjetivas tem como finalidades a ação entre seres sociais (ANTUNES, 2001, p.139).

Tais posições teleológicas secundárias consubstanciam-se na interação entre os homens em detrimento do convencimento destes, de maneira mais complexa. Tal posição possui uma dimensão qualitativa, pois, baseia-se numa forma de reprodução social mais refinada. Por essa razão, o homem, através do trabalho, desenvolve suas potencialidades mentais e intelectivas, assim, o mesmo refina e complexifica sua práxis social.

Assim, a práxis social, no limiar das posições teleológicas secundárias, desenvolve-se no trabalho, visto como forma de toda e qualquer atividade humana. De acordo com Ricardo Lara (2008) as relações entre teoria, ciência e o trabalho exemplificam esse processo. Por conseguinte, tanto a ciência como a teoria, mesmo quando atingem um alto índice de complexidade não podem se desvincular com o seu ponto de partida, uma vez que, o ponto fulcral que norteia as investigações e análises vincula-se a busca incessante pelas carências dos seres humanos que são estabelecidas pelo sistema de metabolismo dominante na sociedade.

Nesse processo, o homem a partir da relação metabólica com a natureza, desenvolve a práxis social através do trabalho, que transforma a natureza e ao próprio ser humano. No decorrer desse processo, as necessidades e demandas sociais tornam-se cada vez mais complexas e, por esse motivo, cobram respostas com um alto teor de elaboração, ocasionando o refinamento das potencialidades humanas e, assim, eclodem formas ideais de analisar a realidade social. Tais formas são guiadas pela capacidade teleológica dos homens que se expressam na manifestação da vida social.

Basilarmente, os homens sentem a necessidade de desenvolver o trabalho e, assim, transformar a natureza para responder as suas carências físicas e biológicas que hipotecam a sua existência na vida material e social. Todavia, tais necessidades vão sendo corporificadas por tantas outras carências, ao decorrer da história, culminando na elaboração de demandas e respostas mais complexas, fazendo emergir ações humanas que não priorizam atender as carências advindas da reprodução biológica do ser humano. É nesse contexto de complexificação das necessidades humanas que surge a ciência, enquanto uma práxis social complexa, consubstanciada pelas posições teleológicas secundárias – que visa transformar a

conduta e consciências de um grupo de homens através de ideologias – em sua interação com as series causais, originando as ações interativas.

Importa citar que, a emersão da práxis social de caráter complexo se dá pelo fato do ser humano – crítico, racional e pensante – não estagnar-se a responder necessidades de cunho imediato e, transcendem as carências de reprodução imediata da vida material. Deste modo, nota-se que “a ação humana não é apenas biologicamente determinada, mas se dá principalmente pela incorporação das experiências e conhecimentos produzidos e transmitidos entre as gerações” (LARA, 2008, p. 222). A (re) produção desses conhecimentos de gerações para próximas gerações permite que os homens – da geração posterior - enriqueçam ou empobrecem tais experiências a depender da produção e reprodução da vida social, haja vista que,

[...] a sociedade é “um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, cada uma das quais se alcança aos ombros da precedente, desenvolvendo sua indústria e seu comércio, modificando a ordem social de acordo com as necessidades alteradas.” A interação homem-natureza-sociabilidade é um processo permanente de mútua transformação, o que torna o processo de produção da existência humana em constante mudança e nunca finalizado, mas na permanente busca dos meios para satisfazer a necessidade humano-social (LARA, 2008, p.223).

Partindo desse pressuposto, ao elaborar respostas as suas necessidades humano-sociais, os homens não só criam meios de trabalho como também, desenvolvem o conhecimento, valor e a ciência. A emersão desse conhecimento, que ocorre em um determinado momento sócio-histórico, perpassa as gerações humanas, tornando-se propriedade da humanidade social. No entanto, nota-se que o conhecimento adquirido e acumulado no percurso da história detém-se na mão de poucos, isto é, a produção de conhecimento é detida nas mãos daqueles que possuem um elevado grau de poder aquisitivo, pois o modo de produção e a base econômica influenciam, significativamente, todas as esferas da vida social e material, portanto, determinam o conjunto de idéias e modos de pensar na realidade social (LARA, 2008).

Com a ascensão do modo de produção capitalista a história não muda de rumo, pois, em decorrência da divisão sócio-técnica do trabalho as contradições existentes na relação entre capital e trabalho além de tantas outras determinações sociais dicotômicas que, demarcam a sociedade percorrem o campo da idéias e produção de conhecimento que passam

a ser delineados por antagonismos advindos como reflexos da vida material da humanidade. Na órbita capitalista, as classes sociais – proletariado e burguesia – passam a ter interesses divergentes e contraditórios que passam a interferir na construção de idéias e pensamentos, transformando-os em idéias que guiam interesses antagônicos.

Entretanto, as idéias que predominam na sociedade, demarcada e assolada pela dinâmica capitalista, são aquelas que privilegiam os interesses burgueses, porém, tem-se a produção de pensamentos que refletem os interesses de organismos contrários a ordem burguesa estabelecida, que visam constituir caminhos para uma verdadeira transformação social, pautados na equidade, liberdade e justiça social. Essas idéias, construídas pelos homens através de um longo e paulatino período sócio-histórico, substancializam o conhecimento dos homens no que tange a produção e reprodução da vida social em sua totalidade e, através dele é possível compreender as múltiplas determinações humano-sociais que balizam a realidade concreta.

Deste modo, através da construção de conhecimentos no decorrer da história, surge a ciência na perspectiva de apreender, analisar e justificar as necessidades humanas de acordo com as nuances e contradições de cada período histórico. Assim, nas palavras de Lukács (2013, p.87):

[...] a interdependência do espelhamento do mundo externo e interno na consciência humana é um pressuposto indispensável para o nascimento e desenvolvimento ascendente do trabalho. E, no entanto, a ciência, a teoria como figura automática e independente dos pores teleológico-causais originados no trabalho, mesmo chegando ao grau máximo de desenvolvimento, não pode nunca romper inteiramente essa relação de última instância com sua própria origem (...) com a satisfação das necessidades do gênero humano, ainda que as mediações que a levem a isso tenham se tornado muito complexas e articuladas [...].

Por conseguinte, o conhecimento científico se detém a superar a superficialidade do imediato, visando investigar e apreender, de forma legítima, os fenômenos e as conexões reais que, atravessadamente, demarcam a humanidade social, sejaem aspectos físicos, biológicos, econômicos, políticos e sociais. Cabe destacar que, além de levantar questionamentos acerca da realidade objetiva, os homens criticam as suas próprias explicações e modos de pensar, culminando no surgimento de batalhas teóricas que envolvem as divergentes convicções e idéias de mundo que se fragmentam em diversas áreas do conhecimento (LARA, 2008).

Para tanto, a ciência teve grandes e significativos avanços no limiar da história, suscitando o desenvolvimento dos conhecimentos adquiridos pelos homens, bem como aprimorou as potencialidades humanas e inaugurou pressupostos científicos que chancelam uma leitura concreta e verídica do mundo dos homens.

#### 1.4 A TEORIA SOCIAL CRÍTICA DE MARX

A concepção teórico-metodológica de Marx possui um teor de complexidade elevado e, em decorrência disso, a obra marxiana foi embebida, ao longo do tempo, por compreensões equivocadas, ocasionando lesões teórico-metodológica na real apreensão da mesma. Ao analisar tais equívocos na produção e apreensão da obra marxiana, pode-se perceber que estes decorrem não só dos filósofos e pensadores opostos ao pensamento de Marx, mas, também dos próprios seguidores dos estudos marxistas, contribuindo decisivamente para a fragmentação do pensamento marxiano.

Através do pensamento positivista desembocaram algumas debilidades na concepção marxista, pois o mesmo era dominante entre os pensadores da Segunda Internacional – cuja mesma foi construída nos anos de 1889 enquanto uma organização socialista que perdurou até 1914. Tais influências positivistas não cessaram, ao contrário, foram potencializadas através da incorporação das influências neopositivistas decorrentes da organização comunista que se fundou em 1919 até 1943, denominada de Terceira Internacional, contribuindo, significativamente, para a eclosão da ideologia stalinista.

Paradoxalmente, a obra marxiana passou a possuir em seu interior algumas concepções simplistas em detrimento de uma pura contaminação positivista derivadas “de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (materialismo dialético) e sua especificação em face da sociedade (o materialismo histórico)” (NETTO, 2011, p. 12). Assim, houve alguns problemas de adesão à teoria social de Marx em seu caráter crítico, pois, surgiu uma literatura e compreensão da concepção marxiana que respaldava o método em Marx nos princípios fundamentais do materialismo histórico e do materialismo dialético, considerando que a dialética deve ser aplicada a natureza e à sociedade, de forma indiferente, em conformidade com o conhecimento das leis da dialética para aplicá-las e garantir um bom desenvolvimento à pesquisa.

Nesse sentido, o método em Marx era entendido como uma fórmula *mágica* que aplicada à realidade desvendaria todas as intrincadas conexões e determinações que demarcam a sociedade, bem como proporcionaria um leque de soluções para tais problemáticas. No entanto, tal concepção baseada em certa aplicabilidade do método é, severamente, equivocada, pois, não julga necessário o desenvolvimento de processos investigativos, críticos-analíticos e macroscópicos para o desvelar dos fios invisíveis que compõem a mundaneidade social, sendo essencial para o desnudamento e a compreensão dos aspectos culturais, sociais, políticos e estruturais da sociedade em sua totalidade.

Outro aspecto que rondava a concepção marxiana e lhe proporciona grande debilidades teórico-metodológicas é a idéia, pregada por alguns pensadores enfatizando, que Marx estabelecia o fator econômico como central e determinante para a compreensão da sociedade, sobrepondo-se aos aspectos culturais, sociais, estruturais etc. Porém, essa concepção que reduz a grandiosidade da teoria social crítica de Marx é disseminada pelos adversários teóricos do pensador citado. Tal concepção é inteiramente errônea, visto que, Marx não analisa a sociedade a partir de uma só causa, enfatizando o fator econômico como fulcral na análise macroscópica da sociedade, mas sim, de diversos fatores que juntos constituem a produção e reprodução da vida social e assim, determinam a realidade social, ou seja, o método marxiano consubstancia-se pelas análises da sociedade em sua totalidade considerando e investigando as múltiplas determinações sócio-históricas que balizam a conjuntura.

Marx tece reflexões acerca da sociabilidade sob o comando capitalista, dando ênfase no processo desigual de dominação/exploração sustentado pela relação antagônica entre capital e trabalho que determina um selvagem modelo de concentração de riquezas para o grande capital. Desse modo, Netto (2004, p. 94) assinala que Marx:

[...] enfoca a sociedade burguesa como um produto extremamente complexo de um processo histórico plurissecular, no qual certas possibilidades do gênero humano não só explicitam como, ainda, servem para iluminar etapas históricas precedentes. Assim, mesmo tendo por objeto privilegiado a ordem burguesa, os resultados teóricos a que Marx chegou contém determinações cujo âmbito de validade a transcendem, entre eles a concentração do homem como ser prático e social, produzindo-se a si mesmo através das suas objetivações (a práxis, de que o trabalho é exemplar) e organizando suas relações com os outros homens e com a natureza conforme o nível de desenvolvimento dos meios pelos quais se mantém e se reproduz enquanto homem.

Particularizando o debate acerca da trajetória teórica de Karl Marx, cabe frisar que o pensador entre 1843 e 1844 defronta-se com os escritos de Hegel, influenciado pela concepção materialista de Feuerbach, impulsionado pelas formulações teórico-metodológicas de Engels, no que tange a Economia Política, Marx inicia seus estudos, a priori, analisa a ordem feudal e as sociedades que eclodiram, sucessivamente, até a emersão da sociedade burguesa. Assim, mais tarde, tais estudos resultariam na teoria social crítica de grande relevância para a humanidade social, onde o mesmo centraliza suas análises na ordem burguesa firmada na órbita capitalista. Para tanto, para a formulação da teoria social crítica Marx recorreu ao menos a três fontes para compreender a sociedade moderna, foram elas: a economia política inglesa, a filosofia alemã e o socialismo francês.

Grosso modo, Marx centraliza suas análises crítica à sociedade burguesa, objetivando desvelar as intrincadas conexões que perquirem o mundo real, propiciando o desvelamento do profundo antagonismo que demarca a posição desigual entre o pólo do capital e o pólo do trabalho que culmina na superexploração da classe trabalhadora em detrimento da concentração de renda ao comando do capital, suscitando a supressão do pensamento filosófico calcado na metafísica e no pensamento de Hegel (FRANÇA, 2012).

Importa citar que, para Marx, a teoria é vista enquanto uma categoria particular do conhecimento, como tantas outras a exemplo da arte, da vida cotidiana, da religiosidade etc. No entanto, a teoria que aqui se fala difere-se de todas essas modalidades citadas anteriormente. Pois, para Marx, o conhecimento teórico pauta-se no conhecimento acerca do objeto estudado ou analisado, enfatizando o seu movimento e estrutura, objetivando concentrar suas investigações e análises na essencialidade e concretude real do objeto, independente dos anseios e representações próprias do sujeito pesquisador. Deste modo, a teoria nada mais é que uma reprodução ideal

[...] do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 2011, p.21).

Nessa concepção, tal reprodução ideal é a vida material, os objetos materiais postos na realidade que são transportados através de abstrações pelos pesquisadores e,

posteriormente, são avaliados, interpretados e compreendidos. Partindo desse pressuposto, a teoria deve ser consubstanciada pelo movimento real do objeto – da realidade social – que é abstraído e se insere no campo de abstrações do indivíduo para que seja, verdadeiramente, apreendido com todas as suas determinações.

Partindo dessa lógica, convém notar que tal reprodução não se limita a um espelhamento da realidade concreta, pois isso anularia a função do sujeito pesquisador na construção do conhecimento teórico. O pesquisador é fulcral no processo de desnudamento da forma fenomênica dos fatos e do objeto, assim, precisa desenvolver uma função ativa na perspectiva de apreender a concretude da estrutura e movimento real do objeto. Logo, o pesquisador deve “(...) apoderar da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX apud NETTO, 2011, p.25) na perspectiva de engendrar uma análise concreta da realidade concreta e objetiva.

O objeto de pesquisa da teoria social crítica de Karl Marx centraliza-se na investigação e análise da sociedade burguesa, objetivando compreender a sua dinâmica e estrutura nos marcos do modo de produção capitalista. Nesse sentido, para Marx, a ordem burguesa tem caráter objetivo e concreto, não brota da subjetividade de um sujeito social, tampouco depende dos desejos do pesquisador para desenvolver-se. Assim, para compreendê-la é necessário que o sujeito pesquisador transcenda a pseudoconcreticidade do cotidiano, isto é, ultrapasse a aparência fenomênica do objeto para que seja possível vislumbrar a essência real do objeto, sua dinâmica e movimento real intrincadas pelas determinações sócio-históricas demarcadas pela égide capitalista. Nessa perspectiva, “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2011, p.22) através do desenvolvimento de processos críticos-interpretativos, possibilitando que o(a) pesquisador(a) vislumbre a essência do objeto pesquisado. Por conseguinte,

Ao construir sua teoria – na luta constante para marcar uma clara delimitação em relação à presença monstruosa de um sistema de pensamento tão tentador como o hegeliano -, Marx Engels concentram o combate teórico inicial a uma diferenciação em relação aos pressupostos idealistas de Hegel. Na diferenciação com o “saber absoluto”, os dois filósofos revelam a natureza do seu materialismo, que remete para a produção e reprodução das condições de existência dos homens. Dela decorrem as relações dos homens com a natureza e com suas formas de organização social, isto é, dos sujeitos com o que lhes aparece como a objetividade do mundo. Uma forma



específica de apropriação da natureza determina as formas de organização social e a consciência (MARX; ENGELS, 2007, p.14).

Marx tece suas análises e investigações tendo como ponto de partida a sociedade burguesa que, contraditoriamente, determina o mundo dos homens. Assim, diz Netto (2011), que a relação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento teórico não se dá através de uma relação externa, haja vista que, o sujeito pesquisador também é sujeito que está inerente ao objeto investigado, ou seja, o indivíduo que pesquisa está inserido no seio da sociedade burguesa. Por esse motivo, “a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de ‘neutralidade’, geralmente identificada com ‘objetividade’” (NETTO, 2011, p. 23). Todavia, tal particularidade não elimina a veracidade do conhecimento teórico produzido pela teoria social crítica de Marx, pois, a mesma tem uma instância de verificação de objetividade que se caracteriza pela prática social e histórica.

Em sua análise sobre a sociedade burguesa na era capitalista Marx, através de um longo e paulatino processo de estudo intensificado e investigações analíticas, descobre e estabelece a lei geral da acumulação capitalista<sup>18</sup>, comprovando que, à medida que cresce os índices de riqueza nas mãos dos senhores capitalistas, concomitantemente, alastra-se o grau de miserabilidade na sociedade, pois, o arrefecimento das forças produtivas da ordem capitalista implica na emersão e agravamento das multifacetadas expressões da “questão social”. Para além disso, as análises de Marx propiciaram o desvelamento da própria dinâmica do modo de produção capitalista, denunciando que o movimento do capital baseia-se na eclosão de crises econômicas cíclicas, que facultam a possibilidade da era capitalista construir novos desdobramentos e reerguer-se cada vez mais forte e onipotente.

A análise materialista da realidade sócio-histórica, do sujeito social e do seu pensamento, funcionou como a força motriz para o avanço das produções teórico-metodológicas de Marx acerca da ordem burguesa, no segundo lustro dos anos 1840. Além de investigar a sociedade burguesa, Marx – junto a Engels – procura compreender o sujeito que

---

<sup>18</sup> “Desenvolvendo-se a reprodução ampliada, ou seja, a acumulação é evidente que, na relação capital/trabalho, a condição dos portadores da mercadoria força de trabalho torna-se progressivamente mais vulnerabilizada (basta pensar, aqui, nos processos de pauperização). E a análise teórica e histórica da acumulação revela resultantes e implicações tão reiterativas que é inteiramente legítimo mencionar-se uma lei geral da acumulação capitalista. Com efeito, desde a constituição da base urbano-industrial da sociedade capitalista, o que tem resultado da acumulação é, simultaneamente, um enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza. Da dinâmica do MPC – ou, se se quiser, da sua lógica – resulta que o avanço da acumulação polarize, de um lado, uma gigantesca massa de valores e, de outro, uma imensa concentração de pobreza” (NETTO; BRAZ, 2009, p.137). Para uma melhor compreensão da lei geral da acumulação capitalista e de todo o complexo movimento do capitalismo na sociedade, vale debruçar-se a leitura da obra “Economia Política: uma introdução crítica” dos autores José Paulo Netto e Marcelo Braz (2009).

está inserido nesta classe, isto é, o ser social. Para tais pensadores, o ser social, bem como toda a sociabilidade é fruto da atividade humana, ou seja, da práxis social desenvolvida ao longo dos anos denominada trabalho, que possibilita o refinamento das potencialidades e conhecimentos humanos para suprir as suas carências e, simultaneamente, eleva o ser social a um novo patamar, tornando-o mais crítico, pensante e racional, capaz de elaborar perguntas e soluções cada vez mais complexas para a reprodução da vida material e social da humanidade (NETTO, 2011).

De maneira basilar, é após longos e árduos anos de estudos, investigações e análises intensas sobre a burguesia e a égide do capital, que Marx instaura uma concepção teórico-metodológica ainda mais complexa e límpida, tornando-se evidente com a obra “Introdução” no ano de 1857. Na referida obra, Marx abaliza o ponto de partida dos seus processos investigativos, cujo qual seria a produção material na realidade concreta, isto é, ele passa a analisar os indivíduos sociais dentro de uma totalidade social, objetivando chegar a uma real compreensão da sociedade burguesa moderna. Destarte, na concepção marxiana

[...] a “produção em geral” é uma abstração, que denota apenas um fenômeno comum a todas as épocas históricas: o fenômeno de em qualquer época, a produção implicar sempre um mesmo sujeito (a humanidade, a sociedade) e um mesmo objeto (a natureza). Este fenômeno confere unidade à história da humanidade, mas unidade não é o mesmo que identidade: é preciso distinguir “as determinações que valem para a produção em geral” daquelas que dizem respeito à certa época; do contrário, perde-se a historicidade na análise, e às categorias econômicas atribuem-se vigência e valor eternos. Destarte, e conseqüentemente, Marx especifica que quer estudar uma determinada forma histórica de produção material: a “produção burguesa moderna” (NETTO, 2011, p.38).

Por conseguinte, a sociedade burguesa, compreendida como a organização histórica de maior complexidade e contraditoriedade, passa a ser o ponto fulcral das investigações e estudos de Marx, pois, o pensador crê que é imprescindível para compreender a produção material das relações sociais, a priori, apreender a dinâmica da sociedade burguesa em sua totalidade. Somente dessa maneira, será possível construir uma teoria social ancorada num conhecimento verídico e crítico acerca da ordem burguesa, assim, segundo Netto (2011) Marx chega à conclusão de que para conceber a reprodução ideal do movimento real da sociedade burguesa é essencial compreender o modo como os indivíduos produzem e reproduzem a riqueza material numa sociedade circunscrita pela égide do capital. Pois,

[...] o destino do materialismo histórico, em qualquer período dado, precisa antes de tudo ser situado dentro da intrincada trama das lutas de classe nacionais e internacionais que o caracterizam, e cujo curso deve ser apreendido pelos seus próprios instrumentos de pensamento. A teoria marxista, buscando a compreensão do mundo, sempre pretendeu uma unidade assimétrica com uma prática popular que tenta transformá-la. A trajetória da teoria, portanto, tem sido sempre determinada primariamente pelo destino dessa prática. Inevitavelmente, qualquer relato sobre o marxismo da década passada será antes de tudo uma história política do seu ambiente externo [...] (ANDERSON, 2004, p.149).

Marx aponta ser de suma relevância compreender a sociedade burguesa em sua totalidade, iniciando as investigações sobre a riqueza material da vida social dos homens, o que implica dizer que, caso os processos investigativos respaldassem, a priori, pelos sujeitos sociais que compõem a sociedade correríamos o risco de construirmos análises simplistas, pois teríamos uma visão fragmentada do “todo”. Assim, as análises da ordem burguesa devem respaldar-se na reprodução da vida material, considerando os mecanismos intrincados a órbita do capital.

Deste modo, Marx (apud NETTO, 2011, p.43) esclarece:

O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo [...]. No primeiro método, a representação plena valoriza-se em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas conduzem á reprodução do concreto por meio do pensamento.

Cabe incorporar ao debate uma distinção relevante para a apreensão do método crítico dialético em Marx, cuja mesma centraliza-se na compreensão do sentido de abstração, abstrato e realidade concreta. No que concerne a abstração, esta caracteriza-se pela capacidade intelectual do indivíduo, possibilitando-o de apreender o objeto investigado, inserido em uma totalidade, para que este seja examinado e analisado pelo pesquisador em seu campo de abstrações, isto é, em seu pensamento, tal capacidade é imprescindível para a elaboração de processos investigativos e análises concretas da realidade. Assim, esse objeto isolado que foi abstraído pelo pensamento do sujeito, passa a ser “abstrato” quando inserido

no campo de abstrações do indivíduo, pois não possui forma concreta, mas está embebido por múltiplas determinações. No que tange a realidade concreta, que é considerada o “cientificamente exato”, esta é objetivada pela síntese das determinações que demarcam a totalidade social (NETTO, 2011).

Esta realidade concreta, nas palavras de Marx, é responsável pelo desdobramento do conhecimento teórico, pois o mesmo brota da investigação dos objetos concretos. Deste modo, o método de Marx pauta-se na análise concreta da realidade concreta e suas múltiplas determinações, o que significa dizer “que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto”, ‘único modo’ pelo qual ‘o cérebro pensante’ ‘se apropria do mundo’” (NETTO, 2011, 45). Cabe frisar que, a realidade concreta – objeto de investigações – está em constante movimento e, por esse motivo, sofre diversas transformações cotidianamente, assim, o movimento do pensamento deve acompanhar essas nuances da sociedade concreta, propiciando que o indivíduo pensante eleve e enriqueça as suas reflexões analíticas.

O objetivo primordial da concepção marxiana é apreender e compreender as categorias que compõem a articulação interna da ordem burguesa. Essas categorias que estão intrínsecas a ordem capitalista, caracterizam-se pelos “modos de ser” dos indivíduos, a produção material e social da humanidade, as determinações que atravessam a existência humana, isto é, são categorias ontológicas, haja vista que são aspectos reais, concretos e pertencem à ordem do ser social, do mesmo modo, são denominadas categorias reflexivas, pois incitam processos investigativos, analíticos e reflexivos para a sua compreensão. Por conseguinte, diz Netto que,

[...] tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias: as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu marco (um exemplo: trabalho assalariado). E, uma vez que, como vimos, para Marx “a sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção” – vale dizer: a mais complexa de todas as organizações da produção até hoje conhecida -, é nela que existe realmente o maior desenvolvimento e a maior diferenciação categorial. Logo, a sua reprodução ideal (a sua teoria) implica a apreensão intelectual dessa riqueza categorial (o que significa dizer que a teoria da sociedade burguesa deve ser também rica em categoriais) (NETTO, 2011, p.46).

Desta maneira, Marx desvendou que é fundamental para a pesquisa que o indivíduo pesquisador(a) apreenda a estrutura e o movimento do objeto, uma vez que, são eles que guiam e respaldam os procedimentos investigativos. Assim, na perspectiva de Marx, o(a)

pesquisador(a) exerce uma função importante no processo de pesquisado, pois o método conclama uma posição determinada do(a) sujeito(a) pesquisador(a), tal qual seria “(...) aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011, p.53). À medida que a pesquisa avança, surgem tantas outras determinações sociais que devem ser desveladas pelo sujeito que investiga, refinando o seu conhecimento teórico-metodológico e aprofundando o percurso da pesquisa.

Cabe aqui enfatizar, a relevância da perspectiva marxiana de não segregar a elaboração teórica da formulação metodológica e vice-versa, pois é indispensável para análise do método o uso da teoria social de Marx e, simultaneamente, torna-se irreduzível para a compreensão da teoria social a incorporação do método em suas análises críticas, uma vez que, para a compreensão da sociedade em sua totalidade imprescindível a articulação entre método e investigação da realidade em sua concretude. Deste modo, nessa conexão existente entre a elaboração teórica e a formulação metodológica, Marx encontra três categorias para serem analisadas e compreendidas, além da perspectiva teórico-metodológica, existe uma condensação entre as categorias – ontológicas e reflexivas - da totalidade, da contradição e de mediação, ambas as categorias imprimem “modos de ser” e de “existir” no mundo dos homens.

Referente à categoria da totalidade, Marx supõe que esta deve ser compreendida a partir da própria dinâmica da sociedade burguesa, uma vez que, constitui-se enquanto a reprodução ideal do movimento real da realidade concreta. Cabe apontar que, na concepção marxiana, a ordem burguesa é composta por várias totalidades que juntas compõem a totalidade social, resultando em um movimento contraditório e complexo perpassado por múltiplas determinações e feições que devem ser apreendidas na perspectiva de compreender a concretude do real por meio de um leque de mediações – internas e externas. Assim, a realidade concreta não é formada por “partes” isoladas, mas por um todo estruturado.

O movimento da realidade concreta, dinamizado pela mediação entre totalidades estruturadas, possui uma contraditoriedade que engendra e demarca a interação entre os processos e causalidades sociais postos à totalidade, pois “é princípio do ser e só é possível apreendê-la na realidade enquanto base dos processos” (OLIVEIRA; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2017, p.10), compreendendo que as relações sociais de produção, despontadas pela lógica capitalista, tornam-se sólo fértil para a eclosão e propagação de contradições e antagonismos.

Ora, a sociedade burguesa entendida como a organização social de maior complexidade, é composta por múltiplos complexos sociais de menor complexidade e deve

ser apreendida com sua totalidade concreta, isto é, como um “todo” articulado e estruturado, que não é constituído por “partes”.

Assim, a totalidade concreta da ordem burguesa possui um caráter dinâmico, haja vista que, a sociedade burguesa é delineada pelas contraditoriedades intrínsecas as determinações e conexões sociais que, transversalmente, balizam a sociedade concreta, ou seja, as relações contraditórias inerentes as “totalidades” que integram o “todo” da realidade, dinamizam o movimento e a própria dinâmica da totalidade macroscópica. Tais contradições, postas à dinâmica do real, movimentam a realidade concreta, transformando-a cotidianamente. Por esse motivo, a sociedade burguesa está longe de ser uma realidade morta ou inerte, pois está em constante metamorfose, logo, requer processos investigativos e analíticos para a sua ampla e legítima compreensão.

Conforme afirma Netto (2011), um ponto fulcral que subsidiaria a compreensão da totalidade social baseia-se em desvelar o elo entre os processos contraditórios e dinâmicos que circunscrevem as totalidades que compõe o “todo complexo” da ordem burguesa e compreender tais complexos em seus pormenores, relacionados à totalidade inclusiva e macroscópica – a sociedade burguesa. Essas articulações entre as partes isoladas e a totalidade da sociedade burguesa não são efetivadas de forma direta, mas, passam por uma mediação em decorrência da peculiaridade estrutural de cada totalidade isolada (não estamos aqui falando da totalidade burguesa concreta, mas, das “totalidades” particulares que compõem e estruturam a ordem burguesa). Logo, sem tal mediação, que possibilita uma articulação entre as totalidades particulares que constituem a totalidade complexa, a ordem burguesa “seria uma totalidade indiferenciada – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como ‘unidade do diverso’” (NETTO, 2011, p.58).

Posterior à articulação e análise das categorias: totalidade, contradição e mediação, Marx constatou a perspectiva metodológica, que exerceu um papel primordial no desenvolvimento e ampliação do aparato teórico do pensador. Ele, por sua vez, proporcionou o desvelamento, através de seus estudos e análises, da sociedade burguesa moderna, inaugurando a base fundamental para a edificação da teoria social, fornecendo respaldos teóricos e metodológicos – articulados - para embasar os processos investigativos e analíticos acerca da sociedade concreta e suas determinações (NETTO, 2011).

Importar enfatizar duas outras categorias próprias do método em Marx são elas: a investigação e a exposição, tendo em vista que, na concepção marxiana, no processo de investigação o/a pesquisador(a) desaponta de perguntas e questionamentos para estudar um

determinado objeto, diferentemente, na exposição o/a investigador(a) centra-se em apresentar os resultados obtidos no processo investigativo.

Ora, o mundo contemporâneo sublinhado pelos efeitos deletérios e devastadores da órbita neoliberal e do modo de produção capitalista, conclama a disseminação e ampliação da racionalidade formal-abstrata - pregada pelo ideário neoliberal – afirmando a desnecessidade da reflexão sobre as “coisas” postas na realidade social. Pois, o saber alienado contribui, significativamente, e reitera a lógica capitalista que marcha para a minimização dos direitos sociais e ampliação da acumulação capitalista, isto é, um Estado mini Max, mínimo para o social e máximo para o capital.

Assim, Marx embasado pelas suas reflexões analíticas deduziu ser de suma relevância compreender os fios invisíveis que perpassam a sociedade e, vislumbrar além do “aparente”, isto é, ir além do que a sociedade coloca aos olhos nus do sujeito social. Pois, para compreender a sociedade em sua totalidade necessita-se de um olhar macroscópico, um saber crítico, reflexões analíticas e a inauguração de um processo investigativo para se chegar a raiz das problemáticas e reais conexões que compõem a sociedade concreta.

Por essa razão, as análises de Marx remam na contramare dos ditames capitalistas, pois acredita num saber que tece críticas à ordem burguesa e seus desdobramentos demarcados pela égide neoliberal. Com efeito,

[...] Para Marx, a crítica da economia política é, antes de tudo, crítica da totalidade, do sistema capitalista de produção. Sua crítica, por ser uma crítica revolucionária, por ser expressão teórica da luta de classes do proletariado, é uma crítica imanente da totalidade das relações capitalistas de produção. Nesse sentido, o sistema de Marx nada tem a ver com os “sistemas filosóficos”. Pelo contrário, suas exigências epistemológicas são, também, exigências práticas (TEXEIRA; FREDERICO, 2008, p.33).

Deste modo, deve-se compreender que o modo de produção capitalista não é um conjunto de categorias que, ao piscar de olhos, permitem-se ser demolidas ou apreendidas de forma legítima. Para tanto, a tessitura da arquitetura categorial da ordem capitalista não se constitui de retalhos, mas, deve ser compreendida em sua totalidade, analisando os elementos categoriais que a compõem, considerando as metamorfoses sócio-históricas que alteram a história e o movimento real da realidade concreta. Assim, é necessário um trabalho de atualização constante, de análises críticas acerca da totalidade conjuntural para que os indivíduos possam apreender as perguntas e articular respostas às exigências históricas que

transcorrem, ou seja, é necessário compreender as categorias que demarcam a sociedade sejam as mais simples e as mais complexas para que se possa entender, categoricamente, a realidade em sua concretude (TEXEIRA; FREDERICO, 2008).

Esse processo de compreensão e apropriação das categorias que se reproduzem na sociedade não pode ser suprimido, pois, isso implicaria o não desvelamento da real dinâmica da sociedade concreta. Diante disso, emerge a preocupação de Marx em desvendar o desdobramento das categorias que atravessam a sociedade para que se possa, a posteriori, compreender a realidade em sua totalidade. Logo, diz Marx “(...) ‘a verdade não se encontra logo no começo’ da exposição. Quem desejar alcançá-la precisa submeter-se à ‘paciência do conceito’” (TEXEIRA; FREDERICO, 2008, p.47).

## **2 UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA:** a compreensão dos assistentes sociais

### **2.1 CONTEXTUALIZANDO O LÓCUS DA PESQUISA:** a política de assistência social

Historicamente, as circunstâncias que demarcam o âmbito da Assistência Social decorrem desde seus primórdios, mais precisamente no século XVIII, posto que, a mesma baseava-se numa perspectiva filantrópica, caritativa e benemerente, tendo em vista, que tal prática social era chancelada pela influência da Igreja Católica, direcionando seus atendimentos aos mais necessitados pautados em práticas moralizantes, conversadoras e benevolentes, distribuindo roupas, alimentos e abrigos aos desamparados, geralmente, crianças, doentes, incapazes e idosos.

Contudo, é na sociedade submersa ao modo de produção capitalista e seus efeitos destrutivos que as expressões da “questão social<sup>19</sup>” se agravam acarretando danos irreparáveis a classe trabalhadora e agudização das contradições sociais decorrentes da dinâmica

---

<sup>19</sup> “É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada ‘questão social’, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. A ‘*questão social*’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IMAMAMOTO, 2013, p. 83-84, grifos do autor).



capitalista, destarte “[...] a estes relegados do processo produtivo restam apenas à caridade, à benemerência e, a filantropia, como respostas às suas indigências” (ESCORSIM, 2008, p.1).

No limiar dos anos, algumas ações referentes à esfera da assistência social, foram sendo incorporadas como responsabilidades públicas. Nesse período, implantaram-se as primeiras formas de política assistencial, materializadas no CAPS (Caixa de Aposentadoria e Pensões e Instituto de Aposentadoria e Pensões) em 1923 e, subseqüentemente, no ano de 1926 no EAPS (Estudos de Aposentadoria e Pensões). Todavia, tais institutos assistenciais calcavam-se numa perspectiva contributivista, distanciando-se da concepção de direito social.

A questão social, compreendida como “caso de polícia”, é tratada sob o prisma da marginalização e criminalização, sendo esta isenta de intervenções do aparelho estatal, passando a ser defrontada por meio de repressão policial ou ações filantrópicas

Para tanto, foi no Governo de Getúlio Vargas que criou-se o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), caracterizando-se enquanto um órgão estatal responsável pelo parecer referente a concessão de orçamentos estatais para organizações sem fins lucrativos através de subvenções e, posteriormente, em 1947 institui-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), sob a influência das primeiras damas, baseada numa perspectiva seletivista, inaugurando a imagem de um Estado provedor, mesmo que minimamente, de ações e/ou intervenções com vistas para o enfrentamento das múltiplas facetas da “questão social”, que até então era marginalizada pelo aparelho estatal. Desse modo, o atendimento as necessidades e demandas advindas dos pobres e desamparados, ou seja, as expressões da “questão social” deixaram de ser tratados de forma repressiva e policialesca, dando assento a lógica conservadora e filantrópica no trato da assistência social, alicerçado no âmbito da moral privada (ESCORSIM, 2008).

O modelo conservador trata o Estado como uma grande família, na qual as esposas de governantes, as primeiras damas, é que cuidam dos “coitados”. É o paradigma do não direito, da reiteração da subalternidade, assentado no modelo de Estado patrimonial (...). Neste modelo, a assistência social é entendida como espaço de reconhecimento dos necessitados, e não de necessidades sociais (SPOSATI apud ESCORSIM, 2008, p. 3).

Conquanto, evidenciam-se diversos obstáculos na sociedade em tela delineada pela vigência do Golpe Militar que despontou diversos e profundos agravos referentes a todas as esferas da vida social, tais como: social, político, econômico, cultural etc. Somado a esse

cenário estão “[...] as questões de poder interpostas e as tendências neoliberais que começam a se introduzir no país abalarão sensivelmente a implantação das propostas” (MESTRINER, 2011, p.183). No governo de Sarney, em 1985, institui-se um quadro de reformas institucionais, com vistas para o desenvolvimento econômico do país e a forma de enfrentamento das refrações da “questão social”, não obstante, tal plano é dificultado pelos frequentes conflitos com os setores conservadores e em decorrência da forma como Sarney governava, priorizando o âmbito econômico, sobrepondo-o à assistência social, canalizando as intervenções sociais da esfera estatal ao âmbito emergencial, enaltecendo tardiamente o debate sobre a Carta Magna de 1988, primordialmente, sobre a Assistência Social.

Doravante, em 1980 inicia-se o processo de redemocratização da sociedade a partir do reflorescimento de movimentos sociais articulados na busca pela construção dos direitos sociais universais e igualitários. Mais precisamente, em 1985, esses movimentos sociais se ampliam e se intensificam em prol da construção e aprovação da Constituição Federal, haja vista que, a mesma legitima os direitos sociais dos cidadãos. Desse modo, mediante a mobilização da sociedade civil, emerge a Constituição Federal de 1988.

[...] A constituição cidadã foi produto de intensos embates entre os setores progressistas da sociedade, representados pelos movimentos sociais, que lutavam pela extensão das políticas públicas, universalizantes, descentralizadas e participativas sob a égide do estado, e pelo setor conservador que desejava dispositivos político-econômicos liberais privilegiados do mercado. Estes projetos societários antagônicos foram colocados em disputa (ESCORSIM, 2008, p. 4).

A instauração da Constituição Federal de 1988, data e qualifica a inserção da assistência social enquanto uma política social pública que integra o tripé da Seguridade Social junto às demais políticas - Saúde e Previdência. A partir desse marco, a Assistência Social passa a ser direito de todos e dever do Estado, porém, a esfera estatal considera os limites e imposições da agenda neoliberal, nos marcos do modo de produção capitalista, caracterizando-se como um Estado classista e (neo) liberal, usurpando direitos sociais e sucateando os bens e serviços oferecidos à sociedade civil.

Embasando-se na perspectiva de direito social, a política de Assistência Social pauta-se nos seguintes pressupostos: a proteção social, a garantia da vida, a diminuição de danos, a prevenção de riscos, proteção à família, a maternidade, aos adolescentes, crianças e idosos, promoção de inserção ao mercado de trabalho, habilitação e reabilitação de indivíduos

deficientes, bem como, garantir a sua integração comunitária e, disponibilizar um salário mínimo aqueles indivíduos com deficiência ou idosos que não possuem condições físicas ou mentais para prover suas necessidades vitalícias. Além da vigilância socioassistencial, com vistas a analisar, a partir de um dado território, a capacidade protetiva das famílias explorando as *vulnerabilidades*, ameaças, vitimizações e danos nas mesmas e, a defesa intransigente de direitos, com a pretensão de garantir o acesso aos direitos constitucionais por intermédio da execução do leque de serviços e programas socioassistenciais da rede de proteção social, pertinente à política de Assistência Social.

À vista disso, apesar de romper com os substratos conservadores e filantrópicos e inaugurar um Estado de direito social, a Constituição Federal de 1988 enfrenta diversos obstáculos no que diz respeito a sua aprovação e operacionalização, requisitando a constituição de leis e aparatos constitucionais para legitimar cada área abrangida, haja vista a refração econômica que incide nesse processo, retratando um Estado Mini Max, ou seja, mínimo para os interesses da classe trabalhadora e máximo para os ditames capitalistas, impostos na agenda neoliberal. A Assistência Social é a área mais afetada, devido ao atraso no desenvolvimento do processo de elaboração e discussão da mesma, que ocorreu de forma tardia por intermédio das universidades e organizações da categoria profissional de Serviço Social.

Na ótica estatal, a assistência social ganha um novo patamar em decorrência da FLBA, que iria se caracterizar como o primeiro órgão de *ação social* do governo, com o intuito de ocupar os espaços onde eram realizados trabalhos sociais por entidades filantrópicas e pela iniciativa da Igreja Católica, posto que, estas últimas eram responsáveis pelo desenvolvimento da intervenção social junto aos marginalizados e incapazes (MESTRINER, 2011).

O cenário social se agrava no percorrer do governo de Fernando Collor em 1990, que mesclava tendências neoliberais, socialdemocrata, reformistas e liberais, denotando a instauração de um Estado Mínimo, isto é, mínimo para o social e máximo para a acumulação capitalista. Nesse período, a LBA tornou-se alvo de boicotes e escândalos de corrupção advindos da família Collor. Posteriormente, seus trabalhadores começaram a se organizar nas ASSELBAS e na ANASSELBA com o propósito de lutarem para a promulgação da LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social - e do SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Então, em 1993 a LBA foi extinta e repassou seus serviços para instituições não governamentais da sociedade civil. O mesmo ocorre com o CNSS, que devido aos escândalos

em torno das subvenções e abusos políticos, culminaram na extinção do mesmo (SPOZATI, 2011).

Sob a influência massacrante da política de cunho neoliberal, que objetiva a liberalização do mercado, a retração estatal no que se refere as suas responsabilidades sociais em prol da expansão capitalista, Collor prioriza a estabilidade econômica e, concomitantemente, marginaliza questões como a redução da pobreza, a garantia de direitos sociais, a consolidação das instituições democráticas, anulando o Estado enquanto provedor dos mínimos sociais, bem como, amplia, lamentavelmente, o abismo social, político e econômico que divide o Estado e a sociedade civil (MESTRINER, 2011).

O Estado é perpassado por uma árdua tarefa através da classe burguesa, que se depreende em modificar sua atuação no âmbito social, político e econômico, culminando na contrarreforma estatal, onde se propaga, cotidianamente, o ideário de crise fiscal no país, acarretando danos à população, tendo em vista, o sucateamento da qualidade dos serviços prestados à população, os cortes absurdos nas políticas públicas, primordialmente, no âmbito social, com a finalidade de conter gastos públicos para gerar o superávit primário.

Tal política, segundo Marcelo Sitcovsky (2010), consubstanciada pela busca de gerar o superávit primário acarretou um aprofundamento das refrações da “questão social”, pois dificulta o enfrentamento das reais necessidades advindas da sociedade em tela, marcada pelo nível de desigualdade social, alto índice de desemprego, condições de moradia, saúde, educação, renda etc. Nesse momento, a questão social volta a ser secundária e hostilizada pelo aparelho estatal, posto que, as políticas sociais e o apelo pela construção de uma cidadania pautada em uma equidade e justiça social refluem, voltando-se as ações paternalistas e clientelistas, tendo em vista que:

[...] as verbas destinadas a estas políticas serão radicalmente reduzidas, e os movimentos de mudança refreados pela composição clientelista de cargos de chefia. Será flagrante também a ingerência política no direcionamento de convênios e benefícios [...] (MESTRINER, 2011, p. 200).

Finalmente, em 1993 no governo de Itamar Franco, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi aprovada e implantada, porém sofreu uma série de boicotes em decorrência dos interesses políticos e econômicos que a perpassavam, posto que à medida que a assistência se materializa-se enquanto um direito social, distanciando-se do prisma filantrópico e meritocrático, a formação dos “currais eleitorais” realizados pelos políticos

brasileiros seriam drasticamente afetados devido a lógica de distribuição de serviços e benefícios sociais em troca de votos.

Afora, os cortes severos no âmbito da assistência social realizados durante o governo de Collor, em virtude da (pseudo) crise fiscal<sup>20</sup> instalada no Estado e da política de austeridade fiscal aguçadas pelas prerrogativas neoliberais que foram incorporadas pelo Estado (neo) liberal e, consubstanciam a sociedade até os dias que transcorrem, culminando em precarizações das políticas públicas e sociais, mercantilização dessas políticas e incentivo à iniciativa privada, privatizações, fragmentações e seletividades nos serviços prestados a sociedade, a desresponsabilização do Estado para com as suas responsabilidades, dentre outros efeitos deletérios do neoliberalismo para a classe trabalhadora, ocasionando o aprofundamento da “questão social”.

Determinada a um cenário delineado pela política de caráter neoliberal, a efetivação da LOAS se materializa como uma forma de responder aos mínimos sociais advindos da classe trabalhadora, bem como, desaponta um marco significativo na trajetória histórica da política de Assistência Social, uma vez que, a mesma passa a ser um direito social e dever do Estado e, se insere na tríade da Seguridade Social, ampliando e assegurando os direitos sociais, civis e trabalhistas para os cidadãos. Dessa maneira, para Mota (2010) a Assistência Social se amplia na condição de política não contributivista, ou seja, na perspectiva de direito social, tornando-se uma ferramenta válida para o enfrentamento das múltiplas facetas da “questão social”, visto que, transformou-se no principal mecanismo de proteção social brasileira.

A política de Assistência Social tem o seu pilar fundamental na criação da PNAS - Política Nacional de Assistência Social - no ano de 2004, proporcionando uma materialização da assistência social enquanto uma política indispensável na rede de proteção social do Brasil, visto que, a mesma compõe o tripé da Seguridade Social. Assim sendo, a PNAS prima pela efetivação da Lei Orgânica de Assistência Social e da Constituição Federal de 1988, bem como institui e sinaliza o “modus operandi” da própria política de assistência social, que tem como objetivos básicos (BRASIL, 2005):

---

<sup>20</sup> “Assim, por um lado, a dita *crise fiscal do Estado* constitui uma determinação presente nas mudanças estatais no contexto da ofensiva neoliberal. Do esgotamento do regime de acumulação e regulação fordista-keynesiano, produzido, entre outras causalidades, pela redução das atividades econômicas e pelo desemprego que gerou, somado ao excessivo gasto estatal para garantir a lucratividade do capital (produtivo e comercial), decorreu uma redução na receita estatal. Como esclarece Behring (2003, p. 62), no contexto da crise a renda nacional caiu ao mesmo tempo que a carga tributária, enquanto aumentava o gasto público na contenção do ciclo depressivo (déficit público), largamente utilizadas pelos governos a partir da crise. Aí reside a razão mais profunda da crise fiscal.” (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 204, grifos do autor).

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitam, contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural e assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005, p.33).

À vista disso, a PNAS objetiva garantir a efetivação da política de Assistência Social como um direito dos cidadãos e responsabilidade do Estado, absorvendo as problemáticas que circunscrevem a sociedade enquanto responsabilidades direcionadas ao âmbito da assistência. Cabe salientar que, a PNAS baseia-se no pacto federativo, ressaltando e diferenciando as atribuições e competências do aparato estatal, sendo ele a nível Federal, Estadual e/ou Municipal.

Nessa direção, a Política Nacional de Assistência Social pauta-se em uma série de princípios, são eles: supremacia do atendimento as problemáticas e demandas advindas da sociedade em tela, tendo em vista a rentabilidade econômica; universalização dos direitos sociais; respeito à dignidade, autonomia e liberdade do cidadão, bem como, assegurá-los de seus direitos sociais, acesso a serviços e benefícios de qualidade, convivência familiar e comunitária, evitando-o de qualquer situação vexaminosa; equidade dos indivíduos no acesso aos benefícios e serviços sociais, assegurando a igualdade entre as populações da zona rural e urbana; e, divulgação dos serviços, benefícios e programas oferecidos pela rede socioassistencial, bem como, dos recursos públicos a eles destinados.

Outro significativo e imprescindível avanço no que tange a política de Assistência Social Brasileira é a criação e implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - que surgiu através da PNAS, com o intuito de reafirmar os princípios, objetivos e diretrizes da PNAS e da LOAS e, alavancou uma série de ganhos ao cenário social, visto que, o mesmo centraliza a família como público alvo das ações socioassistenciais da rede de proteção social.

O SUAS prioriza a “integração” dos três níveis estatais objetivando um aprimoramento no enfrentamento às múltiplas faces da “questão social” que são vislumbradas na sociedade em tela. Nessa perspectiva, o público alvo das ações, serviços e programas socioassistenciais oferecidos pela rede SUAS, caracterizam-se como indivíduos em situação de *risco* ou *vulnerabilidade social*, que se expressam das mais variadas formas, como: indivíduos usuários de substâncias psicoativas, famílias ou indivíduos com defasagem ou perda dos vínculos familiares ou comunitários, identidades estigmatizadas no que se refere às questões

étnicas, culturais, sociais, sexuais, indivíduos com deficiência, exclusão no acesso a alguma política pública e/ou social, diversas formas de violência inserida ou não no seio familiar, entre outras.

Trata-se de um modelo de gestão que, no âmbito jurídico legal possui um prisma participativo e descentralizado, tal qual consiste em regulamentar e organizar as ações, serviços e benefícios voltados ao âmbito da rede socioassistencial em todo o território do país, priorizando a família e os indivíduos na distribuição desses serviços, enfatizando o índice de complexidade e as funções de tais serviços inseridos naquele determinado território. Entretanto, acredita-se que esse traço participativo nas políticas públicas, mais especificamente, na política de Assistência Social tenha seja suprimido de forma mascarada através dos benefícios e serviços sociais oferecidos à população, no sentido de conter os ânimos sociais, ocasionando um apaziguamento de classes sociais por meio de inúmeros desdobramentos (neo) liberais que camuflam uma verdadeira participação social no que concerne à estruturação e operacionalização dessas políticas.

Cabe enfatizar que, de acordo com Sitcovsky (2010) o caldo cultural da solidariedade existente na política de assistência social foi colocado em novas bases a partir da construção do SUAS - Sistema Único de Assistência Social - posto que, o mesmo passa a regulamentar a relação entre Estado e sociedade civil.

Destarte, por meio da implantação do Sistema Único de Assistência Social, ter-se-á uma definição concreta a respeito dos elementos essenciais para a consumação efetiva e válida da política de Assistência Social, proporcionando a normatização dos padrões nos serviços socioassistenciais, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultados, nomenclatura dos serviços e da rede sócio assistencial, bem como os eixos estruturantes e de subsistemas, tais como: matricialidade sócio familiar, descentralização político-administrativa e territorialização, novos pilares para a relação entre Estado e Sociedade Civil, financiamento, controle social, o desafio da participação do usuário na gestão e operacionalização dos serviços, a política de Recursos Humanos, a informação, o monitoramento e, por fim, a avaliação. Vale salientar que, no SUAS, os serviços socioassistenciais são organizados pautando-se na vigilância social, proteção social e na defesa social e institucional (BRASIL, 2005).

Somado ao que já foi exposto, o SUAS inaugura um novo marco na trajetória da Assistência Social, visto que, passa a organizar e operar a política mencionada em dois níveis de referência são eles: A Proteção Social Básica e a Proteção Especial - ramificada em média e alta complexidade.

No que se refere à Proteção Social Básica, esta caracteriza-se pela rede de proteção social básica que possui o propósito de prevenir situações de risco para as famílias e indivíduos por meio da promoção de atividades, oficinas, projetos e serviços que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades, bem como proporcionem o fortalecimento de vínculos afetivos, familiares e/ou comunitários entre os usuários dos serviços. Tais serviços alusivos à proteção social básica direcionam-se aqueles sujeitos que se encontram em situação de *vulnerabilidade social*, decorrente da desigualdade social - fomentada pelo modo de produção capitalista e seus mecanismos de exploração e precarização da classe subalterna - da privação de renda ou do acesso aos serviços da rede socioassistencial e indivíduos com fragilização de vínculos afetivos (BRASIL, 2005).

Considerando a Proteção Social Especial, esta por sua vez, intervém na realidade de indivíduos e família que tiveram seus direitos usurpados, transgredidos e, por isso, se encontram em situação de *risco social e pessoal*, em virtude de abandono familiar, maus tratos físicos ou psíquicos, negligência familiar, usuários de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, indivíduos em situação de rua, trabalho infantil etc. Tais serviços dividem-se em média complexidade, referente àqueles serviços prestados a famílias ou indivíduos cujos direitos foram violados, porém mantêm laços afetivos com a família e/ou a comunidade. Diferentemente do anterior, os serviços de alta complexidade direcionam-se aqueles sujeitos que estão em situação de ameaça, tendo o seu convívio familiar retirado sob medidas protetivas, transferindo tal usuário a proteção integral.

## 2.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM POMBAL/PB: desvelando o cenário da pesquisa

O município de Pombal, localizado no alto sertão paraibano, é uma das cidades mais antigas da Paraíba, possuindo 317 anos de fundação e 244 anos de emancipação política. Segundo dados do IBGE (2013) a cidade possui uma população de 32. 110 pessoas, dessas 15.381 são homens e 16.729 são mulheres, o total de 25.753 pessoas residem na zona urbana e 6.357 moram na zona rural.

Conforme o Mapa da Pobreza e Desigualdade, realizado pelo IBGE, o índice de pobreza do município chega a 53,30 % e o Índice de Desenvolvimento Humano chegava ao número de 0,634 no ano de 2010. À vista disso, acredita-se que grande parcela da sociedade



civil de Pombal vive em condições de pobreza, assim, as particularidades da cidade de Pombal- PB, certamente, tenham contribuído, de forma significativa, para a implementação dos serviços e programas na rede socioassistencial de proteção social da cidade, a exemplo do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social – do CREAS – Centro de referência Especializado em Assistência Social – NACAP – Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente de Pombal -, afora, a própria Secretaria de Trabalho e Assistência Social, onde funciona a central do programa Bolsa Família do município.

Tais instituições pautam-se no sistema de proteção social, cada uma com suas particularidades, posto que, o CRAS possui um caráter preventista, no sentido de dispor de ações e atividade que possam prevenir situações de usurpação de direitos, bem como trabalha na perspectiva de proteção social básica, diferentemente do CREAS e NACAP que, ambos, desenvolvem um trabalho especializado na proteção social de alta complexidade, pois lidam com usuários que já tiveram seus direitos corrompidos e usurpados. Mas, quais os limites e possibilidades dessa política? O sistema de proteção social – básico e complexo – em seu *modus operandi* consegue ser efetivado com intervenções eficazes à sociabilidade?

Importa frisar que a política de Assistência Social tem caráter obrigatório, neste sentido, sugere-se que a mesma seja institucionalizada nos municípios, mas, o modo e a forma como os serviços são implantados depende das peculiaridades da realidade social do local.

O Centro de Referência da Assistência Social, popularmente conhecido como CRAS, caracteriza-se como uma unidade pública que promove e executa serviços, programas e projetos sociais com o propósito de prevenir situações que venham a transgredir os direitos sociais do indivíduo através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como, objetivam construir e/ou fortalecer os vínculos familiares e comunitários dos(as) usuários(as) inseridos nos serviços socioassistenciais e ampliar o acesso aos direitos e serviços sociais a comunidade, posto que, o CRAS é responsável pela organização e operacionalização da proteção social básica integrado no Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2005, p. 33).

Sob o prisma da política de Assistência Social, tal unidade deve, prioritariamente, estar situada em localizações que possua um índice de *vulnerabilidade* socioeconômica, de forma que, o mesmo atue na vida dos sujeitos sociais, tendo em vista, a articulação com órgãos públicos e organizações da sociedade civil ou da esfera privada, com a finalidade de fortalecer e ampliar os serviços e programas oferecidos à população por meio da rede socioassistencial.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social trata-se de uma unidade pública estatal que disponibiliza serviços de proteção social às famílias e indivíduos que estão em situação alta complexidade em decorrência da usurpação e violação de seus direitos sociais. Assim, inserido no modus operandi da política de Assistência Social, o CREAS é organizado e regulamentado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ofertando a proteção social especializada, uma vez que,

[...] organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Devido à natureza e ao agravamento destas situações, implica acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede. (MDS, 2016, p.20)

O trabalho do NACAP é desenvolvido numa perspectiva de acolhimento temporário de seus usuários, para ser trabalhado o fortalecimento de vínculos junto ao seio familiar, objetivando que este seja reintegrado a mesma, assim, a instituição tem laços consanguíneos com o Ministério Público e o Conselho Tutelar, pois, tais órgãos, de forma articulada, encaminham e analisam casos e situações de crianças e adolescentes que se encontram em situação de alta *vulnerabilidade* e *risco* social e, que necessitam ser retiradas do nicho familiar.

Nesse processo de acolhimento, os/as profissionais tentam realizar uma reaproximação do sujeito com o seu seio familiar por meio do fortalecimento de vínculos e acompanhamento psicossocial. Cessado ou esgotada todas as possibilidades de fortalecimento de vínculos e reintegração familiar, a criança e/ou adolescente é submetida ao processo de adoção através do Ministério Público, porém, durante os autos processuais o acolhido continua sob os cuidados do NACAP.

A referida instituição não dispõe de atividades integradas, já que este espaço se expressa como uma extensão do lar do acolhido. Dessa forma, são feitos encaminhamentos para que os(as) acolhidos(as) se engajem em atividades na expansão da rede socioassistencial, estas também podem ser articuladas através de parcerias com outros órgãos públicos e parcelas da sociedade civil. Além disso, o núcleo de apoio não dispõe divulgação expressiva, nem de sinalização reluzentes – placa de identificação do local – devido ao tipo de trabalho que a instituição desenvolve, assim, prezasse pela preservação de sigilo daqueles que estão inseridos nesse espaço, tentando evitar qualquer forma de estigmatização e preconceito pela população em geral.

Ademais, a população de Pombal desfruta de algumas organizações não governamentais que contribuem para a distribuição de serviços sociais à comunidade, pode-se destacar o Rotaract Club, Interact Club, Rotary Club, CEMAR, Lions Club e Leo Club. Todavia, tais instituições baseiam-se num prisma filantrópico, pois distribuem serviços e realizam ações sociais, de forma voluntária e solidária, fugindo da perspectiva de direito social e contribuindo, significativamente, para a desresponsabilização da esfera estatal no que concerne às necessidades básicas da sociedade civil.

O chamado terceiro setor caracteriza-se pelo conjunto de organizações não governamentais, organizações sem fins lucrativos e entidades filantrópicas que operacionalizam serviços e ações sociais, benemerentes, à sociedade civil, englobando um novo modo de redimensionamento das refrações da “questão social”, na perspectiva de retirar as responsabilidades sociais da esfera estatal e transportá-las para a sociedade em geral por meio dos serviços – mesmo que pontuais e esporádicos – das organizações que compõem o terceiro setor.

O aparelho estatal se “desresponsabiliza” do trato da “questão social” e dissemina a ideia de (pseudo) crise, culminando na redução drástica de recursos nas ações, serviços e políticas públicas e sociais, expandindo os serviços realizados pelo terceiro setor, na perspectiva de diminuir os gastos com o “social” para alargar as taxas de lucratividade da esfera governamental, com vistas a expandir a acumulação sob a égide do grande capital.

A estratégia neoliberal tende, sobretudo, a instrumentalizar um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias: o chamado “terceiro setor”, os valores altruístas de “solidariedade individual” e o “voluntarismo” e as instituições e organizações que em torno deles se movimentam. O capital luta por *instrumentalizar a sociedade civil* - torná-la dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável. O debate sobre o “terceiro setor”, como ideologia,

transforma a sociedade civil em *meio* para o projeto neoliberal desenvolver sua estratégia de reestruturação do capital [...] (MONTAÑO, 2002, p.6, grifos do autor).

Com o advento da crise capitalista, a ofensiva neoliberal recompõe uma engenharia de combate à crise objetivando a recomposição da lógica mercadológica e da ascensão da lucratividade capitalista, assim, reduz-se, drasticamente, a intervenção do Estado em diversas áreas e espaços sociais, ocasionando o que Montañó (2002, p.2, grifos do autor) caracteriza como “passagem do fundamento da legitimação sistêmica das *lógicas democráticas* – particularmente no âmbito estatal – para as *lógicas da sociedade civil e do mercado*”.

Nesse contexto, o mercado torna-se esfera de legitimação e regulação social, fazendo despontar, através da incidência da lógica neoliberal, o estímulo à solidariedade social e coletivismo que desembocam no florescimento da mercantilização, precarização e voluntarismo de serviços e bens como respostas às necessidades sociais e individuais, transferindo a responsabilidade estatal para o mercado e os segmentos da sociedade, isto é, ao terceiro setor, acentuando uma nova orientação ao trato das múltiplas feições da “questão social”.

A política de Assistência Social é legalmente reconhecida como um direito de todos e dever do Estado, isto é, baseia-se numa perspectiva de direito social desde a implementação da Constituição Federal de 1988. Tal política vem sendo regulamentada e legalizada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A rede de proteção social divide-se na proteção básica e especial, ambas desenvolvem intervenções sociais diferenciadas, haja vista, o grau de complexidade da situação (social e econômica) em que o usuário se encontra ao seu acolhido pelo espaço sócio institucional do âmbito da assistência social.

No que se refere à proteção social básica, esta se constitui por um leque de programas, serviços e benefícios prestados à sociedade com o escopo de prevenir situações de transgressão ou usurpação de direitos dos indivíduos através da promoção e desenvolvimento de potencialidades, habilidades e aprendizagem dos sujeitos, bem como, realiza-se trabalhos em prol da construção de relações interpessoais e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O espaço sócio institucional responsável pela operacionalização e efetivação da proteção social básica é o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - que direciona

os serviços socioassistenciais numa escala territorial, estando inserido, estrategicamente, em locais periféricos, compreendendo que nestes há a maior iminência de usuários dos serviços e políticas sociais. Para tanto, o referido espaço deve firmar parcerias com órgãos não governamentais, com a proteção social referente á saúde, previdência e as demais políticas públicas, com o intuito de somar os serviços socioassistenciais das respectivas áreas para a ampliação da rede de proteção social (CFESS, 2011).

Sugere-se que a atuação profissional no âmbito da política de Assistência Social se proponha a romper com as amarras que limitam os profissionais ao desenvolvimento restrito de práticas executoras de atividades e serviços públicos, perdendo de vista a criticidade do/da assistente social em sua análise da realidade em sua concretude, além de restringir o trabalho profissional à “gestão da pobreza” através da individualização das situações sociais, enfrentando e compreendendo as múltiplas expressões da “questão social” sob a ótica de um viés moralizante.

Dito isso, pode-se depreender que as atividades operacionalizadas pelos profissionais de Serviço Social não devem limitar-se à culpabilização do(a) sujeito(a) pelas situações vivenciadas ou analisar as necessidades sociais como problemáticas individuais e grupais, posto que, todas as refrações da “questão social” vislumbradas na sociedade em tela, deitam raízes profundas na desigualdade de classes e nas contradições e antagonismos que perpassam a sociedade (CFESS, 2011).

O trabalho profissional do/da assistente social deve estar em consonância com as atribuições e competências estabelecidas no projeto profissional que rege a categoria profissional, respaldando-se no Código de Ética Profissional, nas Diretrizes Curriculares e na Lei de Regulamentação 8662/93, respeitando os direitos e deveres do profissional de Serviço Social.

À vista disso, acredita-se que o trabalho profissional do/da assistente social deve remar contra a maré das ações conservadoras e tradicionais expressas pelo funcionalismo e pragmatismo, que reforçam o ideário de tratar as problemáticas sociais de forma individual, como problemas pessoais. Cabe ressaltar que, a atuação do/da assistente social deve caminhar lado a lado com a laicidade profissional na perspectiva de respeitar a individualidade e diversidade religiosa dos usuários das políticas públicas e sociais, ou seja, sugere-se que a execução dos serviços socioassistenciais esteja despida de religiosidade. O(a) profissional de Serviço Social deve efetivar o seu fazer profissional baseando-se em uma perspectiva de totalidade, identificando os determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais inerentes ao conjunto de desigualdades e antagonismos sociais.

A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo/a profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2011, p.18).

Destarte, as competências e atribuições do/da assistente social, no âmbito da política de Assistência Social, com vistas, para a proteção social básica e especial, centraliza-se na prevenção de situações de *risco e vulnerabilidade social* por meio da promoção de serviços e programas socioassistenciais, com a finalidade de potencializar a vida dos(as) sujeitos(as) envolvidos(as), bem como, de ampliar e garantir a efetivação dos direitos sociais instituídos constitucionalmente, aumentando assim, a atuação estatal na sociedade.

Por conseguinte, cabe o(a) profissional de Serviço Social, inserido nesse contexto: a realização de pesquisas para o reconhecimento e compreensão de demandas e situações vivenciadas pela população, para fundamentar os planos de intervenção do/da assistente social; elaborar e operacionalizar programas, serviços e projetos do âmbito da política de assistência social, firmando parcerias com outras políticas públicas e/ou organizações próprias da sociedade civil; favorecer a participação dos(as) usuários(as) e de movimentos sociais na elaboração e avaliação do plano de Assistência Social e do orçamento público destinado à área supracitada; planejar, organizar e acompanhar os recursos orçamentários dos benefícios e serviços socioassistenciais oferecidos às instituições, apreender a realidade concreta (e seus múltiplos fatores) das famílias beneficiárias de programas sociais como o BPC - Benefício de Prestação Continuada - e o PBF - Programa Bolsa Família, conhecer as potencialidades e fragilidades do território que o espaço institucional abrange, acolher os usuários e fornecer informações a respeito de seus direitos sociais, desenvolver atividades coletivas e particularizadas, realizar encaminhamentos, alimentar o sistema de informações acerca dos serviços operacionalizados(CFESS, 2011).

Somado a isso, é competência do/da profissional de Serviço Social a realização estudos sistemáticos com a equipe técnica do CRAS, CREAS e NACAP (e demais

instituições que operacionalizem o seu trabalho na trama do sistema de proteção social), com o objetivo de analisar a realidade e planejar as ações interventivas, desenvolvendo trabalho em equipe multiprofissional; efetuar visitas domiciliares, perícias técnicas, relatórios, pareceres acerca da política de Assistência Social e das demandas vislumbradas no espaço sócio institucional (CFESS, 2011).

Ademais, é atribuição dos/das profissionais de tais instituições a realização de atendimentos individuais e/ou coletivos; instaurar espaços coletivos para a socialização de informações sobre os direitos sociais e sobre a responsabilidade do Estado enquanto provedor de tais direitos; formular e executar projetos coletivos e individuais, com vistas para o fortalecimento do protagonismo dos usuários das políticas públicas; supervisionar estagiários(as) do curso de Serviço Social; e, sistematizar e planejar eventos para debater e constituir estratégias para a materialização da política de Assistência Social, entre outras infindáveis atribuições que surgem através do movimento do real.

Todavia, a política de Assistência Social é perpassada por uma série de mecanismos de precarização, instaurados através da vidência da política de cunho neoliberal, que possui o objetivo de diminuir, drasticamente, a intervenção estatal diante das múltiplas refrações da “questão social”, culminando na retração da responsabilidade e dever do Estado no tocante à operacionalização das políticas públicas e sociais, em razão aos grandes cortes orçamentários no âmbito dessas políticas, primordialmente, na área da assistência social. Diante desse cenário, tais ações estatais contribuem, significativamente, para o agravamento das necessidades e demandas sociais e, implica diretamente na atuação profissional do/da assistente social inserido nesse contexto intrincado por contradições, antagonismos e desigualdades sociais, com a finalidade de contribuir para a expansão capitalista sob a ótica de um “Estado Mínimo”, isto é, mínimo para o social e máximo para o capital.

Neste sentido a política neoliberal e seus respectivos desdobramentos, principalmente, a contrarreforma estatal, impactam diretamente na efetivação da política de Assistência Social, tendo em vista, a retração do poder do Estado no tocante as suas responsabilidades sociais que se expressam na restrição dos direitos trabalhistas e sociais, no corte dos investimentos no âmbito das políticas públicas, denotando a (contra) reforma estatal. Somado a isso, os efeitos deletérios do neoliberalismo percorrem por todas as esferas da vida social, por essa razão, sucateiam os espaços sócios institucionais que executam os serviços e programas socioassistenciais, impondo limites na efetivação do plano técnico-operativo dos(as) assistentes sociais à medida que fragiliza as condições objetivas oferecidas para a

realização da atuação profissional do(a) mesmo(a), contribuindo para uma defasagem na intervenção social.

Portanto, a política neoliberal por meio da flexibilização e precarização dos direitos civis, políticos e sociais, das políticas públicas e sociais, refletem no trabalho profissional do Serviço social, de modo que, deprecia e fragmenta as condições e relações de trabalho do(a) profissional. Tais impactos lançados ao trabalho do Serviço Social se materializam na ausência de um transporte para a realização de visitas domiciliares, na inadequação e defasagem da estrutura física, na insuficiência de meios materiais para a efetivação do trabalho profissional. Por consequência, segundo Monteiro (2011, p.4):

[...] esses fatores são referenciados como limitadores do exercício profissional, contribuindo para a realização de ações pontuais e emergenciais. Logo, descaracteriza a proposta de ampliação do alcance, de socialização das informações, de articulação comunitária, levando o profissional à realização de ações emergenciais e pontuais.

Além disso, o(a) profissional é convocado a executar inúmeras tarefas em seu trabalho profissional em decorrência da ausência de outro trabalhador que pudesse executar tais atividades, denotando a polivalência do(a) trabalhador(a) que é cotidianamente usurpado pela lógica capitalista, bem como, culmina numa sobrecarga do/da profissional que ocasiona uma fragmentação na intervenção profissional. Portanto, “a deficiência na composição da equipe mínima necessária, também é ressaltada, isso se dá tanto em quantidade, quanto em diversidade de categorias profissionais” (MONTEIRO, 2011, p.4).

### 2.3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Partindo da análise que, possivelmente, a cisão entre a unidade teórico-prática acarreta uma série de equívocos no trabalho profissional do Serviço Social em decorrência da ausência de um olhar crítico analítico, uma visão macroscópica e um caráter investigativo que possibilite que o/a assistente social ultrapasse as barreiras superficiais com que o cotidiano se apresenta, compreende-se ser imprescindível analisar e refletir como os(as) profissionais de Serviço Social apreendem a unidade teórico-prática em seu trabalho profissional.



Considerando ser importante identificar e debater sobre os equívocos advindos por meio da apreensão da cisão entre a teoria e a prática no cotidiano profissional, haja vista que a mesma acarreta uma desqualificação teórica e profissional os(as) assistentes sociais, pois os mesmos não conseguem vislumbrar e apreender a realidade em sua totalidade e chegar a essencialidade da realidade superficial que assolam a vida dos sujeitos sociais, assim, reproduzem ações interventivas pragmáticas, imediatistas e irreflexivas.

Neste sentido, a presente pesquisa se delineará pelo método do materialismo histórico dialético por compreender que o mesmo proporciona uma visão macroscópica, crítica e concreta da realidade social em suas múltiplas determinações, possibilitando o desnudamento do “aparente” e o desvelamento dos fios invisíveis que, transversalmente, demarcam a mundaneidade e, simultaneamente, o cotidiano reificador que consubstancia o trabalho profissional dos/das assistentes sociais na cena contemporânea.

Assim, a pesquisa social mediada à investigação científica possui o escopo de analisar e compreender a realidade concreta em suas nuances e determinações por meio de técnicas, procedimentos científicos e analíticos, calcando-se no método crítico dialético, por compreender que este proporciona uma leitura verídica e crítica acerca da totalidade da vida social. Partindo dessa lógica, Netto destaca (2011, p.5):

[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

Basilarmente, o método crítico dialético proporciona a ultrapassagem de análises imediatistas, pragmáticas e superficiais do próprio movimento do real, possibilitando que o sujeito pesquisador visualize e compreenda os processos sociais e as multifacetadas expressões da “questão social” que atravessam a atual conjuntura de forma abalizada e crítica, nulas de reducionismos analíticos ou visões empobrecedoras da realidade concreta.

De tal modo, serão utilizados na construção do estudo em tela, materiais de caráter científico, a exemplo de teses de doutorado, dissertações, textos avulsos, livros, revistas, periódicos e artigos, entre outros que proporcione um rigor teórico que permita o aprofundamento da discussão aqui traçada.

Quanto à natureza da pesquisa, esta possui caráter qualitativo de cunho analítico e explicativo, pois busca investigar, questionar, analisar e explicar quais as dificuldades encontradas pelos(as) profissionais de Serviço Social do âmbito da Assistência Social na apreensão da unidade teórico-prática na operacionalização de seu trabalho profissional, isto é, a pesquisa pretende alcançar a raiz da problemática através de análises e reflexões, não visa apenas à obtenção de dados estatísticos, mas objetiva compreender os substratos teóricos, ideológicos e práticos que sustentam a temática.

Ademais, pretende-se realizar, no decorrer da presente pesquisa, um estudo de campo, haja vista, que o mesmo possibilita a compreensão do movimento do real de forma concreta, pois, baseia-se na observação de fenômenos e fatos que demarcam o cotidiano através da aproximação e aprofundamento analítico das questões investigadas, proporcionando a apreensão e compreensão da realidade social por meio da interpretação de tais fatos, objetivando proporcionar o(a) pesquisador(a) uma compreensão concreta do objeto e/ou problemática pesquisada. Neste sentido, na produção de dados utilizou-se a aplicação de entrevistas semi-estruturadas com profissionais de diversos espaços sócio ocupacionais, que atuam na política de Assistência Social no município de Pombal- PB no ano que transcorre.

Esse recorte se deu pela disponibilidade dos sujeitos entrevistados, compreendo que estes são pilares essenciais para a realização da pesquisa, o tempo do pesquisador e os recursos metodológicos utilizados, assim, realizou-se a pesquisa com o total de quatro profissionais de Serviço Social que atuam na proteção social básica e especial no âmbito da Assistência Social. Os/as sujeitos(as) da pesquisa foram escolhidos de forma aleatória, uma vez que, nas instituições que possuíam em seu quadro profissional mais de um(a) assistente social, o(a) sujeito(a) entrevistado foi aquele que aceitou participar, prontamente, do estudo em tela.

Deste modo, para a produção de informações utilizou-se a técnica de gravador, mediante a autorização do/da profissional no decorrer da entrevista composta por perguntas subjetivas para que o sujeito entrevistado possa discorrer, livremente, sobre a temática abordada, bem como, possibilita que o pesquisador direcione o diálogo proposto a fim de alcançar os objetivos fulcrais da pesquisa. Importa frisar que foram apresentados aos profissionais um termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE (APÊNICE B) - explicitando as principais abordagens e os objetivos que circunscrevem a pesquisa. Assim, para a realização de tais entrevistas os/as assistentes sociais abordados assinaram tal documento de forma livre e esclarecida, resguardando juridicamente o(a) pesquisador(a) responsável para a coleta de dados e extração de análises acerca do material produzido e

apreendido. Cabe enfatizar que a transcrição das entrevistas realizou-se de modo fiel à fala dos(as) sujeitos(as) entrevistados(as) na pesquisa em tela.

O tratamento analítico às entrevistas se deu através da análise do conteúdo apreendido por meio da realização das entrevistas com os(as) profissionais supracitados. Pois, como acentua Richardson:

Pela sua natureza científica, a análise de conteúdo deve ser eficaz, rigorosa e precisa. Trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características (gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas etc.) e extrair os momentos mais importantes. Portanto, deve basear-se em teorias relevantes que sirvam de marco de explicação para as descobertas do pesquisador (RICHARDSON, 2008, p.224).

Deste modo, a partir da análise crítica e teórica dos dados coletados, é possível desenvolver uma reflexão minuciosa sobre a compreensão dos(as) sujeitos(as) entrevistados(as) acerca da unidade teórico-prática no trabalho profissional do Serviço Social, culminando na emersão de categoriais analíticas particulares no discurso de cada indivíduo, propiciando a construção da análise e compreensão do próprio objeto investigado.

## 2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os/As sujeitos(as) entrevistados(as) caracterizam-se por profissionais de Serviço Social que atuam no âmbito da Assistência Social no município de Pombal-PB, os(as) mesmos(as) serão tratados, no limiar das análises, por pseudônimos, baseando-se numa perspectiva ética de preservar a identidade e, simultaneamente, garantir à privacidade do sujeito de acordo com os princípios éticos que regem a profissão.

A pesquisa de campo centralizou-se, a priori, em um roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE A), abordando questões relativas à apreensão e apropriação dos/das profissionais acerca da incorporação dos fundamentos, dos instrumentais e da unidade teórico-prática em seu cotidiano profissional.

Nessa perspectiva, uma das indagações dirigidas o(a) assistente social diz respeito ao *modus operandi* do seu cotidiano profissional. Assim, solicitada a reflexão sobre o seu cotidiano profissional a assistente social Maria, que atua junto ao CRAS, descreve-o:

Bem, como esse é o meu primeiro trabalho na assistência e quando eu cheguei aqui já comecei com os serviços né, serviços de convivência aí então a experiência que eu tenho é na questão de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos que é o de 03 a 06, de idoso e o de 07 á 17 que é aquele que a gente acompanha aqui no serviço onde era o antigo PETI né. Aí esse trabalho ele consiste em que? No caso dos idosos, o grupo de idosos que vem ao CRAS ou então, às vezes, através de busca ativa a gente faz o cadastro, cadastra eles e eles participam do grupo, três vezes por semana dependendo como o CRAS fornece esse serviço, aqui mesmo quando eu comecei era três vezes por semana, tinha as oficinas de convivência, quando se traz um tema, uma palestra, traz alguém de fora, e na quarta-feira a gente tinha a hidroginástica e na quinta feira a gente tinha as atividades com o artesanato. Já nesse de 03 a 06, de início, era feito busca ativa, quando eu cheguei aqui automaticamente passaram a procurar o serviço, a família que faz a matrícula da criança no serviço e eles participam duas vezes por semana em uma hora e meia, e aqui a gente tem dois grupos de 3 a 6, tem um que é de creche e tem um que é da escola, aí eles vêm. E no serviço de 7 a 17 lá a nossa função mais é acompanhar o serviço, participar dos planejamentos, é também fazer as visitas. Geralmente a técnica de referência lá do serviço ela solicita e a gente vai fazer esse serviço, e isso daí funciona com os dois Cras. (MARIA).

Ao propalar o seu cotidiano profissional no Centro de Referência da Assistência Social, a assistente social Maria relata algumas particularidades do seu trabalho profissional, referenciando o acompanhamento das famílias e usuários(as) no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV -, revelando ações interventivas voltadas para a realização de atividades junto os(as) usuários – crianças, adolescentes e/ou idosos – que participam e desfrutam dos serviços disponibilizados no espaço sócio-ocupacional, haja vista a dinâmica do serviço supracitado que centra-se na realização de atividades direcionadas ao artesanato, palestras, dinâmicas, como forma de recrear os usuários e “desenvolver suas potencialidades”.

A assistente social descreve um cotidiano profissional vivenciado no interior dos muros institucionais, mas, também relata a realização de busca ativas e visitas domiciliares junto à população usuária, revelando a precaução da profissional em compreender a realidade dos/das usuárias in lócus. Pois, é indubitavelmente necessário que, para transcender o aparente e a superficialidade do cotidiano reificador, o(a) profissional de Serviço Social deve

“ir além do aparente”, ultrapassar os muros da instituição onde atua e aproximar-se do contexto onde os/as usuários(as) estão inseridos, no sentido de identificar as múltiplas feições da “questão social”, analisando a manifestação da vida social, considerando as particularidades de cada sujeito(a) na perspectiva de construir mediações concretas e eficazes no modus operandi do seu trabalho profissional. Desse modo,

A necessidade de ruptura com as determinações institucionais media-se com as necessidades postas pela classe trabalhadora, no contexto de superação do conceito de judicialização das esferas da vida, como, por exemplo, a luta pela efetivação dos direitos, da luta pela igualdade (FRANÇA, 2012, p.112).

Questionada sobre como vivencia o seu cotidiano profissional, a assistente social Helena, que também trabalha junto ao CRAS, particulariza sua discussão:

[...] assim, a gente tem um trabalho que, como o serviço de convivência é mais na proteção básica, é mais a questão de prevenção né, então assim, a gente tem um compromisso, porque o profissional assistente social ele tem que ter o compromisso de trabalhar, se ele não tiver o compromisso ele não desenvolve bem o seu trabalho, essa é minha visão. Então assim, a gente tem o comprometimento do trabalho né, com os idosos, com as famílias e a gente tenta identificar as situações né, diante das situações a gente tenta encaminhar, a gente faz uma articulação com a rede pra tentar... Resolver a gente não consegue né, mas a gente tenta viabilizar, a gente tenta mediar aquela situação e identificar caminhos né, que a gente possa pelo menos tentar solucionar, nem todos a gente consegue, mas, tem alguns que a gente tem... Alcança um resultado, encontra alguma solução, resolve alguma situação, porque são situações complexas. (HELENA)

A profissional Helena traz em suas reflexões outro componente fundamental no plano técnico-operativo do Serviço Social, este se baseia no compromisso ético em seu trabalho profissional. Pois, diz operacionalizar o seu cotidiano profissional com responsabilidade e compromisso para com os(as) usuários(as) acolhidos(as) e acompanhados(as) na instituição, de modo a preocupar-se em analisar e identificar as situações vivenciadas pelos sujeitos. E, através de uma articulação com a rede socioassistencial, estabelece mediações e possibilidades para solucionar, ou mesmo, amenizar os impactos sociais que demarcam a vida social dos indivíduos.

Em consonância com o que consta no Código de Ética do Serviço Social, o/a assistente social deve (CFESS, 2011, p.27) art. 3º, alínea “a) desempenhar o seu trabalho profissional com responsabilidade e eficiência, observando a legislação em vigor” além de lutar, de maneira intransigente, para a viabilização dos direitos sociais aos indivíduos.

Vejamos a descrição do cotidiano profissional da assistente social Bárbara, que está inserida na proteção social de alta complexidade:

Aqui, que é o núcleo de assistência à criança e ao adolescente, a gente tá sempre orientado, como é assistência, pela LOAS né, pela Lei Orgânica da Assistência, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Estatuto interno que a gente tem, tudo voltado pro acolhimento de criança e adolescente, a gente trabalha diretamente com o Ministério Público, então nesse âmbito aí é sempre regido por essas três coisas. (BÁRBARA)

A profissional, de modo bastante sucinto, relata no que se centraliza o seu trabalho profissional, que lida, particularmente, com o acolhimento de crianças de adolescente que já tiveram seus direitos burlados e, por essa razão, estão inseridos numa instituição responsável por acompanhar situações de alta complexidade. Assim, o trabalho desempenhado por Bárbara possui uma direção direta com o Ministério Público, pautando-se no ECA – Estatuto da criança e do adolescente – na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social – e no regimento interno da instituição em que a profissional atua.

A dinâmica própria de acolhimento do espaço sócio ocupacional em que atua Bárbara faz com que a apreensão da demanda seja realizada através do processo de acolhimento da criança e, por meio do acompanhamento que é feito junto à família do usuário, na tentativa de reconstruir e fortalecer os vínculos familiares, corrompidos outrora. Nesse seguimento, o/a profissional deve manter uma relação de troca de informações com áreas da Justiça e com a Vara da Infância acerca da realidade apreendida do(a) usuário(a).

Logo, a lógica de acolhimento institucionalizado possibilita um contato direto com os/as usuários(as) ali acolhidos(as), favorecendo a apreensão do/da assistente social no que diz respeito às necessidades básicas imediatas do indivíduo. Porém, o acolhimento na instituição, por vezes, pode afastar o/a profissional de Serviço Social do seio familiar e do contexto social em que o usuário estava inserido, haja vista que, a compreensão da totalidade em que o indivíduo se insere – ou se inseriu - é de suma importância para o desmascaramento das situações por ele vivenciadas, pois, é necessário uma análise crítico-analítica acerca da

totalidade da vida social, das condições sócio-históricas, das relações sociais e seus reflexos na vida do(a)usuário(a), possibilitando a apreensão das demandas e carências que perpassam a vida do/da sujeito(a) social e, simultaneamente, atravessam, de forma mascarada, o cotidiano profissional dos/das assistentes sociais (FRANÇA, 2012).

É notório na fala dos(as) sujeitos(as) entrevistados(as) a dificuldade de compreensão acerca da totalidade de seu cotidiano profissional, pois, os(as) profissionais supracitados relataram em seus discursos os serviços e atividades operacionalizadas na instituições que estão inseridas, deixando a mercê o real significado do seu cotidiano profissional que centraliza-se (ou, pelo menos deveria) na luta pela viabilização dos direitos sociais, na operacionalização de serviços, na realização de relatórios, pareceres, visitas domiciliares entre outros para a apreensão e análise dos(as) usuários(as), isto é, uma práxis profissional que possui um laço de comprometimento com a classe trabalhadora e os(as) sujeitos(as) que a compõem.

Todavia, em decorrência da própria dinâmica da esfera do cotidiano que reitera a alienação do sujeito social e requer respostas superficiais e imediatas à realidade concreta, guiadas pelo senso comum e nulas de criticidade analítica, o/a profissional de Serviço Social, por vezes, operacionaliza o seu trabalho profissional fundamentado na execução acrítica de leis e normas, na perspectiva de implantar políticas sociais “seguindo critérios e padrões, sendo o carimbo e o papel mais importantes que os seres humanos e suas relações” (LACERDA, 2014, p.23).

Apesar de reconhecer o caráter mediador do/da profissional de Serviço Social para com as necessidades e anseios dos indivíduos sociais, acredita-se que os/as assistentes sociais desenvolvem seu trabalho profissional a partir de práticas institucionalizadas e burocratizadas que, por vezes, minimizam as mediações profissionais e o olhar crítico-interpretativo dos/das profissionais que acabam acorrentados às barreiras institucionais e a um trabalho mecanizado, robotizado - funcional ao status quo -, culminando na não realização de intervenções críticas e questionadoras da ordem vigente.

No que tange ao seu cotidiano profissional, a assistente social Iara, de forma elementar, relata:

Particularmente, a questão de desenvolver está atrelada a questão da formação profissional, mas ela está direcionada as diretrizes do CREAS, questão da acolhida, escuta, visitas domiciliares, a emancipação do sujeito. (IARA)

A profissional resgata em sua reflexão uma articulação entre o desenvolvimento do trabalho profissional e a questão da formação profissional, mesmo sem realizar uma análise aprofundada a respeito disso, a entrevistada enfatiza em seu discurso a importância da formação profissional do/da assistente social para a operacionalização do seu trabalho profissional, uma vez que, através de uma formação sólida e crítica, o/a profissional possui condições subjetivas aguçadas objetivando a realização de mediações eficazes para intervir junto à realidade social.

Iara também associa o seu cotidiano profissional aos parâmetros estabelecidos pelo CREAS – Centro de Referência Especializada da Assistência Social -, por compreender que as regulamentações estabelecidas nos parâmetros do espaço sócio institucional em que atua, irá respaldar a operacionalização do seu trabalho profissional, consubstanciando a realização de visitas domiciliares, escutas do sujeito, acolhimento do usuário etc. Além disso, a assistente social entrevistada fala sobre uma suposta “emancipação do sujeito” através da realização do seu trabalho profissional e dos serviços oferecidos pela rede socioassistencial.

Porém, tal emancipação do sujeito social está a anos luz de ser concretizada, tendo em vista, a sociabilidade demarcada pelas amarras capitalistas que bloqueiam qualquer liberdade e equidade social, limitando e restringindo a libertação dos indivíduos da racionalidade formal-abstrata disseminada pela égide neoliberal, reiterando o processo de alienação e reificação dos sujeitos sociais na contemporaneidade.

Como analisa Netto (2012, p.85)

[...] Na idade avançada no monopólio, a organização capitalista preenche todos os espaços e penetra todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que permeia a totalidade da existência dos agentes sócias particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia [...].

Pois, numa sociedade engrenada pelo combustível capitalista, as relações sociais são, cotidianamente, reificadas através da disseminação da ideologia capitalista que obscurece o



cotidiano, tornando os(as) sujeitos(as) sociais verdadeiras marionetes que personificam a aparência fantasmagórica lançada pela vida cotidiana administrada pela dinâmica capitalista, impossibilitando que os indivíduos fujam ou se libertem das presas do sistema capitalista de produção, haja vista que seus desdobramentos e articulações percorrem por todas as esferas da vida social. Assim, só será possível pensar numa emancipação humana após a supressão do modo de produção capitalista e seus diversos desdobramentos deletérios à sociabilidade.

Na ordem burguesa, à medida que se desenvolve o capitalismo e seus desdobramentos deletérios, ocorre a agudização do processo de alienação intrínseco nas relações sociais, confrontando os indivíduos com potências exteriores que os dominam, reafirmando a auto alienação humana. Assim, torna-se essencial buscar compreender a totalidade da vida social, englobando as mais complexas e intrincadas conexões do mundo real, buscando transcender a aparência fenomênica dos fatos postos a mundaneidade social (IAMAMOTO, 2010).

Ao questionar a profissional Maria sobre quais e como utiliza os instrumentais da profissão de Serviço Social em seu cotidiano profissional, ela aponta:

A gente utiliza às fichas cadastrais, a ficha de cadastro da família, as fichas de visita domiciliar, visita institucional, encaminhamentos. Geralmente é mais essa parte que a gente usa né, a gente já tem os modelinhos, o que é utilizado por todos né, o psicólogo também utiliza os mesmos, o assistente social, o cadastro do PAIF também. (MARIA)

O sujeito da pesquisa descreve alguns dos instrumentais usados em seu cotidiano profissional, no espaço sócio ocupacional em que atua, e afirma que tais instrumentais também são utilizados pelos demais profissionais de áreas diferentes, como forma de inserir o usuário em determinado programa ou serviço oferecido pela instituição.

Vale destacar a expressão usada por Maria para caracterizar os instrumentais, pois a mesma diz que já dispõe de “modelos”, que recorda certa aplicabilidade de substratos teóricos à prática profissional. Apesar da profissional não aprofundar sua reflexão acerca dos instrumentais, com a utilização de tal expressão, parece-nos que a mesma utiliza os instrumentais da profissão como um parâmetro que pode ter viabilidade de “aplicação” na realidade concreta, como forma de solucionar ou mesmo conter as tensões sociais por meio de “modelos”. Tais intervenções demonstram o prisma pragmático que as consubstanciam, uma vez que, a intervenção pragmática “requer um conhecimento que se mostre diretamente

instrumentalizável, em vez de exigir um capaz de destrinchar o movimento concreto da realidade” (LACERDA, 2014, p.24).

Indagada sobre quais as mediações utilizadas pela profissional para a apreensão da realidade do sujeito, Maria completa:

[...] a gente passa a conhecer a realidade dos usuários do serviço, assim quando eles vem até o serviço, ou participar dos serviços ou então quando eles vêm aqui solicitar alguma coisa, um encaminhamento pra um medicamento, às vezes, cesta básica, essas coisas né, então, aí a gente vai na casa fazer a visita, aí a gente passa a ver e, as vezes, até conviver de alguma forma com a realidade deles, contato mesmo né, só através de contato que a gente consegue apreender um pouco. (MARIA)

Basilarmente, os instrumentais da profissão de Serviço Social aparecem, indubitavelmente, no cotidiano profissional dos/das assistentes sociais, alguns são particularizados por uma lógica burocratizadora que, por vezes e indiretamente, acaba por cercear direitos, pois contribui para o reforço da razão instrumental que desemboca num trabalho profissional que possui a tendência de enquadrar o(a) sujeito(a) aos instrumentais, remando na contra hegemonia do projeto profissional do Serviço Social que pauta-se na viabilização dos direitos sociais.

De fato, os instrumentais da profissão contribuem para a apreensão da realidade do sujeito e para a execução do trabalho profissional do/da assistente social, considerando que na teoria marxiana, a objetivação humana reclama meios, instrumentais e modos específicos para concretizar-se. Assim, os homens através do processo sócio-histórico elaboram os meios e instrumentos capazes de atender as suas necessidades, sejam as mais simples ou as mais complexas, de acordo com as necessidades sociais, bem como sua evolução humano-social (GUERRA, 2014).

Mas, tais instrumentais, ao serem utilizados pelo(a) profissional, devem ser respaldos por uma instrumentalidade guiada e amparada pela concepção crítica dialética que propõe um olhar investigativo e desvelador de fios intransparentes que demarcam a mundaneidade social. Pois, com o surgimento e ampliação da sociedade burguesa e seus desdobramentos deletérios, a instrumentalidade passa a abstrair os modos de “ser” e de “existir” dos homens na contemporaneidade, uma vez que, a instrumentalidade é uma categoria constitutiva do ser social (GUERRA, 2014).

Veamos a resposta de Helena, quando questionada sobre quais e de que forma reproduz os instrumentais da profissão em seu trabalho profissional:

A gente tem a questão da entrevista que é muito importante, assim, porque na entrevista você consegue identificar algumas situações, a gente tem o cadastro da família, têm as visitas domiciliares, a questão também da busca ativa que a gente desenvolve, que a busca ativa também não é só visita domiciliar, a gente também, às vezes, pode confundir busca ativa com somente visita domiciliar, mas, busca ativa envolve também outras questões, você pode fazer contatos, você pode fazer outras mediações em termo de tá buscando aquele usuário, não é somente a visita em si. (HELENA)

A referida assistente social traz, em sua fala, novos instrumentais utilizados em seu cotidiano, tais como: busca ativa, entrevista e visitas domiciliares, que juntas podem contribuir, bastante, para a compreensão das múltiplas expressões da “questão social” que determinam a vida social do(a) usuário(a), acolhido(a) na instituição, e atravessam o plano técnico-operativo do Serviço Social. Helena completa suas reflexões, acerca da importância da entrevista mediada à visita domiciliar para a apreensão da realidade do(a) sujeito(a) social, afirmando:

Aí tem a visita, a entrevista que ela é muito importante, a visita é a mais, eu acredito assim, que as duas coisas se complementam porque na visita a gente consegue entender o ambiente onde a pessoa vive, mas a entrevista de uma forma individualizada você consegue captar melhor as situações. Então tem situações que a visita é ótima né, porque você consegue ver um ambiente até pra você fazer um parecer numa visita porque você consegue identificar melhor as situações porque você vê onde ele vive, aí você consegue ver o que ta em volta. Mas já numa visita você não consegue fazer muito um atendimento individualizado, adentrar em muitas questões porque tem os vizinhos, às vezes tem visitas, então a gente tem que ta usando de vários instrumentos pra poder a gente identificar as situações (...). Têm também os encaminhamentos, os pareceres, relatórios, dependendo da situação a gente vai identificando. (HELENA)

A profissional faz questão de enfatizar, em seu posicionamento, a relevância da realização da entrevista para averiguar o perfil socioeconômico do(a) sujeito(a) social e, posteriormente, a efetuação da visita domiciliar propicia que o/a profissional vislumbre o contexto social em que o(a) usuário(a) está inserido, o ambiente familiar, a infraestrutura da

casa, do lar do sujeito e, assim, corrobora com o desvelamento de inúmeras conexões do real que marcam aquela realidade.

Além disso, a profissional relata que dependendo da situação, diferentes instrumentais são utilizados, respectivamente. Deste modo, podemos analisar que as demandas sociais clamam novas maneiras de mediação, novas intervenções profissionais e “impõem-lhe a atualização das formas, métodos, técnicas e instrumentos de atuação” (GUERRA, 2014, p.226).

Ao ser questionado sobre a maneira que apreende a realidade do usuário e as mediações que utiliza para este feito, Helena relata:

É porque assim a gente tem que ver a questão.... Envolve a questão de renda, *aonde* a pessoa está inserida, o contexto porque aí a questão você vai.... Quando você faz, principalmente uma visita, porque assim pra você apreender a realidade você não consegue apreender aqui né, geralmente é mais numa visita mesmo aí você consegue ver onde ele vive, a residência, a estrutura, a estrutura familiar, aí você começa a identificar melhor... é mais *in lócus*, pra você ter uma compreensão melhor da realidade você tem que saber *aonde* ele está inserido, seus contatos, companhias, isso a gente só consegue *in loco*, aqui a gente não consegue. (HELENA)

A assistente social afirma acreditar que a realidade do sujeito é, de fato, apreendida pelo(a) profissional através da visita domiciliar, isto é, *in loco*. No sentido de compreender que a realidade concreta do sujeito centra-se onde o mesmo vive, nas suas companhias, na estrutura familiar, na estrutura da residência, assim, tais fatores podem, categoricamente, traduzir quais as necessidades básicas e complexas vivenciadas, não só pelo sujeito de forma individualizada, mas, por toda a família, o que contribui, significativamente, para o(a) assistente social construir e analisar ações interventivas fecundas e balizadas junto a realidade concreta visualizada e apreendida.

Dessarte, a profissional mesmo sem citar a articulação necessária de apreensão do micro e do macrossocial ela assim a faz, tendo em vista que reconhece a importância de realizar uma entrevista, de forma particularizada com o indivíduo, a fim de apreender suas problemáticas em seus pormenores e, a posteriori, reafirma a relevância de operacionalizar em seu cotidiano profissional a visita domiciliar que colabora com a “quebra” da realidade aparente e da superficialidade do real, pois, na visita domiciliar se traduz como uma possibilidade de verificar a concretude dos fatos.

Nesse sentido, a conhecimento da realidade pressupõe determinadas feições e conexões que constituem a realidade concreta, em função disso, é válido apreender esses nexos causais, vínculos, conexões e articulações que estão intrínsecas ao mundo real, na perspectiva de compreender o movimento do real de forma concreta. Pois, conforme analisa Yolanda Guerra (2014, p.240):

[...] o movimento dialético da realidade conduz o pensamento dos sujeitos, de modo processual, aproximativo e reflexivo, á compreensão da relação dialética entre universalidade e singularidade e suas conversões em particularidades.

Já Bárbara ao ser questionada como e quais são os instrumentais que são utilizados por ela no limiar do seu cotidiano profissional, afirma:

(...) nesse acompanhamento que a gente faz a visita, a gente trabalha direto com o Ministério Público então a gente faz muito relatório circunstancial de acordo com as visitas e de acordo com o que a gente vivencia aqui dentro, os encaminhamentos, geralmente, é quando a criança sai daqui, por exemplo, a criança retornou pra sua casa, o Ministério Público e a gente encaminha pra ser acompanhado por que aqui a gente acompanha por seis meses, depois de seis meses a gente encaminha ou pro CRAS ou pro CREAS ou pra uma unidade básica de saúde, dependendo do que ta precisando a família. Aí esses encaminhamentos são pra essas instituições, geralmente, CRAS, CREAS, UBS. Os relatórios pro Ministério são mensais, na audiência o promotor e a juíza já limita a questão do relatório, dessa família eu quero um relatório mensal ou a cada três meses, ou eu quero semanal quando o caso é muito mais sério. No caso de conselho ou outras instituições a gente só manda se for solicitado, se vier um ofício, aí a gente encaminha. (BÁRBARA)

A assistente social revela algumas particularidades do seu trabalho profissional que está intimamente ligado questões jurídicas, compreendendo a própria lógica de operacionalização do espaço institucional no qual a profissional atua, o que conclama a produção de relatórios e outros registros para o Ministério Público, bem como encaminhamentos de acordo com as necessidades dos(as) usuários(as) acolhidos(as). Além disso, a profissional afirma realizar visitas domiciliares que auxiliam a própria lógica do

trabalho da equipe técnica do espaço sócio-institucional, que pauta-se na (re) construção de laços e vínculos afetivos e familiares do sujeito em acolhimento.

Contudo, ao descrever o modo como utiliza os instrumentais em seu cotidiano profissional, acredita-se que Bárbara evidencia uma práxis profissional que, por vezes e, em decorrência da interligação com o aparato jurídico pode centraliza-se a determinações e questões processuais, restringindo o *modus operandi* do seu plano técnico-operativo à ações burocratizadas, calcadas num caráter administrativo, objetivando responder demandas imediatas advindas do poder judiciário, reiterando uma lógica tradicionalista ao respaldar o seu trabalho profissional às solicitações e cumprimentos da ordem judicial (FRANÇA, 2012).

No que se refere às mediações realizadas para a apreensão da realidade do indivíduo, a profissional diz:

Eita é tão complicado! Quando eu vim trabalhar aqui, quando eu fui solicitada pelo município eu não tinha nem noção onde eu ia parar né, eu achei até que era CRAS, e eu nunca tinha trabalhado com essa questão por que aqui é o setor de proteção social de alta complexidade, ou seja, aqui é a última instância, tudo não deu certo então veio pra cá, se já ta aqui a criança é por que nada deu certo antes né, nenhum trabalho, então a gente se sente numa responsabilidade muito grande... (...) então, todas as crianças que vem pra cá, as famílias tem o mesmo perfil, assim, geralmente, são famílias pobres, que vivem praticamente dum benefício federal que a gente sabe né, o bolsa família e é muito complicado, muito complicado mesmo, mas aí a gente usa dos meios legais, do conhecimento que a gente apreende no dia à dia pra ver se a gente consegue... É sempre um trabalho interligado entre a gente, o ministério público e o conselho, o promotor é de fundamental importância a gente ter esse contato diário com ele, se não diário mas sempre ta relacionado com a Vara da Infância né, porque eles já vem encaminhados de lá pra gente. (BÁRBARA)

Ao ser indagada acerca da apreensão da realidade do(a) usuário, a profissional que atua no âmbito da Assistência Social no setor de proteção social especial, parece confundir-se, um pouco, no que concerne ao significado das mediações que possibilitem a apreensão do real, visto que, a profissional continua o relato sobre a dinâmica da instituição que se articula com o aparato judiciário e outras instituições da rede socioassistencial. No entanto, acerca da apreensão da realidade dos(as) usuários(as), a assistente social Bárbara apenas aponta que, geralmente, as famílias dos(as) usuários(as) que estão em situação de acolhimento possuem condições sócio-econômicas semelhantes e, na maioria das vezes, são beneficiários do

programa Bolsa Família, este por sua vez passa a ser a única fonte de renda do núcleo familiar.

Deste modo, Bárbara enfatiza em seu discurso certa importância à situação econômica da família do(a) usuário(a), isto é, centraliza seu olhar e suas análises ao usuário, de forma particularizada, através do momento de acolhimento e análise suas condições monetárias, deixando às margens as inúmeras outras determinações sociais - de caráter social, cultural, ético etc. -, que condicionam os modos de ser e de existir do ser humano e são, indubitavelmente, válidos na apreensão da realidade concreta do(a) sujeito(a).

Para apreender o movimento do real em sua essência, cabe investigar e analisar os processos sociais como totalidades que se fragmentam e se disseminam por meio de diversos espectros da vida social. Neste seguimento, é imprescindível para a compreensão da concretude da realidade social um olhar macroscópico diante da sociedade concreta, propiciando o desvelamento dos fios invisíveis que, transversalmente, dinamizam a mundaneidade social, na perspectiva de possibilitar uma trilha que direcione a ruptura com ações interventivas que reiterem o pragmatismo.

Ao questionar a profissional Iara acerca dos instrumentais da profissão utilizadas em seu trabalho profissional, a assistente social aponta *“A pesquisa, questionário, prontuário, visita domiciliar. Os instrumentais servem para colher informações que o profissional necessita e compreender o sujeito social”*.

A assistente social enfatiza que os instrumentais têm a função de colher os dados necessários para a realização da análise e apreensão da realidade do usuário. Neste seguimento a profissional utiliza e aponta, em sua reflexão, alguns instrumentais da profissão que são, cotidianamente, usados em seu trabalho profissional. Importa citar que, de fato o arcabouço de instrumentais são indispensáveis na operacionalização do trabalho do/da assistente social, uma vez que, é uma ferramenta que consubstancia e auxilia na apreensão da realidade do sujeito através da coleta de dados e informações acerca do usuário dos serviços e bens sociais oferecidos pela instituição em que o/a assistente social atua.

Todavia, os instrumentais por si só não transformam a realidade ou a vida do sujeito social, tampouco transparece a “essência” dos fatos que perquirem a totalidade da vida dos indivíduos sociais, isto é, os instrumentais não condicionam uma reflexão crítica e analítica acerca da totalidade e da reprodução da vida social dos/das sujeitos(as) sociais. Neste sentido, é necessário incorporar em seu cotidiano profissional visões macroscópicas para possibilitar uma compreensão da manifestação da totalidade da vida social por meio de análises crítico-interpretativas que proporcionem a articulações de mediações fecundas junto à mundaneidade

social, rompendo as barreiras da pseudoconcreticidade e oportunizando que o/a profissional de Serviço Social vislumbre a realidade tal como ela é, tolhendo a emersão de reducionismos e/ou generalizações analíticas.

No que concerne à apreensão da realidade do(a) usuário(a) em seu cotidiano profissional e as mediações utilizadas, Iara alega: *“Geralmente é através da escuta e o reconhecimento do território se dá através da visita domiciliar”*. A profissional relata, de forma objetiva, que compreende a realidade do sujeito social através da realização de escutas e de visitas domiciliares.

Todavia, cabe salientar que a apreensão da realidade social é realizada de maneira concreta através da incorporação de pressupostos teóricos, críticos e analíticos que consubstanciam a visão do/da profissional diante da realidade concreta, na perspectiva de desvendar as inúmeras conexões intrincadas que metamorfoseiam o contexto social e perquirem o cotidiano profissional do/da assistente social em sua forma fenomênica, mascarando o real sentido dos modos de “ser” e de “existir” dos seres sociais, isto é, o real movimento da totalidade da vida social.

Deste modo, a visita domiciliar atrelada aos demais instrumentais, devem ser compreendidos como um “instrumento a ser utilizado enquanto uma opção metodológica” (PERIN, 2017, p.01) que irá respaldar o desnudamento da aparência superficial com que se apresenta a cotidianidade. Pois, o(a) profissional de Serviço Social,

[...] Ao atribuir autonomia às metodologias de ação e ao instrumental técnico, ao separá-los e torná-los independentes do projeto profissional, o assistente social acaba por transformar o que é acessório em essencial. O fetiche, enquanto “escopo do mundo moderno”, também penetra as representações e autorrepresentações dos assistentes sociais sobre os elementos que mediatizam a sua intervenção (GUERRA, 2014, p.230).

Ao compreender que a realidade social se apresenta de forma fenomênica, o/a profissional de Serviço Social deve se aproximar da vida social dos(as) usuários(as) na perspectiva de obter informações que possam respaldar o processo investigativo, direcionando a práxis profissional ao desvelamento da realidade concreta e de uma apreensão real da vida do usuário em suas múltiplas determinações.

Com isso, sugere-se que os profissionais de Serviço Social, não desenvolvam o seu trabalho profissional reduzindo as suas mediações e intervenções profissionais a meios



tecnicistas e operacionais, nulos de criticidade e análises acerca do(a) sujeito(a) e do contexto social, visto que, sugere-se que os/as assistentes sociais desenvolvam as suas mediações profissionais calcados em um teor crítico, com o intuito de conhecer e apreender a realidade concreta.

No que se refere à unidade teórico-prática no cotidiano profissional, questionamos a profissional Maria acerca do posicionamento da mesma sobre “na prática a teoria é outra?”. Vejamos a resposta de Maria:

É prática e teoria é claro que elas tem que está ligadas né. Mas a teoria é uma coisa e a prática, a realidade é mais diferente sim. Eu também vejo como uma certa diferença também, por que na teoria, teoricamente, o serviço é isso e atua naquilo né. Você vê uma coisa, agora quando chega na realidade aí é diferente por que aí você tem que ver, você tem que trabalhar com o que tem, você tem que ir de acordo com a realidade, nem sempre aquilo que você idealizou é o que você vai ver, né ou trabalhar ou conviver ou estar presente, nem sempre.

No próprio posicionamento, a profissional transparece uma certa discrepância, haja vista que, a priori, diz que a teoria e a prática devem estar *interligadas*, mas, no decorrer de sua análise, a profissional demonstra uma incerteza e, mesmo sem dizer de forma clara, fica evidente que a assistente social acredita ter uma dicotomia entre a unidade teórico-prática, considerando que, na visão de Maria, a realidade é diferente daquilo que é “teoricamente” idealizado.

Neste sentido, podemos verificar na fala da profissional um equívoco de compreensão no que concerne à unidade teórico-prática no trabalho profissional do Serviço Social. Pois, a assistente social não demonstra associar ao seu cotidiano profissional substratos crítico-analíticos, disponibilizados pela incorporação da teoria crítica, que proporcione o desvelamento do real, revelando uma práxis profissional calcada no pragmatismo e imediatismo.

A profissão de Serviço Social reconhecida enquanto uma profissão interventiva que lida, diretamente, com a “questão social” e, primordialmente, com indivíduos desfavorecidos socialmente, conclama respostas ancoradas na vida cotidiana que transformem, mesmo que minimamente, o contexto social dos sujeitos. Assim, o cotidiano – reificador e alienante em decorrência da dinâmica neoliberal – torna-se solo ontológico para o trabalho profissional

dos/as assistentes sociais, o que favorece a execução de ações interventivas funcionais, repetitivas e nulas de criticidade.

Do mesmo modo, o cotidiano é um terreno favorável para a propagação de ações pragmáticas como forma de responder, de maneira imediata, as carências mais diversas, sem levantar questionamentos ou análises acerca do contexto social, adequando-se as condições objetivas precarizadas, tolhendo a criticidade analítica, elaborando mediações funcionais a ordem estabelecida, tal como afirma o sujeito entrevistado ao dizer que “você tem que trabalhar com o que tem, você tem que ir de acordo com a realidade”.

Quando questionada acerca da incorporação dos fundamentos da profissão em seu cotidiano profissional, Maria descreve:

Mas assim, aqui está a teoria, a teoria prega isso e isso e aquilo, aí no caso você tenta trazer pra sua realidade e aplicar da maneira, assim, que for mais viável aplicar, pra você aplicar, por que tem coisa que você olha assim e diz: “iiiiixxiii” tem nada a ver, não isso ta distante da realidade, mas tem coisa que teoricamente dá pra você aplicar. (MARIA)

A profissional traduz, em sua reflexão, uma incompreensão teórico-metodológica da significação da iluminação teórica no trabalho profissional do Serviço Social, além de reafirmar uma visão que compreende uma possibilidade de aplicabilidade prática da teoria na realidade concreta, concorrendo para determinações e compreensões que revigoram as expressões pragmáticas no seio da profissão. Neste sentido, Guerra (2013) traz à tona uma reflexão muito válida, quando afirma que o pragmatismo é fruto, também, da incompreensão, ou mesmo da compreensão equivocada da unidade teoria-práxis na imediaticidade do cotidiano profissional do/da assistente social e sobre a incorporação dos fundamentos do Serviço Social no trabalho profissional.

[...] podemos considerar que a atitude pragmática é característica própria da unidade imediata entre teoria e práxis. A supressão das mediações teóricas e ideopolíticas, própria da apreensão da realidade na imediaticidade do cotidiano, leva a uma apropriação da realidade como carente de mediações. A abstração das mediações como resultado de uma apreensão da realidade na sua imediaticidade é o procedimento da consciência comum, própria do cotidiano, que não questiona a gênese e não alcança a apreensão dos fundamentos (GUERRA, 2013, p.41).

A entrevistada retoma outro fator que recai numa compreensão equivocada da unidade teórico-prática no plano técnico-operativo do Serviço Social, uma vez que, a profissional Maria, ao ser questionada acerca dos fundamentos da profissão, alega que existe “coisas” que podem ser “aplicadas” no trabalho profissional e outros que são inviáveis. A profissional, ao ser indagada sobre a viabilidade prática da teoria, completa: *“Por que a teoria é o que você tem, é a noção, ela é aliada a prática sim, mas é que ela não é 100%, a realidade difere um pouquinho”*.

Assim, podemos inferir que Maria incorpora e apreende em seu cotidiano profissional a teoria como aplicável aos instrumentos, técnicas e procedimentos que possam ser utilizados nas mediações e intervenções, abstendo o olhar macroscópico e crítico-analítico acerca da totalidade social, proporcionado pela criticidade da teoria, chancelando ações, meramente, acríticas e pragmáticas. Além disso, a profissional demonstra em todas as suas respostas uma incompreensão acerca da teoria na operacionalização do seu trabalho profissional, pois apreende a teoria como uma capacidade de encastelar respostas imediatas através de sua implantação na realidade concreta. Baseada nessa visão, a profissional demonstra certa decepção quando a teoria “*aplicável*” à prática não fornece frutos eficazes que solucionem tal demanda (GUERRA, 2005).

Na base dessas ideias está um argumento fulcral assinalado por Lukács (1979, p.24):

A ciência se desenvolve a partir da vida; e, na vida, quer saibamos e queiramos ou não, somos obrigados a nos comportar espontaneamente de modo ontológico. A passagem a cientificidade pode tornar consciente e crítica essa inevitável tendência da vida, mas pode também atenuá-la ou mesmo fazê-la desaparecer.

Destarte, a profissional evidencia em suas análises uma dicotomia entre a unidade teórico-prática ao demonstrar que acredita na incorporação da teoria no plano técnico-operativo do Serviço Social para dar respostas imediatas e funcionais ao contexto social, o que caracteriza-se como um severo equívoco na compreensão da teoria no trabalho profissional. Esse nível de apreensão da realidade concreta é incapaz de chegar à essencialidade dos nós invisíveis que atravessam o contexto social, colocando-se como um entrave que reduz e minimiza a intervenção social do/da profissional de Serviço Social, haja vista a disseminação da compreensão errônea da concepção teórico-prática que reproduz:

[...] a aplicação indiscriminada de modelos na análise e diagnóstico da realidade; a utilização de técnicas e instrumentos retirados de manuais; o estabelecimento de princípios, normas e regulamentos das ações e aceitação acrítica dos já instituídos, prevalecendo uma relação de exterioridade entre sujeito e objeto e de neutralidade entre os sujeitos envolvidos nesse processo (GUERRA, 2014, p.233).

Subsidiada por uma compreensão equivocada da unidade teórico-prática, a profissional Maria realiza, em sua apreensão da realidade, uma dinâmica que nega a articulação dos fatos e determinações da vida social dos(as) usuários(as), sendo incapaz de vislumbrar a essência da realidade superficial e, assim, ultrapassar a superficialidade do “aparente”, ratificando uma interpretação perfunctória da mundaneidade social, pois não inaugura um processo investigativo que analisa a totalidade da vida social, configurando uma práxis profissional que repõe um pseudo dilema no seio da profissão de Serviço Social e reafirma que “na prática, a teoria é outra”.

Já a profissional Helena, aponta uma discussão no que concerne a unidade teórico-prática que perpassa o seu cotidiano profissional. A entrevistada acredita que:

[...] Assim, a gente tem o discurso, o discurso é muito bonito! Mas a gente tem a dificuldade né, de na prática realmente executar o que diz a teoria, mas, eu acho que a gente não tem que adentrar a essas dificuldades, eu acho que se a gente ficar: não o discurso é esse e a prática é outra... Também não nos leva a nada, eu acho que a gente tem que, enquanto profissional, usar das ferramentas que a gente tem, das possibilidades que a gente encontrar pra tentar desenvolver o nosso trabalho por que se a gente ficar nesse discurso que a teoria é muito bonita e na prática é outra, é diferente... Muita coisa é diferente, é! Por que é muito bonito quem tá só nas discussões, mas na prática a realidade é “nua e crua”, a realidade é bem difícil, mas, eu acho que a gente tem que utilizar do que a gente tem, dos nossos conhecimentos, dos instrumentais, da rede, de tudo pra poder desenvolver o trabalho, eu acho que a gente também não pode ficar muito atrelado a essa discussão não. (HELENA)

É importante assinalar a percepção da profissional, quando indagada sobre a unidade teórico-prática no trabalho profissional, pois, a assistente social, apesar de não relatar tal visão com maior clareza, demonstra que crê numa diferenciação ente teoria e prática e, particulariza seu debate para a divisão do trabalho intelectual e executor de políticas públicas, isto é,

acredita que existe uma segregação no trabalho e na apropriação da teoria no desenvolver do trabalho daqueles assistentes sociais que estão atuando junto aos espaços sócio-institucionais e os que estão inseridos nos muros da academia. Segundo a sujeita entrevistada “é muito bonito quem ta só nas discussões, mas na prática a realidade é nua e crua”, com essa afirmação o profissional alega a existência de uma discrepância entre profissionais de Serviço Social. Tal diferenciação também decorre da incompreensão das categorias teoria e prática no limiar da profissão de Serviço Social.

A divergência entre teoria e prática ou mesmo a inexistência de substratos teóricos no trabalho profissional do/da assistente social não é, de forma isolada, a causa da limitação dos/das profissionais a esfera de execução de atividades técnicas e de políticas sociais. Pois, tem-se que considerar a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, onde se reproduz a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Daí decorre a diferenciação entre os profissionais “da ponta” – assistentes sociais inseridos nos diversos espaços sócio-ocupacionais – e aqueles que atuam na docência ou que estão interligados a produção de conhecimento, tais como: professores, escritores, palestrantes etc. (GUERRA, 2014).

Observa-se que a profissional entrevistada integra em sua análise a importância da capacitação para o refinamento do seu processo de trabalho, quando aponta o modo que atrela a teoria em seu cotidiano profissional:

A gente teve que ler né, e se a gente também não lê e não se adequar a realidade, a gente também não desenvolve.... Eu aprendi a trabalhar em Cras, lendo né, a gente precisa de capacitação, de treinamento e tudo, mas, hoje a internet já facilita muito, a gente tem muita coisa, então a gente tem que ta lendo os referenciais, as metodologias, assim tem muita coisa pra gente ler e a gente aprendeu a desenvolver o trabalho do Cras, lendo né. Então, assim, já li muita coisa, o Sistema Único da Assistência é novo, eu aprendi lendo, lendo a política, lendo as outras coisas pra poder a gente ir desenvolvendo o trabalho, eu acho que também que se a gente não tiver o conhecimento fica mais complicado a gente desenvolver, tem que ter, a gente tem que buscar. (HELENA)

A profissional assinala que incorpora a teoria em seu cotidiano profissional através de leituras acerca das políticas públicas e sociais que são operacionalizadas por ela. Substancialmente, as leituras são de extrema importância para a reciclagem e o fortalecimento do trabalho do/da assistente social que, por meio da relação íntima com livros e matérias que

recordam os substratos da profissão, respaldará o embasamento teórico e a compreensão do/da assistente social acerca das demandas, da realidade social e das próprias políticas sociais.

Porém, existe na reflexão da profissional uma limitação no teor crítico analítico, pois, apesar de considerar importante a realização de leituras, a profissional centraliza sua visão de incorporação da unidade teórico-prática em seu trabalho profissional a partir da realização de leituras que refinem suas concepções e baseiem o seu trabalho profissional. Mas, a articulação da teoria junto à práxis profissional vai para além disso, uma vez que, a teoria possibilita um olhar além do aparente o/a assistente social, que consubstanciará o desnudamento dos fios invisíveis e as inúmeras conexões que perquirem a mundaneidade social e se camuflam no cotidiano alienado e alienante, isto é, a teoria favorece a tradução dos processos sociais e suas contradições, que baseiam a articulação das ações interventivas eficientes do agente profissional.

Em outras palavras, a teoria possibilita que o/a assistente social compreenda o próprio movimento do real e suas múltiplas determinações, considerando as causalidades, às condições sócio-históricas e os substratos teóricos, que juntos, elucidam uma mediação profissional fecunda e abalizada por meio de uma visão macroscópica e crítica que proporciona o rompimento de barreiras ilusórias que encobrem a concretude dos fatos. De modo que,

[...] o processo do conhecimento supõe que, determinadas as feições da realidade, conhecidas as “coisas” que a compõem, há que se compreender como essas coisas se relacionam entre si, seus nexos, vínculos, articulações e conversões. Este processo relacional, que se realiza por aproximações sucessivas, permite aos sujeitos apreenderem não apenas a lógica interna dos fenômenos que se expressam na realidade, como as conexões que aí se estabelecem (...) (GUERRA, 2014, p.240).

Helena completa seu discurso alegando a não existência de uma “receita de bolo” que possa ser aplicada a determinada situação, como forma de solucioná-la. Vejamos:

A gente tem que buscar as técnicas, as metodologias que isso também nos ajuda, a como enfrentar a questão das discussões, só que é... A gente trabalha com o objeto de transformação né, num existe uma receita de bolo: Óh! Tem que ser assim e assado, se a família tiver isso, só resolve assim, não... Issotudo vai depender do conhecimento, eu acho que a gente tem que ler muito. (HELENA)

Importa frisar a reflexão da assistente social, quando afirma a inexistência de uma “receita” que possa ser aplicada ao seu cotidiano profissional para solucionar a demandas advindas da sociedade. Assim, Helena traz, em suas reflexões, um aspecto bastante relevante no que tange a discussão sobre teoria e prática, haja vista que não existe um receituário e/ou um método específico que possa ser “aplicado” a realidade como forma de transportar a teoria para o trabalho profissional, com o intuito de erradicar as refrações da “questão social” encaradas no cotidiano profissional.

A concepção de que “na prática a teoria é outra” fundamenta-se na suposta ideia de que a teoria poderia dar respostas imediatas à realidade social, isto é, a teoria atrelada às teorias sociais possibilitaria a aplicação de regras, modelos, instrumentais e procedimentos à prática profissional de Serviço Social, que resultaria no produto ou resultado final desejável. Em outras palavras, a falácia em que se sustenta a cisão entre teoria e prática no seio da profissão de Serviço Social baseia-se em entender que a teoria pode e deve ser *aplicada* à prática como uma “*receita de bolo*” ou um receituário qualquer que pudesse responder, de forma imediata e prática, as problemáticas apreendidas e expressas no cotidiano profissional, tendo em vista, as correlações de forças sociais que perpassam a sociedade circunscrita pelo modo de produção capitalista.

Todavia, é de suma relevância romper com essa visão equivocada que minimiza a ação interventiva dos/das profissionais de Serviço Social. Partindo dessa análise, a teoria estaria compelida à sua capacidade de proporcionar instrumentais e/ou procedimentos para moldar a ação interventiva dos/das assistentes sociais, posto que, dessa forma os/as profissionais estariam repousando em práticas, meramente, pragmáticas e imediatistas, tolhendo o seu poder crítico-analítico e o olhar “além do aparente” necessário a apreensão da realidade de forma concreta, para que se possa chegar à essência dos fatos.

Com relação à viabilidade da teoria no trabalho profissional, a assistente social é categórica ao falar que:

Eu acredito que ajuda bastante, porque é como eu disse se a gente não tiver conhecimento, a gente não consegue desenvolver, a gente também tem que ter, é como eu disse a gente tem que ta sempre se reciclando, pelo menos lendo alguma coisa, eu acho que a gente também tem que ta, assim (...).  
(HELENA)

A profissional atenta para uma questão relevante no trabalho profissional de Serviço Social que é a reciclagem, ou seja, o refinamento das condições subjetivas dos/das assistentes sociais através do acúmulo de conhecimentos para o desenvolvimento e enriquecimento teórico-metodológico, crítico-analítico e ético-político do seu trabalho profissional e, concomitantemente, para o desvelamento das intrincadas conexões do real.

A complexidade do “mundo dos homens” exige assistentes sociais comprometidos com seu trabalho, na busca por responder as demandas que lhes são colocadas com eficácia e competência, não desenvolvendo uma ação interventiva mecânica e imediatista que, apenas, reitera a situação do usuário, corroborando com a ordem vigente. Entretanto, é sabido que, para romper com tal caráter funcionalista ao *status quo*, faz-se necessário uma formação profissional sólida que contemple as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política e crítico-analítica preconizadas pelo Projeto profissional do Serviço Social, estas por sua vez, abrem um leque de possibilidades de intervenção, tendo em vista que, um(a) profissional com defasagens ou limitações teóricas tem dificuldades de apreender o real de forma concreta.

Desta forma, podemos assegurar que há a necessidade do conhecimento teórico qualificado e seu constante aperfeiçoamento que viabilize uma intervenção crítica, criativa e propositiva inerente ao trabalho profissional do Serviço Social, por entender que a prática não é, por si só, capaz de incutir saber as suas ações. Além disso, o/a assistente social está inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, responsável por intervir nas refrações da “questão social” a partir de sua inserção no âmbito das políticas sociais, demandadas pelo Estado, o que requer do profissional uma constante atualização, isto é, uma busca constante por sustentação teórica, política e ética. Vasconcelos (2002), citado por Forti e Guerra (2010), reforça que a superação da miséria teórica pode contribuir para quem visa à superação da miséria econômica, social e política, pois é meio imprescindível para o desenvolvimento de ações profissionais consistentes.

Vejamos o posicionamento da assistente social Bárbara referente à compreensão de que “na prática a teoria é outra”:

Não não! A gente até, às vezes, quando eu fui pro estágio eu até indaguei minha professora por que a gente tem muitas dúvidas quando a gente vai pro estágio e acaba uma hora ou outra dizendo: aí a gente vê uma coisa e aqui é outra! Mas não, na realidade quando você vai perceber tem a ver sim, a



teoria tá ligada a prática, a gente vê isso no embasamento teórico que a gente tem de Netto, de outros autores que agora me fugiram, tem um livro que eu sempre indico pras minhas estagiárias... O Serviço Social na contemporaneidade é muito bom! E tá ligado sim, quando a gente vai fazer uma análise a gente percebe que a prática e a teoria estão extremamente ligadas, não tem como não desassociar. (BÁRBARA)

A resposta de Bárbara, de maneira objetiva, nega a existência de uma distorção entre teoria e prática no cotidiano profissional do/da assistente social, pois evidencia considerar importante o conhecimento teórico para a compreensão da realidade social e para o desenvolvimento da própria dinâmica profissional. O sujeito da pesquisa, apesar de não citá-la em suas reflexões, reconhece a centralidade da categoria mediadora entre a unidade teórico-prática.

Bárbara continua suas análises acerca da iluminação teórica em seu trabalho profissional e complementa:

Quando no decorrer do curso a gente vai lendo muito né, só ler, só ler e fica doida pra saber: Meu Deus o que é que o assistente social faz?! Eu senti essa dificuldade porque quando eu fui pro estágio e disse: Sim, eu vou fazer o que?! O quê que eu vou fazer?! E você fazendo uma reflexão nas leituras, quando você estuda o ser humano, a questão social né, todas essas didáticas que você lê (...). (BÁRBARA)

A profissional entrevistada enfatiza o momento vivenciado no processo de formação acadêmica, quando o(a) discente se insere no campo de estágio e se depara com o cotidiano profissional do/da assistente social, onde surgem diversas inquietações e questionamentos acerca da apropriação da teoria no plano técnico-operativo do Serviço Social. Bárbara afirma que as leituras realizadas em toda a formação profissional do/da assistente social proporcionam um embasamento teórico para que o(a) mesmo possa desenvolver seu trabalho no cotidiano profissional, pois, as revisões bibliográficas apreendidas na academia referentes à “questão social”, ao ser social, aos fundamentos da profissão, consubstanciam a compreensão crítico-analítica e o embasamento teórico do/da assistente social, possibilitando que o(a) mesmo(a) reflita e analise o próprio movimento do real e as multifacetadas conexões invisíveis que perpassam a vida social.

Quanto aos fundamentos apreendidos em seu trabalho profissional, Bárbara responde:

[...] então no dia a dia é que você vai construindo isso, você vê na universidade e no dia a dia você vai construindo, você vai ligando o que você leu né, esses fundamentos teóricos que a gente aprende e ligando no dia a dia e tenta estudar pra poder fazer melhor né. (BÁRBARA)

Podemos identificar, na análise da entrevistada, uma articulação entre o conhecimento teórico e as causalidades postas à realidade concreta, isto é, a profissional reconhece ser de extrema importância para a apreensão da realidade e o desenvolvimento de sua ação interventiva, compreender e analisar, através de um embasamento crítico-analítico, os ditames e nuances que atravessam a humanidade social. Através das leituras, guiadas por uma teoria crítica que fornecem um conhecimento de caráter teórico e crítico é possível abstrair a essência do concreto e romper a aparência fenomênica do cotidiano reificador, na perspectiva de capturar a essência da base material da vida social.

Deste modo, é válido recordamos uma análise do Netto (2011):

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 2011, p.21).

A formação profissional pode tornar-se o ponto fulcral na reprodução de práticas funcionais e pragmáticas, pois, nem todas os/as profissionais possuem uma formação profissional e uma direção profissional que pautam-se numa teoria crítica possibilitando o desnudamento da aparência fenomênica com que se apresenta o cotidiano profissional. A teoria social crítica contribui, de forma significativa, na (dês)construção de mediações profissionais fundamentadas no pragmatismo e utilitarismo, cujas mesmas reforçam o ideário que sustenta a dicotomia entre teoria e prática.

Assim, a visão de Bárbara condiz com o pensamento de Guerra (2014) ao analisar que a teoria mantém relação estreita com a práxis profissional, pois uma deve respaldar e embasar a outra, na perspectiva de ancorar a mediação no processo de apreensão do movimento do real, isto é, ambas se articulam a partir de um processo dialético, possibilitando

a construção de respostas às necessidades social que reproduz metamorfoses societárias das mais simples às mais corporificadas.

Sobre a viabilidade prática da teoria, o sujeito entrevistado reflete que:

Tem! Com certeza! Se não como é que a gente estaria praticando, estaria dando certo, como é que a gente ia passar 4, 5 anos... Claro que tem várias análises, são vários autores, uma hora ou outra você diz: Não, eu.... Você diverge né, não concorda, diz: Não eu acho que isso não é assim, quando você vai trabalhar realmente você vai ver. Mas a teoria é fundamental, como é que você vai ser norteado na sua prática? Baseado em que você vai trabalhar, se não for na teoria? (...). (BÁRBARA)

Bárbara acredita que a teoria tem sim viabilidade prática no cotidiano profissional e que, tal teoria, funciona como um norteamento ou um embasamento (teórico, crítico e analítico) que contribuirá para o desenvolver do seu trabalho profissional por meio das análises acerca da realidade concreta, que possibilita a construção de mediações fecundas junto ao contexto social.

A profissional alega que existem várias análises e diversos autores – do mesmo campo teórico -, chancelando que há inúmeras produções teóricas de renomados autores que enriquecem as reflexões dos/das profissionais no âmbito do Serviço Social. Apesar disso, a assistente social não estabelece reflexões no que tange a teoria social de Marx, o marxismo, haja vista que, a mesma é uma corrente dialética heterogênea no interior da profissão e, possibilita uma compreensão da vida social através de um olhar “além do aparente”, calcado em análises críticas e macroscópicas diante da totalidade social.

Ao questionar a profissional Iara no que tange a dicotomia entre teoria e prática no interior do seu trabalho profissional, a assistente social declara que não concorda com a suposta ideologia de que “na prática a teoria é outra”. Vejamos a resposta de Iara:

Não. O profissional ele é formado por “n” teóricos e, geralmente, toda teoria deve ser usada na prática, ela serve como base, como parâmetro pro trabalho profissional. Exemplo, tem a questão da teoria de Marx, que evidencia as desigualdades sociais e propõe mecanismos para o desenvolvimento do cidadão, a emancipação humana. (IARA)

A assistente social apesar de negar a existência da dicotomia entre teoria e prática, demonstra uma expressiva herança eclética em suas reflexões, uma vez que, descreve que *“toda teoria deve ser usada na prática”*, revelando creditar na relevância da incorporação de várias teorias no modus operandi do plano técnico-operativo do Serviço Social, conferindo a retomada do ecletismo em seu trabalho profissional. Apesar de fazer um resgate à teoria social de Marx – o marxismo – o profissional estabelece em seu discurso a relevância de todas as correntes teóricas existentes e formuladas por “n teóricos”, ocasionando um reforço ao ecletismo em seu trabalho profissional, o que acarreta em danos para a compreensão da realidade concreta, pois o lastro eclético camufla a realidade e suas nuances, obscurecendo a essência dos fatos, “pois o ecletismo emerge como um equívoco teórico que falseia a realidade” (FRANÇA, 2012, p.120).

Além disso, a profissional não estabelece mediações acerca da compreensão do marxismo, uma vez que, é necessária a apreensão das nuances sociais demarcadas pela sociabilidade capitalista no sentido de compreender como os desdobramentos capitalistas e neoliberais percorrem todas as esferas da vida social e aprisionam os(as) sujeitos(as) sociais aos processos de alienação e coisificação da vida social. Assim, compreende-se ser imprescindível, para alcançar a emancipação humana, a articulação de toda a classe de trabalhadores para que, juntos, possam realizar uma leitura crítica da realidade e propor a construção de uma nova ordem social, em paralelo a derrocada do modo de produção capitalista, ou seja, é necessário o reconhecimento e a passagem da consciência de classe “em si” para a consciência de classe “para si”.

Com relação à maneira que a profissional incorpora os fundamentos apreendidos no processo de formação profissional ao seu cotidiano, Iara é sucinta ao apontar que: *“A realidade ela é mutável, então você tem que ta estudando constantemente para vislumbrar e apreender as mais variadas expressões da questão social”*. A entrevistada demonstra uma incompreensão a respeito do que foi, de fato, questionado, pois não realiza nenhuma articulação dos fundamentos teóricos-metodológicos, éticos-políticos, técnico-operativos e crítico-analíticos em seu trabalho profissional. No entanto, a profissional enfatiza a importância do/da assistente social compreender as metamorfoses que atravessam a sociedade concreta, na perspectiva de compreendê-la e decifrá-la através da leitura dessas nuances sócio-históricas que determinam a atual conjuntura.

Ademais, Iara faz um resgate da relevância do profissional está em constante aprendizado para refinar as suas condições subjetivas, aprimorar o seu arcabouço intelectual e atualizar as informações acerca da realidade, guiado pelo objetivo de respaldar o seu olhar

“além do aparente”, com o intuito de apreender a dinâmica da totalidade da vida social em suas múltiplas determinações e conexões reais, proporcionando uma compreensão concreta da realidade por meio da apropriação de teorias macroscópicas e críticas, suscitando a ruptura com ações interventivas imediatas e pragmáticas.

A constante formação profissional oportuniza a construção de um(a) profissional comprometido e qualificado para desempenhar o seu trabalho profissional com eficiência e criticidade, rompendo as barreiras da pseudoconcreticidade e a aparência fenomênica com que se apresenta a vida cotidiana, bem como proporciona o aprofundamento do conhecimento científico que agucem conhecimentos teóricos e oportunizem a construção de possibilidades interventivas, reforçando uma leitura crítica do trabalho profissional e da realidade concreta inseridos na totalidade da vida social e na direção social da práxis profissional do/da assistente social, na perspectiva de consubstanciar as suas mediações profissionais junto à humanidade social (FRANÇA, 2012).

No que diz respeito à viabilidade prática da teoria no trabalho profissional do/da assistente social, Iara relata que acredita que existe viabilidade para a incorporação da teoria no trabalho profissional e completa que *“sim, porque toda compreensão do ser ela demanda de um estudo, então é necessário esse respaldo para a compreensão”*. A resposta da profissional confirma a possibilidade da apropriação da teoria no trabalho profissional do/da assistente social.

Em sua reflexão acerca da temática questionada, Iara enfatiza que é necessário um respaldo (teórico) para a compreensão da realidade social o do trabalho profissional, pois a teoria por si só é incapaz de transformar a realidade concreta, visto que não estamos falando aqui de algo que possui poderes sobrenaturais, mas, somente através da apreensão da teoria crítica é possível vislumbrar e apreender a concretude do real e a totalidade da vida social por meio de análises que propõem a ruptura com a aparência dos fatos e a alienação instalada na sociedade demarcada sob a égide capitalista.

Além disso, o sujeito entrevistado, mesmo que não estabeleça mediações concretas e necessárias à discussão, traz em seu discurso uma ideia de que é necessário para o entendimento do ser social um respaldo teórico. De fato, a teoria social de Marx é entendida enquanto a reprodução real do movimento do real, isto é, da manifestação da vida social em sua totalidade, assim, é de suma relevância compreender não só o ser social, o indivíduo de forma isolada e particularizada, mas ir além da aparência do real e compreender os fios invisíveis que percorrem a mundaneidade social e que assolam a vida dos(as) sujeitos(as) envolvidos(as).

Conforme destaca Cláudia Mônica dos Santos (2013, p.26):

[...] a teoria “é um movimento através do qual a razão extrai dos processos objetivos a sua legalidade intrínseca”, realizando a “apreensão do movimento do ser social”. Nessa linha, afirma que o método é “a relação constituinte necessária e objetiva entre o investigador e o objeto investigado”.

Ao questionar a profissional Maria, que atua no CRAS, acerca da “aplicabilidade” das teorias sociais na realidade concreta através de modelos, procedimentos e instrumentais. A assistente social enfatiza: “*Eu acredito que sim. Nada é 100% né, mas são aplicáveis sim*”.

A assistente social é categórica ao afirmar que acredita que as teorias sociais podem ser aplicáveis ao próprio movimento do real, e completa:

Eu diria que não totalmente né, totalmente eu acredito que não, mas aí se elas também não fosse aplicáveis, ia existir pra quê? Eu acredito que, em partes, sim, em partes elas são aplicáveis, no caso em instrumentais, modelos. No caso, quando a gente pega, por exemplo, um modelo, um instrumental que a gente leva pra o campo de trabalho, de uma certa maneira elas nos dar o que? Uma direção, um exemplo, se vai fazer uma visita aí a gente num tem uma noção, um norteamento, existe lá uma norma um modelo que você vai seguir, vai ter uma direção (...). A teoria que se tem a gente leva pra prática através do instrumental. (MARIA)

Podemos notar uma inversão de prioridades ontológicas no campo do conhecimento da profissional, pois, a mesma ressalta que as teorias sociais são aplicáveis à realidade através dos instrumentais e modelos que direcionam o trabalho do/da assistente social na realidade concreta. Tal compreensão demonstra substratos que edificam a fragmentação da unidade teórico-prática no seio da profissão de Serviço Social, tendo em vista que, determinada concepção dissemina a ideia de que a teoria possui a capacidade de ser implementada na realidade, objetivando a detenção de respostas prático-empíricas às demandas sociais (GUERRA, 2005).

Assim, a compreensão da profissional Maria aponta uma concepção equivocada da unidade teórico-prática, considerando que a mesma relata apreender a teoria em seu cotidiano profissional através de técnicas, instrumentais e modelos que detém possibilidades de “aplicabilidade” imediata na mundaneidade social, demonstrando realizar uma práxis

profissional comprometida em operacionalizar respostas imediatas e pragmáticas junto à realidade social, nulas de criticidade e, simultaneamente, incapazes de romper as barreiras da pseudoconcreticidade.

Neste sentido, nota-se que a profissional pauta seu trabalho profissional numa concepção prático-operativa e baseada nessa compreensão equivocada:

[...] a prática é sinônimo de atividade, experiências de indivíduos, procedimentos, modos de operar dos mesmos. Esta concepção de prática acaba por superestimar a experiência sustentando-se na assertiva de que “só se aprende a fazer fazendo”. Tomada no seu sentido utilitário, essa prática nega a teoria e a reduz ao senso comum, pois a considera suficiente para conceber aportes à experiência (...) (GUERRA, 2005, p.5).

Há que se notar que, no interior dessas práticas, guiadas pelo pragmatismo e utilitarismo, existe uma perfeita simbiose entre senso comum e atividade que exigem intervenções imediatas e acríticas no cotidiano profissional dos/das assistentes sociais, sancionando o conhecimento advindo da efemeridade do cotidiano para construir respostas imediatas à realidade social. O conhecimento passa a ser delineado ao *bel prazer* da imediaticidade do cotidiano que prega a neutralidade crítica e obscurece a veracidade dos fatos, reduzindo a utilidade da teoria a sua “aplicabilidade prática” associada à capacidade de tecer respostas funcionais e imediatistas.

Ainda com relação à “aplicável” incorporação das teorias sociais no trabalho profissional através de métodos e instrumentais, a profissional Helena descreve sua reflexão sobre:

Pelo menos os instrumentais que a gente utiliza... Eu acho que os instrumentais não surgem do nada não, eu acho que os instrumentais surgem de uma demanda, de uma discussão e de alguma coisa, porque se a teoria diz a gente tem que entender a realidade, que a gente tem que entender onde o sujeito está inserido, a gente vai fazer e utilizar um instrumental que a gente consiga captar essas coisas. Então, acredito que sim. (HELENA)

A profissional faz uma reflexão sobre o questionamento a ela direcionado e alega que os instrumentais possuem substratos da teoria, pois, brotam de discussões e análises das

demandas sociais e sendo “aplicados” a sociedade concreta possibilitam uma compreensão sobre a mesma.

Tal visão sustenta a dicotomia entre a unidade teórico-prática, tendo em vista que, essa fragmentação dissemina a possibilidade da teoria ser transportada às mediações profissionais através de instrumentais e métodos, propiciando a construção de respostas imediatas à realidade social. Assim, a teoria estaria compelida a sua capacidade de elaborar respostas prático-empíricas mediante sua aplicação ao contexto social.

Trata-se de uma concepção de teoria que deita raízes na “*teoria dos resultados*”, cuja mesma está intrínseca a racionalidade capitalista que propaga a razão instrumental, reclamando respostas funcionais ao desenvolvimento capitalista. A cisão entre teoria e prática vincula-se ao modo de produção capitalista, haja vista que, tal unidade repõe a racionalidade e alienação capitalista no cotidiano profissional do/da assistente social contribuindo para a reiteração de uma diferenciação entre os/as profissionais que “pensam” e os/as que “executam” atividades, fortificando o processo de reificação na ordem burguesa (GUERRA, 2005).

As conseqüências, que derivam dessa concepção equivocada e distorcida da unidade teórico-prática, minimizam e escamoteiam a visão do/da profissional e sua apreensão da realidade em sua essencialidade, pois, a racionalidade burguesa, intrínseca a dicotomia aqui discutida, mascara e obscurece a veracidade dos fatos, favorecendo a eclosão de ações profissionais baseadas no pragmatismo. Nessa concepção, “a teoria ao longo dos anos tem sido rechaçada, negada em suas possibilidades mais elementares” (GUERRA, 2005, p.4), pois sua “eficiência” passa a ser ancorada na sua capacidade de prover respostas e intervenções que venham a responder, de modo imediato, as necessidades sociais.

Com relação à “aplicação” das teorias sociais na realidade concreta por meio de instrumentais e procedimentos, a profissional Bárbara afirma:

Eu acredito! Por mais que tem alguns autores que já são referenciais mais antigos, mas uma hora ou outra você se depara com uma ligação entre a teoria e a prática, com certeza sim, creio que sim. São... são sim, tanto autores mais antigos, como eu te falei, como os atuais que estudam, pesquisam..., Mas estão sempre ligados sim, no dia a dia, até porque eles constroem essa literatura baseado no que vivem também né. Então, são aplicáveis sim, com certeza! (BÁRBARA)



Essa interpretação da teoria no trabalho profissional configura-se como um pilar de sustentação do processo de coisificação e reificação postas pela dinâmica capitalista, pois, propõem uma apropriação do conhecimento que não ultrapassa a pseudoconcreticidade do cotidiano, que não atravessa o imediatismo das experiências prático-empíricas, anulando a apreensão do processo de movimento do real em sua complexidade, favorecendo o conhecimento da efemeridade da realidade social em sua positividade, descartando as nuances sócio-históricas que constituem os processos da vida social e, assim, tornando impossível visualizar a concretude dos fatos e demandas que perquirem a mundaneidade.

Deste modo, a profissional demonstra uma práxis profissional sustentada em equívocos na compreensão da unidade teórico-prática e, simultaneamente, consubstancia suas intervenções mediada por um desejo de alcançar respostas de cunho imediatista, o que anula a criticidade do/da assistente social e minimiza suas ações interventivas, pois a práxis que baseia o trabalho profissional do/da assistente social pauta-se numa dicotomia que reitera interesses capitalistas que marcham na contra mão dos interesses e necessidades da classe trabalhadora.

Assim, os substratos teóricos incorporados no trabalho profissional do Serviço Social tornam-se meros instrumentos de manipulação do/da profissional, negando a teoria em sua base elementar que consubstancia a compreensão da veracidade da sociedade concreta. Aqui, a prática é concebida como critério de veracidade, sendo considerada um ponto fulcral para o desvelamento do movimento da realidade concreta, ou seja, nessa visão guiada pela cisão entre teoria e prática “o processo de produção do conhecimento tem a prática como a referência da teoria” (GUERRA, 2005, p.5).

Podemos verificar que todas as profissionais possuem uma visão bastante semelhante no que tange a discussão acerca da “aplicabilidade” da teoria na intervenção profissional, visto que, para elas esta incorporação se dá através da utilização dos instrumentais da profissão no cotidiano profissional. Tal visão é equivocada e dissemina o pensamento de que “na prática a teoria é outra”, pois, articula o senso comum e a necessidade de respostas práticas e imediatas, ao bel prazer da funcionalidade capitalista e burguesa, reafirmando a pós-modernidade.

Por conseguinte, esse emaranhado de confusões ideológicas torna-se solo fértil para a propagação do empirismo, pragmatismo e utilitarismo, pois, tem-se:

[...] de um lado, as ações de indivíduos singulares baseadas na experiência sobre uma realidade são consideradas prática social e transformadoras em modelo, de outro, subjaz uma concepção de que os dados falam por si mesmos e, neste caso, a consciência do sujeito passa a ter um papel secundário frente ao objeto que deve simplesmente ser captado tal como é (GUERRA, 2005, p.6).

Essa forma de compreender a unidade teórico-prática, no interior do trabalho profissional, vincula-se a concepção de que o conhecimento brota de experiências práticas que florescem no cotidiano dos/das assistentes sociais. Deste modo, a utilização e articulação de procedimentos, instrumentais e técnicas para a apreensão da realidade através das experiências estabeleceriam pilares para respaldar a construção da teoria, de acordo com uma visão pragmática. Essa noção, ancorada na apropriação das experiências para a formulação de conhecimentos teóricos, escamoteia a apreensão do real e fundamenta o fosso existente na unidade teórico-prática.

Já a profissional Iara ao ser questionada acerca da “aplicabilidade” das teorias sociais na realidade concreta através de modelos, procedimentos e instrumentais, enfatiza que não existe a possibilidade de “aplicar” a teoria aos instrumentais ou modelos utilizados no trabalho profissional do/da assistente social. Segundo ela: *“Na verdade você não aplica uma teoria, você usa ela como ‘guia’, como parâmetro, mas aplicar não”*.

Tal posicionamento rompe com o ideário sustentado pelo pragmatismo e imediatismo disseminados pela racionalidade capitalista, tal qual propaga a “aplicação” de teorias sociais na realidade como um leque de regras, procedimentos, instrumentais e referenciais que possibilitariam a construção de resultados imediatos e acríticos junto à concretude do real, como se a eficácia da teoria repousasse na sutil submissão às ações profissionais, condicionando a sua função interventiva à elaboração de respostas prático-empíricas à realidade concreta.

Basilarmente, a teoria não possui a função de prover resultados imediatos à realidade, tampouco constrói possibilidades práticas para solucionar as multifacetadas expressões da “questão social”. Pensar na teoria enquanto forma e obter intervenções imediatas é desenvolver um trabalho baseado no pragmatismo e utilitarismo, restringindo as análises críticas e macroscópicas da realidade social, uma vez que, a aparência fenomênica da sociedade é apreendida sem algum teor crítico-analítico.

Quando questionamos a profissional de Serviço Social Maria, inserida no âmbito da Assistência Social, sobre a existência de uma determinada teoria que pudesse respaldar o trabalho profissional do Serviço Social, Maria afirma:

No caso da gente, do assistente, a gente vai sempre pelo o que, pelas normas, o Conselho também, o conselho ta sempre trazendo alguma coisa nova e diferente também né, mas sempre tem mais alguma coisa que dá respaldo, pra você atuar no serviço de convivência sempre têm as normas, as orientações, os guias de orientação, sempre tem alguma coisa pra gente ter uma base né. (MARIA)

A profissional entrevistada acredita que a teoria está intrínseca nas normas, regulamentações e leis que regulamentam o exercício da profissão de Serviço Social, bem como, algumas ferramentas técnicas utilizadas por órgãos ligados a profissão para regular a carga horária dos/das profissionais e o modus operandi de determinados serviços sociais. Através da utilização de instrumentais e técnicas, a profissional acredita incorporar a teoria ao seu trabalho profissional, mas, não cita nenhuma teoria determinada.

Assim, a assistente social retoma, em sua discussão, a concepção que dicotomiza a unidade teórico-prática a partir da visão que minimiza a função da teoria à elaboração de respostas práticas e imediatas às carências sociais. O conhecimento passa a ter utilidade através da sua aplicabilidade no cotidiano profissional, possibilitando a elaboração de respostas prático-empíricas à sociedade concreta, chancelando as mediações profissionais ao imediatismo e neutralidade crítico-analítica que deitam raízes no pragmatismo.

Maria, ao ser interrogada, sobre a importância da teoria numa profissão interventiva como a de Serviço Social, completa:

Eu acredito que é mais por essa questão aí, é uma direção pra se seguir, por que a função da teoria é pegar aquela teoria e aplicar a prática, eu uso o meu conhecimento teórico pra tentar colocar em prática. Então eu acho que a função da teoria seria um norteamento, uma direção aí pra prática do assistente que, através dos instrumentais que a gente tem essa noção. (MARIA)

Podemos verificar na reflexão da profissional Maria a inexistência de um teor crítico-analítico que respalde o seu trabalho profissional, haja vista que, a assistente social traz à tona

reflexões que reafirmam a cisão entre teoria e prática, pois retrata uma práxis profissional consubstanciada por ações pontuais e pragmáticas, visto que, acredita que a viabilidade da teoria para a profissão de Serviço Social repousa na servidão às intervenções imediatas e práticas, utilizando os instrumentais como “receituários” ou prontuários que, aplicados às ações profissionais, poderão trazer resultados – funcionais e paliativos – aquele contexto social.

A apropriação da teoria requer ir além da utilização dos instrumentais ou técnicas no ambiente de trabalho do/da assistente social. Pois, para uma profissão que lida com as múltiplas refrações da “questão social”, como a de Serviço Social, é preciso que o/a profissional compreenda as nuances e transformações econômicas, sociais, culturais, sócio-históricas etc., como forma de embasar o seu conhecimento acerca da totalidade da vida social. Deste modo, torna-se imprescindível que o/a assistente social compreenda as inúmeras determinações sociais que perquirem a humanidade social para que, somente assim, seja possível a construção de ações interventivas capazes de promover alguma transformação na vida dos usuários.

A teoria crítica rasga o véu da efemeridade do cotidiano reificador e dos desdobramentos da racionalidade capitalista intrínsecos na sociedade demarcada pela égide capitalista, tendo em vista que é através da compreensão e apreensão da teoria, em seus pormenores, que torna-se possível quebrar a pseudoconcreticidade dos fenômenos e se chegar a essencialidade dos fatos, compreendendo que a teoria social crítica oportuniza o/a profissional uma visão macroscópica diante da realidade concreta, promovendo a possibilidade de desnudar a realidade aparente e vislumbrar as reais conexões e fios invisíveis que perpassam a sociedade em suas múltiplas determinações.

Esse movimento de apreensão da unidade teórico-prática possibilita, através do teor crítico-analítico e investigador advindo dos substratos teóricos, a sistematização da realidade concreta e a compreensão das intrincadas determinações que circunscrevem o próprio movimento do real, promovendo que o/a assistente social construa “um caminho mais seguro para aproximar-se de respostas concretas, tão almejadas nas suas intervenções profissionais” (LARA, 2008, p.174).

Basilarmente, a teoria social crítica não está compelida à lógica de “aplicabilidade” na realidade concreta para se obter resultados imediatos, mas, propõe a inauguração de análises e processos investigativos diante da conjuntura, em suas múltiplas determinações, oportunizando uma análise concreta e verídica da totalidade da vida social. Assim, para Marx, a teoria é “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa, pela

teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2011, p.21).

Neste sentido, o objeto investigado na realidade concreta tem existência objetiva e deve ser reproduzido e interpretado no campo de abstrações do pesquisador, iniciando um processo investigativo, crítico e analítico acerca da realidade abstraída, assim, é possível apreender a concretude da realidade, desvendando suas intrincadas conexões, possibilitando o rompimento da aparência fenomênica dos fatos que perquirem o cotidiano profissional, apreendendo a estrutura, a dinâmica e a “essencialidade” da realidade investigada.

No trabalho profissional do/da assistente social é de suma importância à conexão entre teoria e práxis profissional, pois os substratos teóricos mobilizam a criticidade do/da profissional, incitando um olhar “além do aparente” por meio da análise das múltiplas determinações sócio-históricas que, transversalmente, determinam todas as esferas da vida social.

Ao questionar a assistente social Helena acerca da existência de alguma teoria que respalde o seu trabalho profissional, a mesma admite não conseguir tecer reflexões sobre a temática abordada e completa:

Assim, ultimamente, a gente tem assim a questão do... Mulher eu acho que uma teoria altamente definitiva.... Num sei, porque são vários pensamentos também né, tem várias teorias. Mas, assim falar em teoria, de pensadores e adentrar, no momento, eu não sei falar não. Porque assim, a gente lê tanta coisa, eu acho que complementa, eu acho que deve complementar, eu acho que, assim num deve ter uma teoria específica não, pra o trabalho não, porque você sabe que tem autores que defendem uma coisa, tem autores que defendem outra e num tem uma teoria específica não. Assim, determinada que só pode ser essa teoria, eu acho que não.... Sei não. (HELENA)

A profissional apesar de não citar nenhuma teoria específica e admitir não possuir embasamento para adentrar ao assunto, demonstra em seu discurso traços de um ecletismo vigente em sua práxis profissional, tendo em vista que, a assistente social cita que existem várias teorias e pensamentos que podem vir a consubstanciar o trabalho profissional do/da assistente social, não havendo a necessidade do/da profissional pautar-se em uma determinada teoria.

Helena enfatiza a importância de todas as correntes teóricas e ideológicas discutidas por vários autores que podem “refinar” e nortear o trabalho profissional dos/das assistentes

sociais. Ademais, a profissional não estabelece mediações acerca da necessidade de compreensão da totalidade da vida social, que diz respeito às metamorfoses societárias preconizadas pela ordem capitalista e que, transversalmente, perquirem a mundaneidade social e atravessam o cotidiano profissional do/da assistente social. Posto isso, é necessária uma compreensão das nuances do capital para a apreensão da concretude do real em suas inúmeras determinações.

O ecletismo brota do conservadorismo científico, que reitera a racionalidade formal-abstrata do modo de produção capitalista, disseminando o ideário que vislumbra a realidade social como “partes”, como algo fragmentado, isolado, incapaz de analisar a realidade concreta enquanto uma totalidade social. A práxis profissional passa a ser ancorada, neste sentido, por vivências práticas, concepções subjetivas e fatos vistos de forma isolada da totalidade. Assim, não se tem uma visão macroscópica da realidade, mas, uma reflexão analítica acerca do microssocial, pois “o conhecer da realidade parte das ‘verdades’ individuais” (ROCHA, 2005, p.110).

O Serviço Social enquanto uma profissão interventiva lida, cotidianamente, com as expressões da “questão social” postas a realidade concreta, assim, o profissional é chamado a intervir nas mazelas sociais, sendo imprescindível que o sujeito apreenda a manifestação da vida social em sua totalidade, para consubstanciar a elaboração de mediações fecundas e abalizadas em seu trabalho profissional. Todavia, existem correntes ideológicas que obscurecem e fragmentam a realidade concreta, vinculando-se aos interesses burgueses impostos pela dinâmica capitalista.

[...] o ecletismo profissional adquire matizes diversos ao longo do desenvolvimento sócio histórico da profissão. Das raízes profissionais (20/30) à contemporaneidade, esse ecletismo se modifica à medida que são incorporadas novas demandas e teorias capazes de direcionar o enfrentamento das mesmas (ROCHA, 2005, p.114).

Deste modo, é na apreensão de uma concepção sincrética e fragmentada do movimento do real que o ecletismo deita raízes no âmbito de intervenção profissional do/da assistente social, contribuindo para a propagação da dicotomia entre teoria e prática. Tal concepção é norteadada por um fio conservador que corrói as bases que possibilitam uma interpretação verídica da sociedade em sua totalidade. Esse lastro conservador, consubstanciado pelo ecletismo e pragmatismo, fragmenta “o campo dos valores norteadores

da ação profissional, assim como o aperfeiçoamento de seus procedimentos operativos” (IAMAMOTO, 2012, p.219). Daí emerge a relevância da mediação entre o trabalho profissional do Serviço Social e a teoria social crítica de Marx, visto que, esta última substancia a práxis profissional através de um cariz crítico, macroscópico, proporcionando uma leitura concreta diante da realidade social.

A concepção marxiana oferece as mediações fundamentais para o desembaraçar das conexões e determinações sócio-históricas intrincadas à totalidade da vida social, oportunizando o colapso das barreiras constituídas pela efemeridade do cotidiano reificador. Dessa maneira, a teoria vincula-se a condição social e histórica na promoção do desvelamento da realidade concreta, uma vez que,

[...] é necessário que os processos históricos se desenvolvam e se universalizem em termos histórico-universal a ponto de serem captados e reconhecidos pela aparência, a ponto de se revelarem (por meio de múltiplas mediações) à consciência que por sua vez se debruça sobre eles para arrancá-los da positividade própria da aparência de que se revestem. Daí a teoria penetra no objeto, dissolve sua aparência, busca suas relações, sua lógica constitutiva, suas mediações (particularidade histórica) (GUERRA, 2005, p.9).

Assim, o processo de conhecimento da realidade deve rasgar a seda da imediaticidade para que se possa vislumbrar “além do aparente”, isto é, além do que a alienação capitalista, impregnada no cotidiano profissional, apresenta. Neste sentido, a teoria não deve ser marginalizada em detrimento dos resultados prático-sociais, mas sim promover reflexões teóricas sobre a práxis profissional que arquitetem ações interventivas eficazes.

Ao solicitar de Bárbara uma reflexão sobre a existência de alguma teoria que sustente o trabalho do profissional de Serviço Social e a relação da mesma em seu cotidiano profissional, a assistente social relata que “(...) *A gente lê tanta coisa, mas, no momento eu não tenho como te dizer, nenhuma teoria assim agora que norteie o meu trabalho aqui que é com criança e adolescente*”. Neste momento a profissional não reconhece nenhuma mediação da teoria social crítica com o seu trabalho profissional, admitindo não ser conhecedora de substratos teóricos que possam respaldar o plano técnico-operativo do Serviço Social. Tal posicionamento demonstra uma compreensão equivocada a respeito da unidade teoria-práxis, pois, Bárbara não estabelece mediações elementares do conhecimento teórico para a análise e compreensão da totalidade social, o que dar base ao seu trabalho profissional.

Com relação à função da teoria para uma profissão como a de Serviço Social, Bárbara faz a seguinte reflexão:

Acho que é pra orientar, pra nortear a gente o que a gente deve mais ou menos fazer por que cada situação você pode reagir, pode trabalhar de uma maneira. Então eu acho que a teoria baseada em algumas situações é o que vai lhe orientar, é o que vai nortear, mais ou menos o que você tem que fazer. (BÁRBARA)

Apesar de não estabelecer mediações entre o seu trabalho profissional e a teoria social crítica de Marx que possibilita o desnudamento dos fios invisíveis que perquirem o movimento do real, a profissional reconhece que a teoria possui a função de “nortear” o trabalho profissional do/da assistente social.

Podemos analisar tal reflexão e deduzir que a profissional acredita que a teoria deve respaldar e dar embasamento teórico à práxis profissional, não no sentido de elaborar resultados e intervenções práticas e imediatas, chancelando ações pragmáticas e acríicas. Mas, na perspectiva de aprofundar o teor crítico-analítico do/da profissional, no sentido de fornecer-lhes uma visão macroscópica da totalidade social, considerando as metamorfoses sócio-históricas, as nuances da sociabilidade demarcada pela égide capitalista, à desigualdade sócio-econômica e o contexto social em que o(a) usuário(a) está inserido. Pois, todos os espectros da vida social irão consubstanciar a análise do/da profissional para que ele possa, verdadeiramente, romper as amarras capitalistas postas na efemeridade do cotidiano e (re) construir mediações abalizadas e fecundas na operacionalização do seu trabalho profissional.

A apreensão da realidade é consubstanciada pela apropriação teórico-metodológica da teoria social crítica que fornece substratos crítico analíticos para uma compreensão da manifestação da totalidade social, contrapondo-se à apropriação de mundo norteado pelo conhecimento prático e imediatista, imposto pela cotidianidade. A teoria possibilita a apreensão da concretude do real através do processo de captura do real pelo pensamento, inaugurando uma série de reflexões analíticas acerca da realidade apreendida que, posteriormente, retorna ao mundo concreto como forma de concreto pensado, já analisado e compreendido, em seus pormenores, pelo profissional.

Importa citar que, na concepção marxiana, a essência humana e a totalidade da vida social são constituídas pelas relações sociais que demarcam a contemporaneidade, assim, faz-se necessário uma leitura crítica acerca da estrutura societária, considerando as forças



produtivas, a divisão social e técnica do trabalho, os desdobramentos capitalistas, as instituições, ideologias e “modos se ser” dos indivíduos que compõem a sociedade concreta.

Deste modo, Iamamoto (2012, p.229, grifos nossos) analisa que:

[...] Núcleo da totalidade no presente e no vir a ser, que abre as possibilidades para a ação do sujeito revolucionário como unidade de transformação do homem e das circunstâncias (prático-crítica), na reconstituição do indivíduo sob novas bases: a constituição do que Marx denomina de “livre individualidade social”, libertando o homem das travas da alienação. Afirma-se, pois, o *caráter essencialmente revolucionário da teoria marxista*.

Neste sentido, a teoria como forma de apreensão e interpretação autêntica do movimento do real, é fundamental para o desenvolvimento do plano técnico-operativo do Serviço Social, tendo em vista que, a mesma fornece um conhecimento crítico para a compreensão da sociedade concreta por meio de percepções, concepções e análises verídicas que desvendam a manifestação das relações sociais que engendram a totalidade da vida social.

Cabe frisar que, a teoria não constrói resultados prático-operativos à realidade concreta, tampouco realiza transformações societárias através de sua (pseudo) “aplicabilidade”, mas, tece reflexões sobre o trabalho profissional do Serviço Social, no sentido de mediar uma análise teórica e reflexiva diante da realidade social. Pois, “a teoria tem que ser reconhecida na prática, mas não nas práticas profissionais” (GUERRA, 2005, p.9), visto que, a teoria não floresce das demandas imediatistas postas ao cotidiano profissional, bem como não fornece resultados prático-empíricos, mas, deve ser reconhecida como um respaldo crítico que provê uma reflexão analítica sobre a práxis profissional, facultando uma crítica à aparência fenomênica do cotidiano.

Ao ser indagado sobre a existência de alguma teoria que respalde o trabalho profissional de Serviço Social e sua relação com o seu trabalho profissional, a assistente social Iara tece as seguintes reflexões:

Sim, a marxista. O usuário ele é produto do meio e está inserido numa sociedade capitalista e ela reproduz o modo de produção capitalista. À medida que o cidadão ele tem que vender a sua força de trabalho daí ocorre então a questão das desigualdades sociais e faz o usuário e a questão social ser, exatamente, o produto desse trabalho e propaga a ideia de desenvolvimento social. (IARA)

Em sua análise reflexiva a profissional alega que a teoria marxista dar bases teóricas na operacionalização do seu trabalho profissional, tendo em vista que, o marxismo ao investigar a sociedade burguesa e o modo de produção capitalista, descobre as múltiplas articulações que engendram a dinâmica capitalista na sociabilidade humana. Para tanto, o profissional destaca as desigualdades sociais e as múltiplas expressões da “questão social”, cujas mesmas são matéria prima do Serviço Social e resultado dos desdobramentos deletérios marcados pela égide capitalista.

Entretanto, apesar da assistente social ter enfatizado a teoria marxista como força motriz para o desenvolvimento do seu trabalho profissional, a mesma não estabelece mediações acerca da criticidade proposta pela teoria social crítica de Marx. Porém, nos limites da entrevista, a profissional cita a força do trabalho no cenário demarcado pelos ditames capitalistas que caracteriza-se como um dos pontos centrais e fundamentais da teoria de Marx. Assim, a assistente social demonstra um “ponto de partida” para a compreensão da teoria crítica de Marx, apesar de não aprofundar suas reflexões acerca da temática, visto que, a mesma oferece “caminhos”, mas, não estabelece mediações entre as dimensões ética-política e teórico-metodológica necessárias para compreender a concretude da realidade e a teoria social crítica de Marx. Desse modo, a profissional acaba por reafirmar uma práxis reiterativa e pragmática.

Na concepção marxiana, a reflexão teórica não elabora um objeto, mas, possibilita a sua análise. Sendo assim, é uma ferramenta teórica que possibilita a apreensão do real em suas múltiplas determinações, isto é, a teoria é uma reprodução ideal do movimento do real, o que implica dizer que, a teoria não apenas descreve a sociabilidade burguesa nos marcos do capitalismo tardio, mas, para além disso, apreende a essência da dinâmica que engendra o modo de produção capitalista, assim, compreende “a sociedade como uma totalidade concreta para gerar um conhecimento efetivo da realidade” (SANTOS, 2013, p.26).

Com relação à relevância da função da teoria para uma profissão interventiva como a de Serviço Social, a profissional do CREAS diz: *“É uma função formativa, à medida em que ela compreende o ser social nos mais variados aspectos”*.

A profissional Iara relata que compreende que a função da teoria para o trabalho do Serviço Social baseia-se na questão da formação profissional, haja vista que a mesma possibilita respaldos teóricos para a compreensão do ser social em suas intrincadas conexões com o mundo real. Assim, a assistente social afirma uma visão de que a teoria compreende a

ontologia do ser social, em seus pormenores, analisando-o enquanto sujeito participe da totalidade da vida concreta, pois é um ser crítico, racional, humano-genérico situado na realidade concreta.

Marx afirma que o que diferencia o homem do animal, isto é, que possibilita que mesmo possua capacidade reflexiva e crítica condiciona-se a capacidade laboral do homem, pois, apenas o ser humano realiza o trabalho, de forma crítica, pensante e previamente idealizada, já os animais agem apenas de acordo com um instinto, para atender as suas necessidades básicas, nulas de racionalidade. Deste modo, quando se fala na racionalidade do ser social cabe relacioná-la com a sua gênese que se baseia (LUKÁCS, 2013, p. 52) “no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos”.

Ademais, a profissional entrevistada completa as suas reflexões ratificando de que teoria – ou teorias – se trata em seu cotidiano profissional. Vejamos:

Mas são várias teorias que respaldam o trabalho profissional, além do marxismo, como a fenomenologia, o positivismo de Comte, entre outras. (IARA)

A assistente social alega que o trabalho profissional do/da assistente social deve basear-se não em uma, mas, em várias teorias, citando a fenomenologia e o positivismo como pilares teóricos para o modus operandi do plano técnico-operativo do Serviço Social, chancelando o trabalho profissional aos substratos conservadores da profissão, os quais foram derrocados através de um paulatino processo de renovação da profissão supracitada, apesar de tais práticas conservadoras e tradicionais não estarem totalmente erradicadas do âmbito do Serviço Social, tendo em vista, a imanência do neoconservadorismo na profissão.

Ao destacar a importância de correntes teóricas conservadoras como a fenomenologia e o positivismo, a profissional evidencia uma raiz do ecletismo em suas reflexões acerca da incorporação das diversas teorias no trabalho profissional do/da assistente social. Essa “mistura” de teorias dos mais diversos posicionamentos teóricos e ideológicos, faz parte da corrente eclética que se alastra no seio da profissão de Serviço Social, objetivando articular vários elementos teóricos a fim de compreender a concretude do real, configurando-se “um mosaico ou um quebra cabeças de idéias formuladas não a partir da imanência da realidade, mas pela vontade do filósofo” (ROCHA, 2005, p.56), camuflando a verdadeira essência da realidade concreta, pois culmina em uma visão subjetiva do mundo

real a partir da harmonização de falsas idéias que remetem a aparência fenomênica da totalidade da vida social.

Ao solicitar que a profissional Maria aponte os limites e dificuldades encontradas em seu cotidiano profissional, a assistente social relata:

A maior dificuldade que a gente sente é na questão da visita domiciliar, quando disser visita.... Por que a gente encontra assim, tem gente que está aberta, é acessível, e tem pessoas que são resistentes né, quando você chega já vem armado<sup>21</sup>:“o que é? O que foi? ”. Eu acho assim que a dificuldade maior é no acesso, é no contato as pessoas, principalmente na questão de busca ativa, quando é busca ativa eu vejo a resistência de algumas pessoas, elas não estão abertas, às vezes o assistente é visto como “o chato”. Eu acho muito invasiva a questão da visita domiciliar. (MARIA)

Maria afirma que a maior dificuldade, em sua análise, para o desenvolvimento do seu trabalho profissional é o contato com os usuários, assim, a profissional dar enfoque à realização de visitas domiciliares e buscas ativas, por entender que tais instrumentais são *invasivas* à realidade do indivíduo. Nessa direção, a profissional retoma um traço conservador em seu trabalho profissional, pois seu discurso parece estar atrelado à ideologia de distanciamento da realidade concreta em que o indivíduo está inserido, sendo cancelada a elaboração de resultados pragmáticos, acrílicos e longe do contexto social que demarca a vida do(a) usuário(a) dos serviços sociais da instituição na qual atua.

Ao considerar a visita domiciliar um, ou mesmo, o maior obstáculo à operacionalização do trabalho profissional, a assistente social Maria elimina, em sua reflexão, a mediação necessária entre sujeito e realidade concreta para que se possa enxergar além do aparente e chegar à essencialidade dos fatos que perquirem a vida do usuário.

Isso posto, a visita domiciliar atrelada ao contato direto com os indivíduos que usufruem dos serviços socioassistenciais são de extrema validade para a apreensão da realidade concreta dos(as) sujeitos(as) sociais, considerando que nem tudo é verbalizado pelo(a) usuário(a) através de um atendimento individual. Faz-se necessário debruçar a atenção para o que não é visto a olhos nus, isto é, “o que não é dito, o que não está aparente, ou seja, que encontra-se latente na vida do sujeito, assim, compreender o fenômeno é atingir a essência” (PERIN, 2017, p.2).

---

<sup>21</sup> Palavra de sentido figurativo, muito utilizada no Sertão Paraibano, que significa bravo, impetuoso, irritado.

Por compreender que a apreensão da realidade concreta é o ponto fulcral para a elaboração de ações interventivas, o/a profissional de Serviço Social deve ativar a sua postura investigativa, direcionando a sua práxis social ao desnudamento da vida social dos indivíduos, na perspectiva de viabilizar os direitos sociais, civis e políticos dos(as) sujeitos(as) sociais.

Já Helena possui um direcionamento diferenciado acerca dos limites enfrentados em seu cotidiano profissional. Vejamos a resposta:

Quando a gente detecta a situação pra gente tentar resolver, a gente depara muito com a situação do problema de rede, eu acho. Eu acho que emperra muito aí! E eu acho que a questão da desestrutura familiar, a gente tenta até descobrir as causas da desestrutura familiar, mas, muitas vezes a gente não tem as políticas que possam ajudar. Não tá a disposição né, porque, por exemplo, uma política de emprego, a gente não tem né, pra solucionar aquela situação, um exemplo. A gente se depara com a situação, dá uma cesta básica, que é paliativo e insere no serviço, tudo bem, tem o serviço de convivência, mas, você sabe que a maioria está atrelado a questão financeira, a maior parte das situações críticas a gente se depara na situação financeira, e às vezes a gente não tem aonde e como socorrer pra resolver uma situação que a gente sabe que se a gente conseguisse inserir numa política de emprego, um exemplo, a gente já... Era uma das soluções, pelo menos iniciais pra resolver, porque já vai ajudando, aí você fica naquela situação. Eu acho que a rede, as políticas e a questão do apoio familiar emperram muito! (HELENA)

A profissional aponta empecilhos que, em sua concepção, minimizam ou mesmo bloqueiam o seu trabalho profissional. A priori, enfatiza a problemática de articulação com as demais instituições e os/as profissionais que compõem a rede de Assistência Social do município de Pombal, que compromete, por vezes, a compreensão e a elaboração de ações interventivas acerca de uma determinada demanda, haja vista que o trabalho, neste âmbito, deve ser operacionalizado de forma articulada, integrando toda a rede socioassistencial na tentativa de obter resultados propositivos à sociedade concreta. Pois,

[...] A construção do trabalho interdisciplinar impõe os profissionais a realização permanente de reuniões de planejamento e debates conjuntos, a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho. Balizados pelos seus Códigos de Ética, Leis de Regulamentação e Diretrizes Curriculares de formação profissional, os/as profissionais podem instituir parâmetros de intervenção que se pautem pelo compartilhamento das atividades, convivência não

conflituosa das diferentes abordagens teórico-metodológicas que fundamentam a análise e intervenção da realidade e estabelecimento do que é próprio e específico a cada profissional na realização de estudos sócio econômicos, visitas domiciliares, abordagens individuais, grupais e coletivas (CFESS, 2011, p.26).

Nessa direção, o trabalho interdisciplinar e multiprofissional contribui para a interpretação da realidade concreta do indivíduo, bem como favorece a construção de possibilidades interventivas fecundas, de modo que possibilita a compreensão do usuário inserido em um contexto de relações sociais que determinam sua vida social.

Além disso, a profissional atenta para o sucateamento instituído nas políticas sociais, tendo em vista que, as mesmas possuem um caráter paliativo e precarizado, em razão da dinâmica neoliberal que incide em todas as esferas da sociabilidade humana e dilacera, primordialmente, as políticas públicas oferecidas à classe trabalhadora, no intuito de conter gastos da esfera estatal para contribuir com a ampliação da riqueza capitalista.

Destaca-se a vigência de um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, que visa elaborar políticas sociais com vistas ao redimensionamento das múltiplas expressões da “questão social”, guiadas por um “enxugamento” nos investimentos públicos, ocasionando a perda na qualidade dos serviços e disponibilidades destes na esfera pública. O que implica na distribuição de serviços e bens sociais que são incapazes de sanar, verdadeiramente, as mazelas sociais e problemáticas advindas da sociedade que determinam a vida dos indivíduos. Nesta perspectiva, a esfera estatal busca “limitar a ação do Estado e seus gastos para fazer frente às condições sociais de reprodução da força de trabalho, revelando-se como Estado Mínimo” (IAMAMOTO, 2012, p.159).

No que se refere aos limites e dificuldades encontrados em seu cotidiano profissional, a assistente social Helena informa:

Tanto aqui como nas outras instituições que eu trabalhei, a gente sempre fala que o que limita a gente é o poder político, a política atrapalha sempre. Claro que a gente não tem como viver sem a política existe! Mas, o que atrapalha é a politicagem, sabe. Então acaba limitando, eu trabalho aqui e sou concursada, e trabalho também como contratada e nos dois eu enfrento isso... O que dificulta e o que limita nosso trabalho é a politicagem, porque você acaba... não é com medo, mas, é ... não tem uma palavra específica pra te dizer, mas, o que limita a gente é a politicagem porque quem manda, principalmente em cidade pequena, é a política. Então você acaba que enfrentando, brigando, se chateando pra poder conseguir uma coisa que a política não deixa... O que limita e o que dificulta é isso. Quando você vai

tentar conseguir um auxílio ou um benefício, resolver alguma coisa com a família, um caso específico né... O próprio gestor da assistência ele quer saber quem é, onde mora, se ele conhece a família e a gente sabe porque é, pra saber se vota, se não vota, acaba dificultando uma coisa quando vê que num é do “lado”, como eles dizem, e acaba, assim, como a gente diz “matando na unha”. É dessa maneira, usam do poder mesmo pra impedir algum benefício que a pessoa tem direito, infelizmente, acontece isso ainda hoje. (HELENA)

A profissional relata que o que limita o seu trabalho profissional, de forma cotidiana, é a inserção do favoritismo político e a restrição de benefícios e serviços a um usuário em decorrência de seu “lado” partidário. Tal prática é bastante comum, ainda nos dias que transcorrem, pois, os políticos utilizam as políticas públicas e sociais como forma de troca e compra de votos em favor da formação do “curral eleitoral” para benefício próprio, reiterando o clientelismo político e assistencialismo, ambos consubstanciados pelo patrimonialismo e coronelismo.

O coronelismo está inerente aos aspectos que constituem a cultura política brasileira e demarca, severamente, o sertão paraibano (locus da pesquisa) na perspectiva de fortalecer a lógica de apropriação de poder e dominação tradicional pelos senhores, coronéis, prefeitos e classes elitizadas, com sendo patrimônio individual do detentor do poder, no sentido de ratificar a concepção patrimonialista de Estado. Assim,

[...] o coronelismo é uma forma de dominação que se realiza basicamente através da opressão/violência aliada a favores e benefícios. NUNES LEAL (1975) concebe o coronelismo como um sistema ou estrutura pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do Município. O cerne do seu conceito está no compromisso que resulta num sistema de reciprocidade em que de um lado estão os chefes municipais e os coronéis com seus currais eleitorais e, de outro, o Estado que dispõe do erário, dos empregos e favores e da força da polícia [...] (GOMES, 2002, p.6).

Na organização de dominação patrimonial – e coronelista – tem-se uma relação de troca e concessão de benefícios, posto que, de um lado está a pessoa detentora de “poder” político (e partidário) e do outro encontra-se a população submissa a essa, pactual e arbitrária, distribuição de serviços, benefícios e assistência. As práticas clientelistas se opõem ao prisma de direito social e aos princípios universalistas da concessão de serviços sociais, pois legitima

a hierarquização de força, poder e prestígio, favorecendo o fortalecimento de oligarquias políticas em contraposição a cooptação e emersão de grupos contra-hegemônicos.

O modelo de proteção social é embebido pela lógica patrimonialista e paternalista da esfera estatal e pela cultura política fomentada pelo clientelismo, tornando fragmentado o itinerário para a democratização verídica da sociedade, chancelando práticas de gestão de políticas e serviços sociais para o redimensionamento das seqüelas da “questão social” por meio do prisma opressor e autoritário, com vistas a privilegiar grupos de pessoas e sonegar direitos de outras, oportunizando a propagação de um vicioso ciclo de “troca de favores”, pautado num corporativismo que visa determinados anseios (particulares e/ou coletivos) de organizações sociais.

O fenômeno clientelista subdividiu-se em três modalidades. A primeira denominada como diádica caracteriza-se por uma relação perdurável e leal entre patrão e cliente, sem outros intermédios. A segunda modalidade refere-se à relação entre patrão-mediador/cliente, configurando-se enquanto uma relação efêmera de dependência entre o patrão-mediador e o cliente, haja vista que o patrão usa de suas influências para facilitar o acesso a bens e serviços do cliente, evidenciando uma estrutura governamental paternalista. Nesse contexto, a “moeda de troca” torna-se a prestação de serviços ou a “promessa” de voto, como forma de pagamento ao “favor” oferecido pelo patrão-mediador. No que diz respeito à terceira modalidade do clientelismo, cabe enfatizar que consiste na relação entre mediador-organizacional/cliente, compreende-se que os envolvidos nessa relação pertencem ao mesmo grupo ou organização social e/ou política, assim, tem-se a imanência de lealdade e moral, bem como, de direitos e deveres, pois, o mediador-organizacional torna-se o representante dos interesses do cliente perante o poder público, podendo articular-se junto aos membros da sua organização política para reivindicar direitos, caracterizando uma moderna concepção de clientelismo urbano (GOMES, 2002).

Nesse quadro, Yazbek assevera que:

No caso brasileiro, as políticas sociais, particularmente pós-64, tem-se caracterizado pela subordinação a interesses econômicos e políticos. A matriz conservadora e oligárquica, e sua forma de relações sociais atravessadas pelo favor, pelo compadrio e pelo clientelismo, emoldura politicamente a histórica econômica e social do país, penetrando também na política social brasileira. Do ponto de vista político, as intervenções no campo da política social e, particularmente na assistência social, vêm se apresentando como espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas



e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e á formação de redutos eleitorais (YAZBEK, 2013, p.51).

O mecanismo assistencial configura a exclusão por manter e tratar o usuário na condição de assistido e beneficiário pela esfera estatal, que muitas vezes se personifica na figura do prefeito ou mesmo qualquer outro político da cidade ou região. Assim, há um resgate de uma postura, meramente, meritocrática e favoritista, configurando a ideia de que o serviço está sendo prestado sob um prisma de merecimento ou troca de favores, distanciando-se da esfera do direito social instituídos na Constituição Federal de 1988.

Assim, as políticas do âmbito da Assistência Social, primordialmente, constituem-se como um espaço latente, que mascaram os conflitos sociais e as correlações de forças que, transversalmente, demarcam a sociedade, além disso, muitas vezes, configura-se enquanto um âmbito de sonegação e restrição de direitos sociais ao bel-prazer do favoritismo partidário.

Ao questionar a profissional Iara no que tange as dificuldades e limites que perquirem o seu cotidiano profissional, a profissional relata:

A interlocução com outras políticas públicas, no que tange a resolutividade de uma demanda que necessita urgência e a incerteza de sua resolução imediata. A precariedade no setor profissional, material, as condições objetivas de trabalho. (IARA)

A assistente social alega que o que bloqueia o seu trabalho profissional seria a articulação com as demais políticas públicas no que se refere à resolução de uma determinada demanda que possui caráter de urgência, destacando também a precarização nas condições objetivas de trabalho, centralizando tal déficit não apenas nos bens materiais que condicionam o trabalho profissional, mas, nos(as) profissionais que desenvolvem o trabalho junto o(a) assistente social.

Importa citar que, compreendendo a dinâmica da sociabilidade nos marcos de capitalismo selvagem, todas as esferas da vida social são, drasticamente, fragmentadas e precarizadas em detrimento da acumulação e fortalecimento da lógica capitalista, assim ocorre com o âmbito da Assistência Social, tendo em vista que, as situações emergenciais, sob a lente da atual conjuntura, nascem como próprio reflexo da estrutura omissa da esfera estatal, que dificulta e sucateia a operacionalização das políticas públicas.

Essa precariedade nas políticas sócias advém da contrarreforma do Estado, que passa a diminuir seus gastos com as necessidades sociais na perspectiva de conter a sua capacidade interventiva, a fim de contribuir com a ampliação da cumulação capitalista por meio da precarização e redução dos serviços prestados pela esfera estatal, ocasionando a desresponsabilização do Estado para com a sociedade civil. Tal processo de contrarreforma estatal centra-se na conjuntura de crise do capital e no ideário neoliberal, baseando-se na reestruturação produtiva e no ataque aos direitos sociais, configurando a ofensiva contra o trabalho e suas formas de luta e organização, caracterizando as novas estratégias do grande capital para reestruturar-se diante da crise estrutural, uma vez que, a proteção social passa a ser de responsabilidade de organizações da sociedade civil e da intervenção mínima do Estado.

[...] o neoliberalismo, contrariamente, propõe o fortalecimento da oferta, reduzindo os custos de produção, particularmente com a diminuição do valor da força de trabalho (precarizando salários, direitos trabalhistas, e serviços e políticas sociais estatais); aqui, a ênfase não está na ampliação da capacidade de consumo (para a produção em massa), mas na diminuição dos custos e flexibilização da produção (no contexto de crise), e é esse o motivo pelo qual a orientação neoliberal recai na defesa da “liberdade” do mercado e a não participação (social) do Estado (MONTANO; DURIGUETTO, 2011, p.204).

Deste modo, as políticas de assistência social têm um lastro emergencial e paliativo, por isso não atendem as reais necessidades da população em sua totalidade, demonstrando um caráter fragmentado e assistencialista, que na ótica do Capital e do Estado funcionam para impedir a emancipação da sociedade civil.

Assim, nota-se que o Estado prima por gestar políticas emergenciais e paliativas que não atendem as necessidades da sociedade e, dessa forma, compactuam com a perpetuação dessas problemáticas, bem como reafirmam a relação de subalternidade da população perante o aparato estatal, reiterando a posição desigual entre as classes sociais postas pela relação antagônica entre capital/trabalho estabelecidas pelo comando do grande capital, concorrendo para uma *refuncionalização* do Estado na perspectiva de atender aos interesses do grande capital.

### 3 O CAMINHO DE SÍNTESE: desmistificando o pragmatismo

A profissão de Serviço Social é situada numa sociedade demarcada pelos ditames capitalistas e neoliberais, participando do processo de reprodução das relações sociais e da relação contraditória estabelecida entre elas (burguesia e proletariado). Nesse processo, o Serviço Social se configura enquanto uma profissão que preocupa-se em desmistificar, apreender e compreender as implicações sociais que circunscrevem o movimento da totalidade da vida social, no sentido de atuar junto as multifacetadas expressões da questão social, engendradas pelo pleno *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana* (IAMAMOTO, 2013).

Através de um debruçamento investigativo, teórico-metodológico e crítico o/a profissional de Serviço Social análise a realidade concreta em suas múltiplas determinações, atuando também na formulação, implementação, execução e avaliação de políticas, serviços e programas sociais que objetivam preservar e/ou ampliar os direitos sociais com vistas à equidade e justiça social.

Assim, o/a assistente social intervém de modo contrário, muitas vezes, aos interesses e nuances da sociedade burguesa, por esse motivo sugere-se que o(a) mesmo(a) pautar o seu trabalho profissional através da mediação entre as concepções teórico-metodológicas, éticas-políticas, e técnico-operativa, utilizando a iluminação teórica para respaldar o seu “olhar macroscópico” na perspectiva de vislumbrar, compreender e intervir junto às múltiplas refrações da “questão social” que determinam a vida dos(as) sujeitos(as) sociais e perquirem o seu cotidiano profissional, no intuito de formular uma práxis política consoante a um direcionamento crítico e emancipatório diante a realidade social.

Entretanto, no interior do Serviço Social existe uma insistente (e para nós, já superado) dilema disseminado junto os/as profissionais, sustentando uma compreensão equivocada acerca da iluminação teórico-prática no que concerne à apropriação técnica e instrumental no trabalho profissional do/da assistente social, culminando numa visão empobrecida acerca da concretude do real e, concomitantemente, na construção de ações interventivas imediatas junto à sociedade concreta, gerando a “necessidade de elucidar o que seja teoria e o que seja prática na vertente teórica em questão” (SANTOS, 2013, p.13), isto é, no materialismo crítico dialético, suscitando a teoria social crítica de Marx.

Essa apropriação equivocada da unidade teórico-prática é solo fértil para a emersão de um trabalho profissional que reitera ações pragmáticas e imediatistas, de modo a reafirmar

que “na prática a teoria é outra”, decorrendo nos mais diversos equívocos no que concerne à objetivação e compreensão do trabalho profissional de Serviço Social. Assim, importa identificar e analisar o que fundamenta e encastela as expressões do pragmatismo na profissão de Serviço Social? O que sustenta essa concepção de que “na prática a teoria é outra”? Quais são os elementos que refutam essa visão pragmática?

Verificou-se no florescimento deste trabalho, particularidades da apreensão realidade concreta dos(as) sujeitos(as) entrevistados(as) uma inegável adesão a valores que condicionam um trabalho profissional elencado por um caldo pragmático, consubstanciando o cotidiano profissional do Serviço Social por meio de visões, por vezes, superficiais e imediatistas, suscitando ações que reafirmam práticas que chancelam a cisão entre a unidade teórico-prática, reduzindo o trabalho profissional a intervenções prático-empíricas.

Nesse limiar, os(as) profissionais entrevistados(as), por vezes, revelam uma dificuldade teórica-metodológica na apreensão da unidade teórico-prática no modus operandi de seu trabalho profissional, o que pode ocasionar uma leitura limitada da realidade concreta, bem como, oportuniza a eclosão de ações aligeiradas e utilitárias, reiterando que a razão instrumental se sobressai as concepções teórico-prática. Além disso, verificou-se uma apreensão insuficiente da teoria social crítica da Marx nas bases teórico-metodológicas, ideopolíticas e técnico-operativa.

Observou-se, também, a imanência de um teor crítico-analítico em algumas reflexões, revelando a apreensão crítico-interpretativo que os/as profissionais têm no que se refere às políticas públicas e sociais focalizadas e paliativas, na precarização das condições de trabalho e na infra-estrutura dos espaços sócio-institucionais, na lógica patrimonialista e coronelista ainda disseminadas no interior da gestão e operacionalização de políticas como forma de controle social na região, a compreensão da relevância de apreender as múltiplas determinações que demarcam os sujeitos sociais por meio da realização de visitas domiciliares, estudos sociais, pareceres, numa forma de interação entre sujeito (realidade) e pesquisador (profissional).

A priori, cabe enfatizar o fator fundamental para a cisão entre teoria e prática, defendida por parcela significativa da categoria profissional de Serviço Social, que é o modo de produção capitalista, visto a racionalidade formal abstrata disseminada pelo ideário burguês que põe e repõe a alienação na sociedade, de modo a contribuir, de forma direta, na fragmentação do processo e gestão do trabalho, separando os indivíduos que pensam e aqueles que executam o trabalho através do dispêndio da força viva de trabalho, aprofundando

o processo de reificação na órbita do grande capital através da propagação da racionalidade hegemônica do capitalismo contemporâneo.

Essa (ir)racionalidade burguesa corrobora com a cisão entre teoria e prática no Serviço Social, haja vista que, esta encastela a alienação capitalista, tornando-se fundamental para a manutenção da ordem posta, uma vez que, o processo de alienação é fundamental para bloquear e impedir a visão “além do aparente” calcada num teor crítico analítico, contribuindo para a aparência fenomênica da realidade superficial.

Assim, a ideologia capitalista, percorre todas as esferas da vida social e, simultaneamente, determina a apreensão do movimento real da sociedade, elucidando os fatos em sua “aparência” e não em sua “essência”, priorizando uma realidade efêmera e reificada que não ultrapasse a pseudoconcreticidade. Na perspectiva de priorizar os fenômenos em sua positividade, anulando as nuances sócio-históricas que compõem e demarcam os processos sociais, impossibilitando o acesso a uma visão privilegiada, que possibilite a ruptura com os muros da aparência dos fatos e, desse modo, possa chegar à essência do movimento do real e suas múltiplas determinações a partir de uma análise concreta da realidade concreta.

A concepção de que na prática a teoria é outra sustenta fundamentos filosóficos do pragmatismo e do utilitarismo, tendo em vista que, evidencia uma percepção que a teoria possui a capacidade e a possibilidade de fornecer respostas prático-empíricas à realidade concreta, compreendendo a teoria enquanto regras, procedimentos e instrumentais que, aplicados à sociedade, resultam em respostas imediatas a ela (GUERRA, 2005).

Aqui subjaz a razão instrumental, que possui caráter regulador e imediatista, caracterizando-se como uma razão subalterna ao alcance dos interesses individuais, de tecer respostas imediatas e funcional-estrutural, respaldando-se por um leque de atividades que não se preocupa com os meios e/ou os fins, tampouco insurge questionamentos as implicações ético-políticas dos objetivos e finalidades, pois limita-se a dar respostas aligeiradas, imediatas, pragmáticas e por isso, é funcional aos ditames capitalistas e à racionalidade subjacente a eles.

Desse modo, nota-se que a teoria, em sua base elementar de criticidade, tem sido marginalizada ao longo dos anos no Serviço Social, dando assento à retomada de ações pragmáticas, simplistas e (neo) conservadoras, reafirmando os ditames capitalistas através da disseminação da separação entre teoria e prática, respaldando o trabalho profissional do/da assistente social à operacionalização de ações interventivas acríticas, robotizadas e funcionais, bloqueando a emergência de um olhar “além do aparente”, pois “sem o conhecimento dos fundamentos, a elaboração teórica nega-se a si mesma” (GUERRA, 2005, p. 4), tornando-se “presa fácil” das amarras e desdobramentos do ideário capitalista.

Conforme alega Guerra (2005), no pensamento pragmático, a prática torna-se critério de veracidade dos fatos, pois, esta passa a ser visualizada como fruto da manifestação da vida social, isto é, solo de procedimentos, atividades, experiências, modos de ser e de existir dos sujeitos sociais. Assim, insurge nesse contexto o ideário de que “só se aprende a fazer fazendo”, suprimindo a teoria ao senso comum, engrandecendo os resultados prático-empíricos que surgem da cotidianidade, considerando que a prática por si só fornece respaldos para a elaboração de ações interventivas que possam responder e sanar as necessidades imediatas da efemeridade social, visto que, a apropriação do conhecimento e saber tornam-se variáveis à sua capacidade de tecer intervenções profissionais úteis e aligeiradas, reforçando a iluminação pragmática que sustenta o fosso existente entre a unidade teórico-prática..

Além disso, outra percepção que leva ao pragmatismo é a compreensão que o florescimento do conhecimento desaponta da relação direta e imediata com o(a) sujeito(a) investigador(a) com o objeto investigado, isto é, para se ter uma leitura concreta da realidade é necessária uma relação imediata com os(as) sujeitos(as) singulares que a compõem, enaltecendo uma análise do microssocial. Essa experiência prática e imediatista com o mundo dos homens seria a força motriz para o desabrochar do conhecimento teórico, transmutando-se em modelos e procedimentos para a apreensão da realidade social, evidenciando um ranço empirista, pois,

[...] de um lado, as ações de indivíduos singulares baseadas na experiência sobre uma realidade são consideradas prática social e transformadas em modelo, de outro, subjaz uma concepção de que os dados falam por si mesmos e, neste caso, a consciência do sujeito passa a ter um papel secundário frente ao objeto que deve simplesmente ser captado tal como é (GUERRA, 2005, p.6).

Assim, pode-se elucidar que há uma série de reducionismos analíticos e equívocos de apropriação teórica nessa formulação, tendo em vista que, a mesma prioriza uma análise singular e particular do sujeito social inserido em um contexto assolado por conexões e determinações sociais, além de considerar modelos e técnicas como maneira de extrair a essência da realidade concreta, evidenciando o particular, as “partes”, e não o “todo”. De modo que, acredita-se, ser de suma relevância, que as análises conjunturais e sociais sejam realizadas através de um prisma macroscópico, possibilitando uma visão macrossocial da

totalidade social no processo de conhecimento para uma apropriação da concretude do mundo real.

A esfera cotidiana é solo fértil para a propagação da racionalidade burguesa e ações guiadas pelo pragmatismo, tendo em vista que, é no cotidiano que o trabalho profissional do Serviço Social é operacionalizado, no sentido de compreender e intervir junto às sequelas da “questão social”. É neste espaço, demarcado pela efemeridade, que o processo de reificação e alienação capitalista estão postos, contribuindo para uma apreensão e elaboração de conhecimento que tendem a superficialidade e imediatismo, consubstanciados pelo senso comum, nulo de criticidade e reflexões analíticas, sustentadas por uma razão instrumental que supera as concepções teórico-metodológicas, ético-políticas e ideológicas e, que traem os fundamentos e compromissos que delineiam o Projeto Ético Político do Serviço Social – PEPSS – oportunizando a construção de um terreno favorável a implantação de ações aligeiradas e pragmáticas.

A imediaticidade da vida social planetariamente mercantilizada é proposta como realidade – e, não por acaso, a distinção epistemológica clássica entre *aparência e essência* é desqualificada. A realidade, na complexidade ontológica dos seus vários níveis, é apreendida no efêmero, no molecular, no descontínuo, no fragmentário, que se tornam a pedra de toque da nova “sensibilidade”: o *dado*, na sua singularidade empírica, desloca a totalidade e a universalidade, suspeitas de “totalitarismo” (NETTO, 2012, p. 420, grifos do autor).

Basilarmente, o cotidiano é o lócus do trabalho profissional do Serviço Social. Nele, o/a profissional irá intervir junto à dinâmica social e as refrações da “questão social”, no sentido de mediar ações interventivas – imediatas ou críticas - junto à realidade. Nesta cotidianidade se plasma a alienação e reificação próprias da dinâmica capitalista, obscurecendo as categorias histórico-sistemáticas e ontológicas intrínsecas à vida cotidiana.

Nessa ótica, pode-se afirmar que a vida cotidiana é inesgotável e insuprimível, pois toda e qualquer sociabilidade humana se desenvolverá sob o terreno da cotidianidade. No entanto, cabe frisar que mesmo que a vida cotidiana seja um elemento factual na sociedade, esta pode possuir nuances de acordo com o modo de sociabilidade instalada na contemporaneidade, isto é, a estrutura da vida cotidiana é inscrita por meio das dinâmicas, paradigmas e regras determinadas pelos sujeitos sociais de uma dada conjuntura social (NETTO, 2012).

O cotidiano, nessa relação, não é “amputado” do movimento sócio-histórico, mas, é determinado pelas transformações societárias e os “modos de ser” dos indivíduos, pois, a vida cotidiana “não se desloca do histórico – antes, é um dos seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais” (NETTO, 2012, p.67). Ademais, o cotidiano, apesar de ser afeto à alienação e ao processo de coisificação, haja vista a disseminada racionalidade capitalista, constitui um terreno que possibilita a instauração de ações contra-hegemônicas e emancipatórias, na perspectiva de oportunizar a eclosão de um solo fértil para a efervescência de lutas sociais que venham a demarcar a vida cotidiana.

Tais fundamentos são componentes ontológico-estruturais da cotidianidade e, reafirmam o movimento complexo e indelével da vida cotidiana, pois ela é “o alfa e o ômega da existência de todo e cada indivíduo” (NETTO, 2012, p.68). Esse caráter insuprimível da vida cotidiana põe e repõe aos indivíduos padrões e formas de comportamentos, conforme os ditames da sociabilidade posta, evidenciando modos de ser e de existir do ser social, cristalizando a racionalidade capitalista que restitui o processo de alienação do indivíduo, culminando na eclosão de pensamentos, formulação de conhecimentos e ações que concorrem a um pragmatismo, sincretismo e materialismo espontâneo, requisitando ações guiadas por um prisma imediatista, superficial, prático e útil à objetividade da vida cotidiana e, veementemente, aos ditames capitalistas na requisição de manutenção do status burguês.

Não casualmente, a vida cotidiana determinada pelo modo de ser do capitalismo contemporâneo, implica na reificação do processo das relações sociais, decorrendo em derivações empobrecedoras de conceber e apreender a concretude do real, de modo a cristalizar ações interventivas baseadas num pragmatismo, positivismo, irracionalismo, reducionismos analíticos que camuflam a essência dos “fenômenos” que perquirem a realidade em tela. Isso ocorre devido à própria dinâmica do capitalismo tardio que percorre todos os âmbitos da manifestação da vida social e, concomitantemente, determina a vida cotidiana dos sujeitos sociais.

Na era do monopólio, Netto (2012, p.85) assevera que:

[...] a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e penetra todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que permeia a totalidade da existência dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os



poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora a indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação de imaginários, a gratuidade do ócio etc.) convertem-se em limbos programáveis.

O modo de produção capitalista junto ao ideário neoliberal e seus múltiplos desdobramentos palmilham e arquetam toda a sociabilidade humana, demarcando a totalidade da vida social através do controle sobre os ritmos, comportamentos e regras, dinamizando o seu poderio sobre todas as micro organizações intrínsecas à sociedade macroscópica.

Conclama-se respostas e ações funcionais e imediatas à dinâmica cotidiana, circunscrevendo a produção e (re) produção das relações sociais e, simultaneamente, perquire o *modus operandi* do trabalho profissional do Serviço Social, pois, concorre-se a mediações profissionais, meramente, pragmáticas e robotizadas, que edificam a ótica capitalista na gestão do trabalho e controle social considerando à subordinação do trabalhador às atividades produtivas e improdutivas, intelectuais ou braçais, regulando não só as relações de produção nas formas de trabalho, mas, para além disso, há um domínio macroscópico da sociedade sob o comando do grande capital.

O pensamento cotidiano anula a transcendência da “aparência” da realidade superficial, reafirmando um ranço conservador que se respalda em concepções pragmáticas e instrumentais, que tendem a um materialismo espontâneo, codificando representações e ações profissionais que são incapazes de realizar uma análise concreta da mundaneidade social, posto que, visualizam e apreendem a realidade social em sua efemeridade, mascarando as reais determinações e conexões que entrelaçam a sociedade e assolam a vida dos indivíduos.

Na vida cotidiana, é enaltecido o saber prático, isto é, as respostas prático-empíricas são substanciais à alienação posta a vida cotidiana e que reafirma a racionalidade burguesa, bem como corrobora, de forma direta e significativa, para a construção de mediações profissionais míopes, tonificando o pensamento que sustenta uma cisão entre teoria e prática no trabalho profissional do Serviço Social, revigorando a compreensão de que “na prática a teoria é outra”.

Assim, há que se destacar uma retomada a posições positivistas e neopositivistas, que engrandecem resultados empíricos e funcionais às necessidades da realidade social, objetivando a imediaticidade, superficialidade e heterogeneidade que demarcam a vida cotidiana e que, implicam no não desvelamento da sociedade concreta e no revigoreamento de

posturas formalistas que são incapazes que quebrar as barreiras da pseudoconcreticidade, pois, prima pela lógica imediata e acrítica que reconstrói respostas prático-empíricas úteis à realidade concreta (NETTO, 2012).

Pois, como enfatiza Lara (2008, p.186):

[...] a ciência positivista do capital se contentou, em sua maioria, em conhecer o universo singular de um determinado fenômeno empírico, sem preocupações de questionar as contradições históricas que o engendram.

Desse modo, tais concepções degradam a apreensão verídica e factual da realidade concreta, tendo em vista que, as mesmas engrandecem a vida cotidiana em seus pormenores e, por esse motivo, concorre ao superficial, efêmero e imediato da sociedade “aparente”, culminando em reducionismos analíticos e/ou generalizações analíticas por meio da diluição das determinações estruturais, sócio-históricas, econômicas e ontológicas da vida social. De modo que, as reduz a um caldo cultural que minimiza ou fragmenta a significação de seus conteúdos ou ocorre uma eventual manipulação na apreensão do real, ocasionando a supressão das reais interjeições que deliberam a concretude do mundo real, reafirmando o pragmatismo nas ações interventivas e no modo de visualizar a realidade concreta na operacionalização do trabalho profissional de Serviço Social.

Para tanto, outra vertente que colabora, fundamentalmente, para o fortalecimento da lógica de que “na prática a teoria é outra”, baseia-se na ciência burguesa, uma vez que, esta é delineada pelos ditames capitalistas e, concomitantemente, preocupa-se em formular teses, concepções, posicionamentos e conhecimentos teóricos, políticos e ideológicos que sejam favoráveis a manutenção do status quo da ordem burguesa, suscitando a construção de uma ciência pragmática que assevera *limbos programáticos* sob o comando do capital. De modo que, a ciência passa a ser uma ferramenta poderosa de controle do capital sob a sociedade e de disseminação do processo de reificação, pois “o conhecimento tende a se tornar uma mercadoria possuidora de valor-de-troca” (LARA, 2008, p.184).

A concepção burguesa de ciência não ultrapassa os limites da vida cotidiana, ou seja, não sobrepuja a pseudoconcreticidade, evidenciando uma maneira superficial de fazer ciência que nega as nuances sócio-históricas, consubstanciando-se por uma razão instrumental irracional que evita analisar e compreender a reprodução ideal da manifestação do real, fazendo emergir um saber científico pragmático, sustentado por ações e análises superficiais e

aligeiradas, dominado pelas relações sociais de produção, das quais se reproduzem no seio da profissão de Serviço Social (LARA, 2008).

Aqui está presente a racionalidade do capital, pois, a produção de conhecimento tem o objetivo primordial, no âmbito das ciências sociais e humanas, a investigação da sociabilidade humana, no sentido de romper a aparência dos fatos que perquirem a realidade social e, permita a apreensão da essencialidade da concretude do real. Todavia, pelas manobras do grande capital na sociedade, eis que surge a ciência burguesa enquanto um mecanismo de dominação do capital sobre as relações sociais. Nesse novo complexo científico, a teoria é chancelada a capacidade e possibilidade de construção de respostas práticas, imediatas e funcionais à lógica capitalista. Nesse sentido, tem-se uma produção de conhecimento que centraliza suas “investigações” superficiais a diagnósticos da vida social, anulando qualquer questionamento acerca do sistema vigente, tampouco, lança sugestões de supressão e derrocada do status quo atual. Assim,

As ciências sociais como cafetãs do capital negam as críticas dirigidas ao desenvolvimento social e impõem a perspectiva da neutralidade ideológica. Com isso, seu papel se resume a um aparato ideológico apologético do modo de existir do mundo do capital (LARA, 2008, 192).

Por esse ângulo, pode-se identificar a existência de uma ciência que está a serviço dos ditames capitalistas e elabora seus conhecimentos teóricos ao *bel-prazer* dos interesses da ordem capitalista, porém, nega o conhecimento crítico que põe em xeque a sociabilidade sustentada pelo ideário capitalista, alegando-a enquanto não científica e de caráter ideológico, denotando uma ciência extremamente parcial aos interesses capitalistas no mundo dos homens e que suprime as indagações e questionamentos que ponham em risco a vigência da ordem burguesa.

Com isso, a ciência pragmática restaura o pragmatismo por meio de ações interventivas que não rompem os muros da pseudoconcreticidade e, assim, são coniventes com a manutenção do status quo burguês e com a operacionalização de ações profissionais reformuladas pelo espontaneísmo, imediatismo e utilitarismo, caracterizando uma produção científica do capital. Há uma sistematização do saber de forma fragmentada, sustentado por ideologias conservadoras, centrando-se em concepções pragmáticas, com o intuito de potencializar o desenvolvimento do modo de produção capitalista, na perspectiva de focar

na “aparência” da realidade social objetivando obscurecer as reais conexões que estampam a mundaneidade social e determinam as multifacetadas expressões da “questão social”.

Desse modo, a ciência pragmática instalada pela lógica capitalista suprime a análise das bases objetivas da sociedade, não considera as alterações sócio-históricas, econômicas, políticas, culturais e sociais que determinam a realidade social, mediando-se ao sistema orgânico do capital que busca escamotear a essência do mundo real, como forma de transformar os sujeitos sociais em robôs (acríticos) nutridos, cotidianamente, pela alienação mediada pela racionalidade capitalista, engendrando formulações prático-empíricas à sociedade concreta, objetivando sepultar as raízes que fazem florescer as sequelas da “questão social”.

Nessa perspectiva, em decorrência do ideário capitalista que perquire todas as esferas da vida em sociedade, desaponta a ideologia pós-moderna como resultado desse emaranhado de delineamentos neoliberais e capitalistas, possuindo a função de justificar as metamorfoses societárias ocasionadas devido à dinâmica estrutural do capitalismo sobre a vida da humanidade social.

Contudo, a insegurança, a fragmentação da vida social e a instabilidade passam a ser visualizadas “como componentes ontológicos constitutivos de uma etapa histórica intransponível: a ‘era pós-moderna’” (BARROCO, 2011, p.206). Pois, a ideologia pós moderna repudia os projetos emancipatórios, as concepções éticas, teórica-metodológicas, crítico-analíticas, valores universais, consciência de classe, visão macroscópica da totalidade social e ideia de progresso histórico, fomentando a vivência fragmentada da vida que suscita a eclosão de respostas imediatas à vida cotidiana, decorrendo em ações pragmáticas.

Na trama da sociedade complexa e contraditória, fundamentam-se as relações sociais determinadas pelo ethos burguês, fortalecendo a posição desigual entre as classes sociais, negando valores e projetos sociais emancipatórios, enaltecendo a propriedade privada dos meios de produção, culminando no florescimento de um modo de ser e de existir substancializado pela dominação capitalista. Esses novos valores fundados no ethos burguês inauguram novos contornos de acordo com o desenvolvimento da ordem monopólica, implicando na emersão de ações individualistas, burocratizadoras e pragmáticas. Nesse contexto, demarcado por contraditoriedade complexidade, que o (neo) conservadorismo deita raízes sustentando-se em atitudes autoritárias, irracionalistas, hierarquizadas e discriminatórias (BARROCO, 2011).

Ademais, um ameaça contemporânea na apreensão da unidade teórico-prática na operacionalização do trabalho profissional de Serviço Social, vincula-se a uma formação

profissional desqualificada e empobrecedora, oferecida pelos cursos à distância, pois, em decorrência do contexto demarcado pela agenda neoliberal que fortalecem a esfera privada e seus desdobramentos deletérios que assolam as unidades públicas de educação superior, incitando a abertura de várias instituições da iniciativa privada (IES). Posteriormente, ocorre a explosão das unidades de ensino à distância (EAD's), provocando um rebaixamento na qualidade de ensino.

Os cursos à distância e os de modalidade privada têm crescido, consideravelmente, em decorrência da lógica mercadológica capitalista de acumulação de lucratividade. Entretanto, tais cursos não oferecem as diretrizes de pesquisa e extensão que são essenciais na construção de um “olhar crítico e macroscópico” do/da profissional no sentido de apreender, concretamente, a realidade posta em suas múltiplas determinações. As condições de trabalho são extremamente precarizadas e se traduzem na ausência de ensino e extensão, numerosas turmas, estágios que não dispõem de supervisão acadêmica e de campo para subsidiar a inserção do discente, comprometendo a formação profissional dos mesmos e, por vezes, limitando o desenvolvimento do trabalho profissional dos/das docentes.

A expansão de tais modalidades de curso despontam da valorização do capital, com vistas a assegurar a acumulação e concentração de taxas de lucros para o grande capital através de investimentos produtivos e valorização da esfera privada, constituindo uma possibilidade de acesso ao fundo público e ao crédito. Nesse sentido, “trata-se da introdução de tecnologia capital intensiva para o treinamento em grande escala e baixo custo” (CFESS, 2015, p.15) oportunizando uma ascensão na acumulação capitalista em um tempo reduzido.

Esse tipo de formação profissional caminha lado a lado com os interesses e prerrogativas do Estado classista e neoliberal, haja vista que favorece a construção de um(a) agente profissional que lida, diretamente, com a gestão – e controle – dos pobres e das políticas sociais. Requisita-se, de acordo com os interesses burgueses, a eclosão de um perfil profissional “à imagem se semelhança” da política social paliativa, precarizada e focalizada pela lógica neoliberal, impedindo a erradicação da pobreza, pois, a forma de gestão da pobreza e das políticas sociais – mesmo que minimizadas – oferece um controle social à esfera estatal (CFESS, 2015).

Assim, não há uma incorporação e interação com as diretrizes curriculares, as fundamentações crítico-analíticas, teórico-metodológicas e ético-políticas, que possibilitam um olhar “além do aparente”, oportunizando a ruptura com a forma fenomenológica com que se apresenta a vida cotidiana, evidenciando as demandas e necessidades advindas da coletividade social.

[...] Daí que é desnecessário o tripé ensino, pesquisa e extensão: nossa matéria vida, tão fina, é tratada com a velha indiferença do mercado. A resposta vem na forma de conteúdos fragmentados, parciais e medíocres. Nada de livros, mas apostilas! Nada de discussão e riqueza em sala de aula, mas a relação individual e virtual com um tutor e que orienta muitos alunos, ou seja, é super explorado. Empobrecimento e mediocridade em quantidade, com a ilusão de que está se promovendo e democratizando o acesso ao ensino superior [...] (CFESS, 2015, p.17).

Essa inépcia no processo formativo compromete a formação em Serviço Social e ameaça o PEPSS, uma vez que, degrada a formação acadêmica e profissional do/da assistente social e contribui, de forma direta, na apreensão da realidade concreta e construção de ações interventivas coerente com a conjuntura social. Desse modo, a desqualificação na formação universitária minimiza a compreensão da teoria crítica e a mediação necessária entre as concepções teórico-metodológicas, apropriação ético-política e técnico-operativo, favorecendo a construção de um terreno fértil para a afloração de ações calcadas num pragmatismo e conservadorismo, que caminham lado a lado com o que há de mais estratificado nos pressupostos da profissão de Serviço Social, visto que, não proporcionam uma formação crítica e tendem a desempenhar uma compreensão superficial da sociedade burguesa e da órbita capitalista que determinam todo o contexto social.

Essa direção de formação profissional ruge a retomada do conservadorismo na apropriação teórico-metodológica do Serviço Social, construindo um “saber” comprometido com o projeto social das classes dominantes, buscando a manutenção da ordem vigente e o apaziguamento de classes sociais através da naturalização das refrações da “questão social” como produto da relação antagônica entre capital e trabalho, realizando uma leitura perfunctória da realidade concreta, encastelando a “aparência” na perspectiva de obnubilar a essencialidade das determinações que circunscrevem o “mundo dos homens”. Partindo desse pressuposto,

O conservador reage aos princípios universalizantes e abstratos do pensamento dedutivo: seu pensamento tende a aderir aos contornos imediatos da situação com que se defronta, valorizando os detalhes, os dados qualitativos, os casos particulares, em detrimento da apreensão da estrutura da sociedade. A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar(IAMAMOTO, 2011, p.24).

Nessa ótica superficial de visualizar e apreender a realidade social em decorrência do traço conservador inerente à profissão institui-se uma contradição entre teoria e prática, tendo em vista que, tem-se uma apreensão das sequelas da “questão social” como partes isoladas, anulando as terminações conjunturais demarcadas pela agenda capitalista que determinam à realidade social. Assim, as expressões da “questão social”, postas a sociedade, são encaradas como problemas isolados e individuais, ocasionados pelos próprios sujeitos sociais, suprimindo a dinâmica capitalista da análise, culminando na culpabilização do(a) sujeito(a) reafirmando uma ação profissional conservadora, acrítica e funcional (CHAGAS, 2016).

Coerente com essas premissas conservadoras, o/a profissional de Serviço Social compreende as multifacetadas expressões da “questão social” e a ordem burguesa de maneira equivocada e empobrecedora, o que interfere diretamente na elaboração de suas mediações profissionais na operacionalização do seu trabalho profissional. Com isso, a intervenção profissional do/da assistente social torna-se, essencialmente, tecnicista e burocratizante, fundamentando-se numa utilidade técnico-operativa “que almeja um ajustamento social dos indivíduos, negando a necessidade da formação teórica para a intervenção profissional” (CHAGAS, 2016, p.51).

Tal posicionamento - teórico e prático - refuta uma tendência pragmática no trabalho profissional do Serviço Social, suprimindo as reflexões crítico-analíticas e negando as ciências sociais que ancoram a produção de conhecimento crítico para uma leitura verídica da sociedade concreta. Aqui, a teoria é chancelada à sua utilidade prática, reclamando resultados empíricos para responder à imediatividade do cotidiano profissional, analisando a realidade através da sua superficialidade, engrandecendo a razão instrumental imediatista e pragmática.

Substancialmente, é necessário inaugurar um perfil profissional teórico, ideológico e político que fluidifique as ações baseadas no pragmatismo e, que reiteram a (pseudo) cisão entre teoria e prática no trabalho profissional do Serviço Social. Assim, compreende-se que o/a assistente social que busque romper com as amarras capitalistas que disseminam a alienação e, concomitantemente, o pragmatismo profissional, centralize o seu trabalho profissional num teor crítico analítico, estreitando os laços com a teoria social crítica de Marx, compreendendo que esta possibilita um olhar “além do aparente”, possibilitando a superação da imagem aparente com que se mostra o cotidiano profissional.

Pois, em sua crítica à sociedade burguesa, Marx constrói um método crítico dialético que frutifica da realidade concreta e, assim, objetiva analisar o movimento real da sociedade

por meio de um processo investigativo, buscando compreender os modos de “ser” e de “existir” dos homens partindo da essência ontológica dos sujeitos sociais e das múltiplas determinações que campeiam a realidade concreta, encastelando um caminho de ida e volta que, segundo Marx,

[...] refere-se ao processo de abstração desse concreto, ou seja, parte-se da aparência, do imediato, da busca de suas conexões, de suas determinações, postos pela prática. Já o caminho de volta é o momento em que, pela compreensão do concreto em sua universalidade, volta-se para ele, mas não mais como um concreto apropriado apenas na sua aparência. Ele se tornou um concreto pensado, o sujeito o vê em suas conexões, contradições, em sua totalidade. Nesse sentido, aparência e essência se encontram. Como já elucidado, essa é a maneira de o pensamento se apropriar do concreto, mas não o processo de gênese do próprio concreto. Esse processo não é acabado, mas um processo de aproximação sucessiva do real, uma vez que não esgotam as determinações encontradas no concreto. Nesse processo posto pela prática, na medida em que o concreto é resultado das várias práticas humanas e apreendido teoricamente pelo pensamento, teoria e prática se encontram (SANTOS, 2013, p.20-21).

Ao recorrermos à ótica marxiana, verifica-se que, para compreender as formas de existência do ser social de modo ontológico, necessita-se analisar a totalidade da vida social, compreendo o homem em suas relações sociais inserido numa complexa e contraditória sociedade delineada por correlações de forças antagônicas, isto é, torna-se fundamental fazer o caminho inverso no sentido de que o indivíduo precisa abstrair a realidade concreta em seu campo de abstrações e analisá-la para que, posteriormente, a realidade torne à sociedade como forma de concreto pensado, questionado e compreendido pelo ser social, pensante e crítico. Essa dinâmica de interpretar a realidade através da extração de determinantes da própria realidade social suprime o empirismo pragmático, tecendo rupturas com concepções e visões aparente do mundo dos homens, pois, “Marx procura apreender o procedimento histórico da humanidade para entender a processualidade social na sua concretude” (LARA, 2008, p.208).

Para tanto, para romper as barreiras da pseudoconcreticidade, sugere-se que o/a profissional de Serviço Social debruce suas análises às múltiplas determinações e intrincadas conexões que demarcam a contemporaneidade e perquirem a vida cotidiana, na perspectiva de ultrapassar a face aparente da realidade concreta reiterada pela alienação do cotidiano reificador, buscando a essência da concretude dos fatos através de um olhar macroscópico, crítico e analítico possibilitado pela apreensão da teoria que suscita a construção de reflexões



para o desnudamento da aparência fenomênica da realidade, bem como, fornece respaldos teóricos, éticos e políticos para a construção de intervenções profissionais férteis à mundaneidade.

A base econômica traçada pelo sistema capitalista determina o processo de relações sociais na cena contemporânea e percorre por todos os âmbitos da esfera social, culminando na emersão de produções de conhecimento que firmam um compromisso com o pólo do capital, ao exemplo da ciência burguesa. Neste sentido, a racionalidade capitalista corrobora, significativamente, para a implantação do pragmatismo, irracionalismo e imediatismo nas intervenções profissionais dos/das assistentes sociais, na perspectiva de bloquear uma visão verídica e factual da realidade concreta, evitando transtorno à manutenção da ordem vigente. Pois, não é interessante ao grande capital incitar a criticidade e uma racionalidade reflexiva aos sujeitos sociais, pois isso implicaria a supressão do modo de produção capitalista por meio da emancipação política e humana da sociedade civil.

Pensar em uma sociedade livre, igualitária e, concomitantemente, crítica, questionadora das nuances sócio-históricas que transitam a contemporaneidade, vincula-se ao pensamento de uma sociedade livre dos desdobramentos neoliberais, compreendendo que enquanto houver o domínio monopólico da ordem capitalista, os sujeitos sociais serão, em todas as esferas da manifestação da vida social, presos as amarras do ideário neoliberal e capitalista, servindo, direta ou indiretamente, aos ditames do grande capital. Isso ocorre com a profissão de Serviço Social, ao retornar às expressões conservadoras e pragmáticas no seu cotidiano profissional que camuflam a realidade concreta e manipulam as determinações que assolam a vida dos indivíduos, impossibilitando a compreensão das reais raízes das seqüelas da questão social que percorrem a sociedade.

Por esse motivo, urge no tempo a primordialidade de desmistificar a racionalidade burguesa posta ao cotidiano, na perspectiva de ir além da aparência dos fatos postos á mundaneidade social. Necessita-se de um olhar macrossocial preocupado em investigar a totalidade da vida social e suas intrincadas conexões. Objetiva-se anular as apreensões equivocadas acerca da sociedade social, a compreensão de “aplicabilidade” da teoria na prática social, a requisição de resultados prático-empíricos, culminando numa maneira empobrecedora de conceber a profissão de Serviço Social e de analisar a sociedade concreta frente às refrações da questão social.

Conclama-se a iluminação teórica no trabalho profissional do/da assistente social, considerando que a teoria possibilita uma interpretação real do movimento da sociedade concreta, transcendendo a “aparência” em detrimento da “essência”.

Dado o exposto, conforme afirma Netto (2011, p.22)

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz o plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

Verifica-se que, nos liames da ordem burguesa, é necessário estabelecer uma relação estreita com a ética e teoria marxista, uma vez que, esta firma um compromisso com a supressão da dinâmica burguesa, pois, interferem na instauração dos processos sociais e nos modos de ser dos sujeitos sociais. Assim, é indispensável à crítica a ordem burguesa estabelecida que corrobora com o individualismo ético, o pragmatismo e o irracionalismo (BARROCO, 2010).

Substancialmente, uma ética profissional consubstanciada pelo pensamento marxiano pressupõe uma orientação crítica e reflexiva sobre a manifestação da vida social, buscando a emancipação humana e política da sociedade, por meio do levantamento de questionamentos críticos acerca das concepções simplificadas que rondam o cotidiano profissional do Serviço Social. Todavia, reconhece-se a dificuldade de pensar e agir criticamente numa sociedade delineada pelo ethos burguês, que condiciona todas as lacunas sociais a favor da racionalidade capitalista. Porém, seríamos fatalistas se pesarmos alcançar uma sociedade livre das presas capitalistas para que, só então, pudéssemos pensar de modo eticamente crítico, assim, sugere-se, considerando o compromisso profissional, ético e social, que os/as agentes profissionais posicionem-se frente à ordem instalada de forma crítica, opondo-se a barbárie vivenciada nos limbos capitalistas.

Tal posicionamento que se opõe ao sistema capitalista expressa-se na inserção dos indivíduos em partidos políticos, organizações da classe trabalhadora, movimentos sociais reivindicatórios na busca e defesa intransigente dos direitos sociais, civis e políticos, travando uma luta acirrada contra os ditames das classes dominantes. Ademais, a postura ética profissional voltada para uma fundamentação crítica e valorativa presume uma atitude

investigativa na perspectiva de desnudar os fios invisíveis que atravessam o "aparente", objetivando romper os obstáculos da pseudoconcreticidade na perspectiva de "tocar" a essência da realidade concreta (BARROCO, 2010).

Pois, a reflexão ética tem o pilar de sustentação na apreensão da totalidade da vida, no intuito de compreender as transformações societárias por meio de uma crítica à realidade social, desvendando

[...] as formas de ser ético-morais, os modos fetichizados da moral e da ética, rompendo com visões preconceituosas, mecanicistas, unilaterais, ampliando as possibilidades de enriquecimento das exigências éticas (BARROCO, 2010, p.216).

Nesse seguimento, para a superação do pragmatismo, utilitarismo e neoconservadorismo - ambos postos pela racionalidade hegemônica burguesa - compreende-se ser de suma relevância a capacidade de objetivação e adesão aos valores sociais mediados pelas ações ético-morais, considerando que esses pressupostos somente serão concretizados na luta social crivada pelos interesses contraditórios de projetos sociais antagônicos.

O corolário da sociedade burguesa impede a emancipação humana, haja vista que, esta só é possível através da derrocada do modo de produção capitalista, dando assento a um novo sistema que seja igualitário e justo, pois, a emancipação humana conjectura a supressão da exploração e dominação do homem pelo homem. Desse ponto de vista, demanda-se uma emancipação política da sociedade civil, bradando dos sujeitos sociais força para lutar pelas necessidades e interesses da classe trabalhadora, reconhecendo-se enquanto sujeito participe daquele contexto, isto é, objetivando a sua consciência de classe em si para consciência de classe para si, firmando um compromisso na busca pela efetivação dos direitos e necessidades de uma determinada classe social, pautando-se numa dimensão coletiva que prima pelos interesses coletivos e não individuais.

Por conseguinte, observando que a ética é uma maneira de ser prático-social que pressupõe a participação crítica, pensante, consciente e racional do(a) sujeito(a) social, pois o(a) mesmo detém uma liberdade e autonomia limitada para a tomada de decisões, deliberações e ações que considera importante, isto é, o homem é responsável pelas atitudes que executa, haja vista que, as mesmas são analisadas e refletivas conscientemente e previamente. Assim, Barroco (2010) aponta que tanto a ética como a política podem se dirigir

de modo contrário ou favorável à manutenção burguesa, uma vez que, estas se concretizam na realidade social demarcada pela contraditoriedade entre as classes sociais por meio de ações práticas canalizadas à luta social.

Pois, como bem mostra Barroco (2010, p.219):

Se não entendermos que seja possível a coexistência de movimentos de oposição e de crítica, adotaremos uma atitude unilateral, antidialética, a - histórica e idealista, e, com isso, negamos o próprio método de Marx e a realidade histórica que nos mostra o posto. Existem objetivamente projetos humanos, movimentos históricos, homens e mulheres, sujeitos sociais que pensam e agem ética e politicamente de forma contra-hegemônica, não permitindo que o ideal emancipatório perca sua atualidade em face da barbárie existente, buscando construir formas de superação dessa racionalidade.

Basilarmente, a tomada de consciência de classe é insuprimível para a inauguração de uma revolução socialista guiada por um ethos revolucionário, partindo desse princípio torna-se elementar que os sujeitos sociais, englobando a categoria profissional de Serviço Social, exerçam o seu papel político e ético na cena contemporânea determinada pela ordem burguesa, no sentido de organizar-se politicamente contra os padrões e delineamentos capitalistas, constituindo uma vanguarda profissional revolucionária, que urde na busca por um novo amanhã. A objetivação da consciência de classe inaugura um processo de formação de uma nova moral que se baseia em engendrar críticas ao sistema capitalista por meio da luta político-ideológica da classe proletária.

A guisa de conclusão, constata-se que é rudimentar para a anulação do pragmatismo, imediatismo, irracionalismo, positivismo e neoconservadorismo que caracterizam-se por tendências equivocadas de respaldar o trabalho profissional de Serviço Social, tendo em vista que, refutam a concepção de que “na prática a teoria é outra”. Partindo dessa análise, demanda-se um(a) profissional de Serviço Social crítico(a), reflexivo(a) e pensante, proporcionando que o mesmo ultrapasse a forma fenomênica da realidade concreta e compreenda as múltiplas e intrincadas refrações da “questão social” que determinam a humanidade social, incitando a edificação de ações interventivas fecundas e comprometidas com a viabilização dos direitos sociais da classe trabalhadora. Assim, importa frisar que,

Para a formação desse perfil profissional, as Diretrizes elegem como princípios da formação, entre outros: a) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais os profissionais se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; b) adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; c) Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; d) Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; e) Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (CHAGAS, 2016, p.53).

Para tanto, requer que os/as assistentes sociais orientem-se pelo pensamento crítico, racional, baseando-se em valores universais e emancipatórios, reconhecendo o seu poder político organizativo enquanto ser partícipe de uma determinada classe social, buscando estabelecer reflexões analíticas que manifestem críticas à sociedade burguesa, ratificando um posicionamento ético e político compromissado com as particularidades e objetivos estampados no projeto profissional, nas Diretrizes Curriculares de 1996 e no Código de Ética da profissão de Serviço Social.

Busca-se a instauração de novas formas de trabalho profissional ancoradas numa práxis emancipatória, criticamente consciente e coletiva, com vistas a reconhecer o homem enquanto ser ontológico demarcado por determinações exteriores a ele. Assim, é necessária a apreensão da totalidade da vida social e as intrincadas conexões que a permeiam, objetivando compreender o mundo real “para além do singular e a percepção da luta de classes” (LACERDA, 2014, p. 43).

Ademais, é imprescindível estabelecer uma mediação entre concepções teórico-metodológicas, éticas-políticas, técnico-operativo, ideológicas e críticas-analíticas, na perspectiva de transgredir a imediatividade do cotidiano, objetivando analisar a sociedade de modo concreto, considerando às determinações sócio-históricas e as condições de vida dos sujeitos sociais, analisando a totalidade da vida social e o ser social – ontológico. Assim, compreende-se ser fundamental a iluminação da unidade teórico-prática no trabalho profissional dos/das assistentes sociais, haja vista que a teoria oportuniza a reflexão crítica acerca da “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (NETTO, 2011, p.21) possibilitando uma apreensão não efêmera, mas, genuína e concreta da realidade social, compreendendo a estrutura e dinâmica da sociedade em sua essência.

Desse modo, a atitude investigativa torna-se substancial para o desvelamento do cotidiano profissional, tendo em vista que oportuniza um posicionamento profissional crítico e reflexivo, baseados pela intencionalidade e planejamento, proporcionando “sentidos” às ações operacionalizadas. Tais ações rasgam o véu da pseudoconcreticidade, desmistificando as penumbras das injustiças sociais e das intervenções nutridas pelo imediatismo.

De acordo com Fraga (2010), exige-se um aprendizado da interdisciplinaridade possibilitando um trabalho profissional edificado pelos esforços pautados numa dimensão coletiva, com vistas às necessidades da população usuária. Com isso, os/as assistentes sociais podem despir-se de preconceitos para a realização de uma análise da sociedade nula de prévias determinações, de modo a apreender a realidade social através de visões e intervenções críticas, conscientes e coletivas, desvencilhando de posturas pragmáticas que camuflam a essência da realidade posta.

Observa-se a relevância desse(a) profissional condensar em seu trabalho profissional, - consubstanciado por complexos sociais - as fundamentações teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa, objetivando desnudar os fios intransparentes que perquirem a realidade social, analisando e intervindo nas refrações da “questão social”.

Desse modo, sugere-se que os/as assistentes sociais consubstanciem o seu trabalho profissional nos valores éticos e nos princípios políticos estampados no projeto profissional (PEPSS) do Serviço Social, delineando-se pelos seguintes princípios norteadores: a liberdade como valor ético central; a democracia; a equidade e a justiça social; o pluralismo e a não discriminação. Pois, mesmo inseridos nos limites capitalistas que impõem tantos outros limites e obstáculos ao trabalho profissional do Serviço Social, há que se ancorar nos princípios éticos e nas ações políticas contra hegemônicas, na pretensão de derrocar a engenharia capitalista, objetivando a eclosão de uma nova ordem social que “não tenha uma orientação de valor forjada no hoje” (BARROCO, 2010, p.231).

## REFERENCIAS

ANDERSON, Pierry. **Considerações sobre o marxismo ocidental:** nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Barbárie e neoconservadorismo:** os desafios do projeto ético político. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.106, p.205-218, 2011.

\_\_\_\_\_. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, n 124, p. 623-636, 2015.

\_\_\_\_\_. **Ética: fundamentos sócio-históricos.** 3º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004.** Brasília, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)> Acesso em: 20 de outubro de 2016.

CFESS-CRESS, ABEPSS, ENESSO (Org). Sobre a incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social. Brasília: CFESS, v.1, 2015. Disponível em:<<http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume12015-Site.pdf>> Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. **Ensino a distância e Serviço Social:** desqualificação profissional e ameaças contemporâneas. Textos & Contextos, Porto Alegre, n.1, p.43-58, 2016.

ESCORSIM, Maria Silvana. **A filantropia no Brasil:** entre a caridade e a política de assistência social. Revista Espaço Acadêmico, nº 86, julho de 2008.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n.101, p.40-64, 2010.

FRANÇA, Reginaldo Pereira J., **Os elementos do Projeto Ético Político Profissional e seu debate.** 2012. 186 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. “Na prática a teoria é outra? ” In: FORTI Valeria; GUERRA, Yolanda (Orgs). **Serviço Social: temas, textos e contextos:** coletânea nova de serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 03-20, 2010.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Política social e cultura política. **Revista de Políticas Públicas**. Maranhão, v.6, n.1, 2002. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3727>> Acesso em: 24 de março de 2017.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n.esp., p. 39-49, 2013.

\_\_\_\_\_. **No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”**In SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, II, Unioeste, Cascavel (PR), 2005. Disponível em: <. [http://cac-  
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico\\_social/mss20.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/mss20.pdf)>. Acesso em: 20 dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 62, São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 39. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 23ª. ed. São Paulo. Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Censo Demográfico 2013 – **Dados gerais do município de Pombal**. Resultados da amostra. IBGE, 2013. Disponível em:<<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=&codmun=251210&search=paraibal|pombal|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>> Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

JUSTINO, Aline Aparecida. **A influência do pensamento marxiano-lukacsiano na instrumentalidade do Serviço Social**. 2012. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104196/TCC\\_Vers%C3%A3o\\_Final\\_CD.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104196/TCC_Vers%C3%A3o_Final_CD.pdf?sequence=1)> Acesso em: 24 de março de 2017.



LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 281 f. Tese (Doutorado em Serviço Social: Trabalho e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

LACERDA, Lelica Elis Pereira de. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 117, p.22-44, 2014.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, György (1885 - 1971). **Para uma ontologia do ser social**. Trad. Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARINS, Maikon Martins; BERBEL, Marco Antônio Facione. Senso comum e Serviço Social. In: **Saberes Unicampo**, Campo Mourão, v.1, n.2, 2015. Disponível em: <http://revistas.faculdadeunicampo.edu.br/index.php/Saberesunicampo/article/view/369>> Acesso em 24 de abril de 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 -1846)**. Trad. Sobre a direção de Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano CaviniMartorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado Entre Filantropia e a Assistência Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_; MARANHÃO, Cezar H., SITCOVSKY, Marcelo. As Tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTEIRO, Simone Rocha Pires. **O Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS: para avançar na consolidação da política de assistência social na perspectiva do direito**. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. Classe Social, consciência de classe e lutas de classes. In: **Estado, Classe e Movimento Social**, 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. In: Lutas sociais, São Paulo, n.8, 2002. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912/14067>> Acesso em: 22 de abril de 2017.

MORAES, Josiane; MARTINELLI, Maria Lúcia. A importância categoria mediação para o Serviço Social. In: **XX Seminário Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social**, São Paulo, 2017. Disponível em:

<<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Y6O09Vi7X17oOE584R0e.pdf>> Acesso em: 16 de março de 2017.

MDS. **Caderno de Orientações: articulação necessária na proteção social básica**. Brasília, 2016.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Orgs). **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 10°. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p.65-89.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1° Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Crise do capital e conseqüências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.111 p.413-429, 2012.

OLIVEIRA, Ingredi Palmieri; NASCIMENTO, Ana Paula Leite; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva Moreira. **O método em Marx: aproximações ao debate**. Disponível em:<[http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt9/o\\_metodo.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt9/o_metodo.pdf)> Acesso em: 24 de abril de 2017.

PERIN, Silvana Dóris. **A visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade social**. (online) Disponível em <[http://www.mpdfp.mp.br/senss/anexos/Anexo\\_7.6\\_-\\_Silvana\\_Doris.pdf](http://www.mpdfp.mp.br/senss/anexos/Anexo_7.6_-_Silvana_Doris.pdf)> Acesso em: 26 de janeiro de 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et al.) **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. 3° ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOZATI, Aldaíza. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TEXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.

VERONEZE, Renato Tadeu. Agnes Heller: cotidiano e individualidade – uma experiência em sala de aula. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.12, n.1, p.162-172, jan/jun, 2013.

Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/14217>>

Acesso em: 19 de março de 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

**APÊNDICES**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

**APENDICE A - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

Pesquisadora: Vannessa Karla Lima Ferreira  
Orientador: Ms. Reginaldo Pereira França Júnior

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Formação: Ano de conclusão do curso: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Pós-graduação: Ano: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_

Mestrado: Ano: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_

Doutorado: Ano: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_

Não possui nenhum tipo de especialização ( )

Almeja realizar algum tipo de especialização ( ) Que tipo?

Quando começou a trabalhar na área ou serviço no qual está atuando? \_\_\_\_\_

Carga horária de trabalho semanal: \_\_\_\_\_

Possui outro vínculo profissional? ( ) Sim ( ) Não Qual? \_\_\_\_\_

01) Como operacionaliza o seu trabalho profissional (no âmbito da Assistência Social).  
Descreva.

02) Quais e como os instrumentais da profissão são utilizados pelo assistente social em seu  
exercício profissional?

03) Como você apreende a realidade do sujeito social no seu cotidiano profissional? Quais  
mediações utiliza?

04) “Na prática a teoria é outra”. Qual a sua reflexão sobre?

- 05) Como e de que maneira você incorpora os fundamentos apreendidos no processo de formação profissional ao seu cotidiano?
- 06) Acredita que a(s) teoria(s) têm viabilidade prática? Sim, não. Por quê?
- 07) Há alguma teoria que respalda o trabalho do profissional de Serviço Social? Se sim, qual seria a teoria? Ela tem relação com seu trabalho profissional?
- 08) O profissional acredita que as teorias sociais são *aplicáveis* a realidade concreta, como modelos, procedimentos ou instrumentais? Por quê?
- 09) Qual é a função da teoria para uma profissão interventiva como a de Serviço Social? De que teoria se trata no seu trabalho profissional?
- 10) Quais os limites e dificuldades encontradas em seu cotidiano profissional?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

## **APENDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Campina Grande. Estou realizando uma pesquisa intitulada “A UNIDADE TEORIA E PRÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL: reflexões acerca da iluminação teórica no trabalho profissional dos (as) assistentes sociais”, sob orientação do professor Reginaldo Pereira França Junior – SIAPE 2321680, cujo objetivo é analisar o processo de compreensão da unidade teórico-prática junto aos assistentes sociais inseridos no âmbito da política de Assistência Social, no município de Pombal - PB no ano que transcorre.

Sua participação envolve uma entrevista semi-estruturada, que será gravada, se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de quarenta minutos (40 min.).

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador fone (83) 9.96153784 ou pelo contato 019 99632 1110 (orientador da pesquisa).

Atenciosamente

---

**Vanessa Karla Lima Ferreira**  
E-mail: [vannessakrla@hotmail.com](mailto:vannessakrla@hotmail.com)  
Celular: (83) 9 – 96153784  
Matrícula: 313130657

---

Reginaldo Pereira França Junior

SIAPE 2321680  
E-mail: [reginaldo.francajr@gmail.com](mailto:reginaldo.francajr@gmail.com)

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

---

Participante

Pombal, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, 2017.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

### APENDICE C - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO

Excelentíssima Senhora  
Mayenne Van Bandeira de Lacerda  
DD. Secretária de Trabalho e Assistência Social  
Pombal/PB – CEP: 58840-000

Assunto: Solicitação de realização da pesquisa no âmbito da Assistência Social na cidade de Pombal.

Prezada Senhora,

Eu, Reginaldo Pereira França Junior, professor efetivo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande – CCJS – Sousa, Matrícula SIAPE 2321680, apresento à Vossa Senhoria a acadêmica **Vannessa Karla Lima Ferreira**, portadora do RG: 3.785.011 e do CPF: 102.434.044-92, discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG -, que está desenvolvendo um projeto de conclusão de curso intitulado: “**A UNIDADE TEORIA E PRÁTICA NO SERVIÇO SOCIAL: reflexões acerca da iluminação teórica no trabalho profissional dos (as) assistentes sociais**”, com o objetivo de analisar o processo de compreensão da unidade teórico-prática junto aos assistentes sociais inseridos no âmbito da política de Assistência Social, no município de Pombal - PB no ano que transcorre.

A pesquisa torna-se um instrumento de desvelamento do real, contribuindo para a formação profissional do discente, mas, sobretudo nos processos de trabalho dos colegas, evidenciando o claro e efetivo rebatimento no atendimento dispensado aos usuários da política local de assistência social de Pombal – PB.

Sendo assim, solicito a vossa contribuição com o estudo na autorização da realização da pesquisa junto à equipe de assistentes sociais que atuam no âmbito da Assistência Social do município de Pombal - PB. Sua colaboração é de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa e construção de conhecimento científico.

Asseguro que serão mantidos o sigilo e o anonimato dos dados coletados, bem como o tratamento ético e responsável de todas as informações coletadas nas entrevistas.

Contando com a autorização desta instituição, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Na expectativa de contar com a inestimável atenção de V.S<sup>a</sup> no atendimento desta solicitação, aproveitamos o ensejo para apresentar o elevado apreço da comunidade universitária da UFCG.

Pombal, 16 de Janeiro de 2017

---

**Prof. Ms. Reginaldo Pereira França Junior**  
**Siape 2321680**  
Orientador

---

**Mayenne Van Bandeira de Lacerda**  
Secretária de Trabalho e Assistência Social

---

**Vannessa Karla Lima Ferreira**  
Pesquisadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

#### **APENDICE D – DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR**

Declaramos, para fins de realização de pesquisa, ter elaborado este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cumprindo todas as exigências contidas nas alíneas acima elencadas e que obtive, de forma apropriada e voluntária, o consentimento livre e esclarecido do declarante acima qualificado para a realização desta pesquisa.

Sousa/PB, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

---

**Vannessa Karla Lima Ferreira**  
E-mail: [vannessakrla@hotmail.com](mailto:vannessakrla@hotmail.com)  
Celular: (83) 9 – 96153784  
Matrícula: 313130657